

ENTREVISTA COM CARLOS CARVALHAS



O Partido, a situação internacional, a política do Governo Cavaco Silva, as eleições autárquicas na primeira grande entrevista de Carlos Carvalho como secretário-geral do PCP

Págs. 3, 4, 5, 6 e 7

Função Pública em greve amanhã

Metalurgia pesada, indústria automóvel, têxtil, comércio, agricultores movimentam-se

Pág. 10

Editorial

O PCP e a Regionalização

— conferência de imprensa
com Luís Sá

Pág. 21

*

DOSSIER

O Mercado Único entrou em vigor

Págs. 16 a 20

*

A identidade comunista estilhaçada

— um artigo
de Gérard Streiff
do «Revolution»
sobre a situação na ex-URSS

Págs. 24 e 25

*



O «humanismo» imperial dos Estados Unidos

— artigo
de Miguel Urbano Rodrigues

Págs. 22 e 23



O Parlamento recusa a proposta do PCP de redução do horário de trabalho para 40 horas

RESUMO

6 Quarta-feira

Trabalhadores não-docentes de escolas do País exigem no Ministério da Educação a sua imediata vinculação à Função Pública ■ O ministro da Indústria afirma que a partir de 1994 os subsídios a fundo perdido atribuídos à indústria portuguesa serão substituídos por empréstimos reembolsáveis a juros bonificados ■ O responsável da Unita para a Informação admite a morte dos dois portugueses capturados no dia 19 de Dezembro na cidade de Wako Kungo ■ Morre aos 75 anos de idade o grande trompetista de jazz norte-americano Dizzy Gillespie ■ Falece, vítima de SIDA, o famoso bailarino Rudolfo Nureyev.

7 Quinta-feira

O grupo parlamentar comunista vê chumbado na AR o seu projecto de lei que prevê a redução do horário de trabalho semanal de 43 para 40 horas ■ O Presidente da República, Mário Soares, apela à comunidade internacional, com destaque para a ONU, que «exerça toda a pressão necessária» para que o diálogo regresse a Angola ■ O presidente da Assembleia da República, Barbosa de Melo, anula o concurso para a construção de um edifício anexo ao Parlamento.

8 Sexta-feira

A União dos Sindicatos de Leiria denuncia que nove empresas do distrito não pagaram aos trabalhadores os salários de Dezembro e o subsídio de Natal ■ A Confederação do Comércio Português manifestou-se contra a revisão do regime de arrendamento comercial ■ O vice-primeiro ministro bósnio é assassinado a sangue-frio por milícias sérvias, o que compromete as negociações de paz para a Bósnia-Herzegovina ■ Um cacilheiro colide, devido ao nevoeiro, com um pilar de betão à entrada da Lisnave, causando 30 feridos ligeiros.

9 Sábado

A Associação Sindical dos Juizes Portugueses decide apelar ao boicote da cerimónia de abertura do ano judicial, a 20 de Janeiro, em protesto contra a política governamental de remuneração salarial da classe ■ O Huambo, quartel-general da Unita desde as eleições de Setembro, cai nas mãos das tropas governamentais, após violentos combates ■ A Líbia encerra as suas fronteiras terrestres, em protesto contra as sanções decretadas pelas Nações Unidas e contra o apoio dados pelos países vizinhos ■ Um helicóptero das Nações Unidas transporta para o acampamento de deportados palestinos representantes do Comité Internacional da Cruz Vermelha ■ O presidente do Iraque ordena a

retirada dos mísseis que os aliados ocidentais consideravam uma ameaça aos aviões que patrulham a zona de exclusão aérea no Sul do país.

10 Domingo

O Governo português afirma, em comunicado emitido pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, que apoia a realização de um encontro urgente entre as chefias militares do governo angolano e da Unita ■ O PSN anuncia que vai apresentar uma lista candidata à Câmara Municipal do Porto, nas próximas eleições autárquicas.

11 Segunda-feira

Funcionários públicos e dirigentes sindicais iniciam uma semana de luta e luto em protesto contra os aumentos salariais e a aplicação da lei dos disponíveis ■ As autoridades indonésias anunciam que o julgamento de Xanana Gusmão decorrerá apenas em Fevereiro ■ A OLP afirma que a delegação palestina não participará nas negociações de paz para o Médio Oriente enquanto Israel não permitir que os palestinos deportados regressem a suas casas ■ Um cargueiro norueguês, carregado com 500 toneladas de explosivos, explode e afunda-se a cem metros da ilha de Steernoy, ao sul daquele país ■ Iraquianos armados fazem duas incursões no Norte do Kuwait, onde assaltam um arsenal sob a protecção da ONU, levando consigo quatro mísseis «Silk worm» ■ 900 marines norte-americanos efectuam buscas em Mogadíscio, com o objectivo de destruir o mercado de armas nesta cidade somali.

12 Terça-feira

Nas celebrações dos 156 anos da Academia Militar, o general Cerqueira Rocha anuncia a reformulação do Exército: divisão em três brigadas operacionais com duas delas com missões afectas à NATO ■ O orçamento da Assembleia da República é aprovado por unanimidade ■ Cerca de meia centena de moradores de um lar em Camarate são despejados por ordem do Tribunal, que deu razão ao senhorio, passando muitos deles a noite ao relento. A Câmara de Loures lembra que há cinco anos que tenta resolver a situação com a Secretaria de Estado da Habitação, sem resultado ■ O Iraque concretiza uma terceira incursão no Kuwait para recolha de material militar enquanto porta-vozes norte-americanos afirmam que o presidente George Bush, a pouco mais de uma semana do final do seu mandato, poderá decidir favoravelmente uma nova intervenção armada ■ O líder dos sérvios da Bósnia, Karadzic, comprometeu-se a aceitar o plano constitucional para a República apresentado na Conferência de Genebra por Cyrus Vance e Lord Owen.

O fio da navalha

O ministro Braga de Macedo, que, pelos vistos, parece mais dedicado às frases literárias que à gestão dos assuntos do Ministério das Finanças, descobriu agora que a economia portuguesa já não é o «oásis» de que falou há dois meses, mas que «está no fio da navalha».

Há quem diga que a imagem lhe foi sugerida pela sua própria situação no Governo, pois seria ele, precisamente, que se encontra no fio da navalha.

Seja como for, Braga de Macedo serviu-se dessa e de outras tiradas para justificar «a política de contenção salarial», a «lei dos disponíveis», os aumentos de 5 e 5,5 por cento (realmente 3 por cento) para a Função Pública, alegando que «o Estado tem que dar o exemplo» e que ele «nunca aprovará acordos inflacionistas».

É certo que se está a assistir a uma operação proveniente da direita e meios afectos ao Governo que parece querer fazer de Braga de Macedo o «bode expiatório» da política anti-social do Governo, responsabilizando-o e apontando-o ao descontentamento das massas. Não é a primeira vez que Cavaco Silva e o estado-maior laranja procedem a tais operações.

Chegam agora ao público, vindas de dentro do Governo, «fugas» (organizadas?) sobre as excentricidades «despesistas», a incompetência e as levandades do ministro que só comprovam aquilo que o País percebeu da primeira vez que ele apareceu na televisão: a originalidade de «sua excelência» consiste sobretudo em petulância e irresponsabilidade.

Mas alguém é responsável pela inclusão no elenco governamental de tanta irresponsabilidade e logo na pasta decisiva das Finanças! Revela-se assim mais uma escolha desastrosa de Cavaco Silva poucos meses depois da famosa revelação do fracasso que foi a escolha de Durão para ministro da Educação.

O que é mais curiosamente cavaquista é esta tentativa de começar a transformar um ministro em «bode expiatório» de uma política antipopular e continuar essa política (que é do Governo e não do ministro em causa) sem qualquer alteração, nem nos fundamentos, nem nas mais importantes orientações e medidas.

Nos fundamentos desta política está o processo de restauração do capital monopolista que o Governo prossegue a todo o vapor e está também, no plano comunitário e em obediência aos ditames de Maastricht, a absurda convergência nominal em que o Governo insiste cegamente e cujos desastrosos resultados estão à vista.

A tentativa de impor o tecto salarial que representa uma redução efectiva dos salários reais, a aposta

nos despedimentos e no aumento do desemprego na administração pública e no sector empresarial público e privado, a redução das despesas públicas à custa da desresponsabilização do Estado em relação a fundamentais obrigações sociais na saúde, na educação, na habitação e na segurança social não são da responsabilidade deste ou daquele ministro individualizado, são linhas essenciais da política governamental.

O «fio da navalha» não é política exclusiva de Braga de Macedo. É a política do PSD, de todo o Governo. E no fio da navalha do Governo de Cavaco Silva quem sofre os golpes são os trabalhadores.

Contra esta injusta política e estes golpes é que está a decorrer a semana de luto e luta dos trabalhadores da Administração Pública que culminará na greve nacional de amanhã, dia 15 de Janeiro. É contra eles que estão também em curso outros processos de grande importância na Carris e na CP que tiveram concentrações, reuniões e paralisações no dia 14, na metalurgia pesada, onde sete grandes empresas também recorrerão à greve amanhã, dia 15, e na indústria automóvel que

E no fio da navalha do Governo de Cavaco Silva quem sofre os golpes são os trabalhadores.

também fará greve nesta mesma data. Já está marcada uma greve nacional do sector têxtil para o dia 22. Ainda no dia 15, realiza-se uma manifestação de trabalhadores algarvios em Faro, e os agricultores do distrito de Leiria voltam a manifestar-se em Pombal. No dia 16, os trabalhadores do comércio de Lisboa manifestam-se contra alterações do horário de trabalho.

O Governo tem razões para começar a estar preocupado. Muito em breve, mais de um milhão de trabalhadores vão ficar envolvidos em processos de contratação colectiva.

O alto nível de conflitualidade que as movimentações sociais em curso patenteiam e que tudo indica irá recrudescer são da inteira responsabilidade do Governo e da política de sacrifícios que prepotente e arbitrariamente quer impor aos trabalhadores e à grande maioria dos portugueses.

É absolutamente inaceitável, nos nossos dias, uma pretensa estratégia de desenvolvimento assente numa regressão salarial e na degradação das condições sociais do nosso povo. Aliás, tal estratégia não conduzirá ao desenvolvimento, como está historicamente demonstrado durante o quase meio século de dita-

dura fascista e, mais recentemente, em vários anos de processo contra-revolucionário.

Esta consciência dá uma grande força combativa aos trabalhadores.

Uma grande força combativa advém igualmente da razoabilidade das reivindicações adiantadas, como os aumentos salariais mínimos de 10 por cento, a redução do período de duração da semana de trabalho, as garantias contra o desemprego e os «disponíveis», o aumento do salário mínimo nacional de 44 500\$00 para 55 contos.

O Governo aceitou ou impôs-se ambiciosos planos de convergência nominal em relação ao défice orçamental e às despesas públicas, era indispensável que tivesse pensado em alguma convergência real em relação aos salários e a outros importantes indicadores do bem-estar social.

Os golpes de navalha do PSD contendem, em muitos outros planos, com as aspirações e interesses do nosso povo.

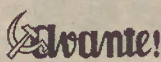
Combatendo uma das situações mais escandalosas de bloqueio institucional e de omissão constitucional por parte do Governo e da maioria parlamentar do PSD, o PCP acaba de tomar importantes iniciativas para dinamizar o processo de regionalização.

O bloqueio da regionalização por parte do PSD na última década (antes o bloqueio partiu sobretudo do PS) é responsável, entre muitas outras consequências negativas para o regime democrático e a reforma da administração pública, pelo atraso no desenvolvimento regional e pela manutenção e aprofundamento das desigualdades regionais.

Com a apresentação de novos projectos de lei em matéria das atribuições das Regiões Administrativas e da transferência para as regiões de serviços e património da Administração Central, que se somam a iniciativas anteriores sobre a delimitação e as finanças regionais, o PCP dá uma contribuição muito séria para que se complete o edifício legislativo necessário à criação e instituição das Regiões Administrativas.

O PCP lança, contudo, um verdadeiro repto às outras forças políticas, especialmente ao PSD e ao PS, quando insiste na proposta de «instituir as Regiões Administrativas em simultâneo com as eleições autárquicas de 1993», e quando declara a sua abertura para considerar todas as propostas relativas à delimitação das áreas das regiões.

Os dois partidos (PSD e PS) mais responsáveis pela travagem da regionalização e que agora se dão ares de grande dinamizador, como o PS, ou que renega a sua qualidade de carrasco, como o PSD, têm agora uma boa oportunidade de mostrar a sua sinceridade. Veremos!



Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390. Fax: 795 22 64
ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47059. NIF — 500 090 440
DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial Avante! — R. S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93
Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Fax: 395 67 93; Telex: 65 791; Telef. (01) 395 21 93

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição. Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04. Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77. Delegação Norte: R. Monte dos Pípos, 326, Guilhões, 4450 Matosinhos. Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50
ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93
PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93
Composto e impresso na Heskia Portuguesa, SA R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 5.400\$00; 25 números: 2.790\$00
REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 8.786\$00
ESPANHA — 50 números: 8.326\$00
MACAU — 50 números: 13.042\$00
GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.056\$00
EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 14.960\$00
EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.760\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____
Morada _____ Telef. _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.



ENTREVISTA COM CARLOS CARVALHAS

«Avante!» - O PCP entra no novo ano com um novo Secretário-geral. Entrás em 1993 com novas responsabilidades no Partido. Como as encaras?

Carlos Carvalho - Com o peso que elas têm, mas também sabendo que temos um grande Partido, unido, vigoroso, com um inabalável carácter de classe e uma profunda implantação na vida portuguesa. Um partido que à esquerda do PSD é o partido que faz real oposição à política do Governo e que verdadeiramente protagoniza a aspiração de uma nova política. Encaro, portanto, com uma perspectiva confiante as tarefas e os desafios que se colocam ao nosso Partido. Creio, aliás, que as condições objectivas são favoráveis ao desenvolvimento de uma importante movimentação social contra a injusta política do Governo tal como penso que estamos bem posicionados para a disputa das eleições autárquicas.

Consideras previsível um reforço das posições do Partido?

Ainda agora, na questão das portagens, quando os presidentes das câmaras de Almada e Seixal falavam à comunicação social, ouviu-se na rádio a voz de um automobilista que dizia «você são os únicos que estão sempre presentes!» É uma opinião, um sentimento que todos nós já ouvimos em diversas circunstâncias e que penso comprovar uma afirmação que fazemos: Portugal e o povo português necessitam de facto de um Partido provado em todas as circunstâncias, de um Partido com militantes empenhados e abnegados,

«Nós, comunistas portugueses, estamos determinados e confiantes»

defensores das causas mais generosas, de um Partido de convicções profundas, que nunca esqueça a defesa dos interesses dos mais desfavorecidos, a defesa dos interesses dos trabalhadores, que defenda com firmeza os interesses dos portugueses, a independência e a soberania nacionais.

O reforço do Partido é fundamental para a defesa dos interesses do povo e do país, para a cooperação e unidade das forças democráticas e para se alcançar uma verdadeira alternativa à política de direita. Julgo que a possibilidade do reforço do Partido nasce directamente desta própria necessidade colectiva de que tal reforço se verifique. Não se trata, já se vê de um processo automático, há que trabalhar nesse sentido mas é necessário - e é possível.

A pergunta é inevitável, pois a especulação em certos meios de comunicação tem sido mais que muita: o facto de o camarada Álvaro Cunhal

desempenhar as funções de Presidente do Conselho Nacional vai criar ou não uma espécie de «duplo poder» ou «dupla autoridade»? Ou seja, o cargo de Secretário-geral não perde assim peso político ou, como dizem alguns comentadores, é «tutelado» pelo Presidente do Conselho Nacional?

De forma alguma. Todas essas ideias circulantes sobre o «poder», a «autoridade» e o «mando» no PCP, ou sobre a «tutela» destes sobre aqueles, resultam, em geral, de uma

imensa e persistente vontade de não querer compreender os nossos princípios, regras, critérios de funcionamento, e que são manifestamente diferentes dos dominantes nas outras forças políticas. No nosso Partido, quer a titularidade de cargos individuais, quer a participação em órgãos colectivos de direcção são encarados fundamentalmente como maiores responsabilidades confiadas a militantes e como responsabilidades sempre inseridas no trabalho colectivo. Era assim antes do XIV

Congresso e assim continua a ser depois dele se ter realizado.

O Secretário-geral e o Presidente do Conselho Nacional exercerão plenamente as atribuições e competências - necessariamente distintas - definidas pelo Comité Central, e ambos as exercerão no quadro do trabalho colectivo e designadamente em profunda articulação com os organismos de direcção em que participam.

Entretanto, o novo órgão do CC, o Conselho Nacional, que ainda não entrou em funções, não deixa de suscitar questões. Quanto ao seu funcionamento e âmbito das suas atribuições. Há quem comente que poderá «esvaziar» ou limitar as funções do Comité Central...

Essa questão esteve presente no debate anterior ao XIV Congresso e surgiu mesmo durante os seus trabalhos. Penso que se trata de uma preocupação que na

esmagadora maioria dos casos, reflecte um empenhamento positivo num bom funcionamento do Partido e da sua direcção mas penso igualmente que se revelou claramente um firme propósito de evitar tal «esvaziamento» e de que apresentaria dois exemplos. Em primeiro lugar, as funções estatutariamente definidas para o Conselho Nacional - articulação e coordenação entre organismos executivos e entre estes e as organizações regionais e os sectores e frentes de trabalho com vista à dinamização da actividade do Partido - deixam intactas as competências do Comité Central, ao qual continua a competir a definição das grandes orientações e a tomada das mais relevantes decisões entre congressos. Em segundo lugar, para além da importante - mas só por si não suficiente - definição estatutária de funções, existe uma firme vontade política, designadamente dos organismos executivos do CC, de, através de uma

melhor preparação das reuniões do Comité Central, da regularidade das suas reuniões e de uma cuidada definição das importantes matérias a sujeitar à sua discussão, assegurar o reforço do papel dirigente do Comité Central.

Outro motivo de especulação prende-se com o facto de, logo a seguir ao Congresso, ter sido o Presidente do Conselho Nacional, e não o Secretário-geral, a representar o PCP no comício de partidos comunistas europeus em Itália...

Foi uma decisão tomada muito antes do Congresso, com toda a naturalidade e sem quaisquer problemas. E é evidentemente do interesse do Partido que o Presidente do Conselho Nacional tenha funções de representação do Partido externa e internamente. Reafirmaria aliás um facto conhecido: é escusado continuar a tentar meter brechas na direcção do PCP.

Consideras então que as decisões tomadas no XIV Congresso correspondem às necessidades do Partido e como tal são por ele compreendidas?

Não tenho qualquer hesitação em dizer que sim. É uma conclusão inteiramente legítima para quem tenha acompanhado a preparação do Congresso, para quem tenha assistido ou tido conhecimento da forma como decorreram os trabalhos ou para quem agora observe a actividade do PCP.

Incerteza e instabilidade no mundo

O ano de 1993 começou e o cenário internacional continua marcado por conflitos e guerras regionais, por exacerbações nacionalistas, religiosas e étnicas. Face a este panorama, é igualmente de confiança a tua visão da situação?

A incerteza e a instabilidade tem-se alargado a muitas regiões do Planeta. A crise económica nos principais países capitalistas desenvolvidos mantém-se e com ela, com a crise dos países de Leste, com o desaparecimento da URSS e a sua dupla implosão, política e económica, assistimos

também ao ressurgimento dos ultranacionalismos, dos fundamentalismos e racismos, que necessitam de um efectivo combate que não se identifica com as declarações virtuosas da retórica da indignação. Mas as injustiças agravam-se. Uma boa parte da população mundial vive na miséria. Um pouco mais de 15% da população do globo dispõe de mais de 78% das suas riquezas e o agravamento das desigualdades entre o «Norte e o Sul» encontra o seu prolongamento, mesmo no seio dos países mais desenvolvidos. É o capitalismo em prática, a própria negação que o capitalismo possa constituir uma solução para os grandes problemas da Humanidade...

Mas há quem fale na recuperação económica dos países de Leste...

Não é verdade. A restauração capitalista e o neoliberalismo continuam a fazer a sua razia económica e social. Os dados económicos mais recentes falam por si. Segundo as estimativas do Instituto de Viena para as comparações económicas internacionais, o Produto Interno Bruto baixou de novo em 1992 em relação a 1991, de 1% na Polónia, de 2% na Hungria, de 7% na Checoslováquia, de mais de 15% na Roménia e na Bulgária, e de mais de 16% nos países da ex-URSS!

Para além de se defrontarem riscos próximos para a paz. Como vêes, nomeadamente, a situação na Jugoslávia?

Para se compreender um pouco da tragédia da Jugoslávia e o seu desenvolvimento creio que, para além de outros factores internos, não nos podemos esquecer da maneira como a Bósnia foi reconhecida, nem do facto da Jugoslávia ter sido criada após a derrota alemã na I Guerra Mundial e ter sido reconstituída depois da derrota alemã na II Guerra Mundial.

Estás a responsabilizar a Alemanha?

Não só. Mas a Alemanha não tem aqui as mãos limpas.

Mas, a Alemanha não será o único país responsável...

Não. Mas como se sabe, a seguir à Cimeira da CEE de Maastricht, os ministros dos Negócios Estrangeiros reuniram-se em 16 de Dezembro de 1991 em Bruxelas e aí foi decidido que os Doze só tomariam uma decisão final sobre o reconhecimento da Croácia e da Eslovénia em 15 de Janeiro de 92 e desde que as ditas «Repúblicas» preenchessem os requisitos do Relatório Badinten da Comissão de Arbitragem. Ora, a Alemanha, logo a

seguir, sem esperar pelo preenchimento de qualquer requisito e sem esperar por mais ninguém, anunciou o reconhecimento da Croácia e da Eslovénia passando por cima, nessa altura, da opinião dos seus parceiros da CEE, do Secretário-geral da ONU e dos EUA.

Isso foi a primeira machadada em Maastricht?

O «espírito» de Maastricht começou logo aí a definir-se. Comentando esse procedimento da Alemanha, um analista escreveu num jornal americano («The Wall Street Journal») que Londres e Paris se interrogavam onde seria no futuro o centro da Europa, se em Bruxelas ou em Berlim ... Ainda recentemente, o ministro alemão dos Negócios Estrangeiros declarava que «a Sérvia devia ser posta de joelhos»...

Mas agora vários são os países que defendem a intervenção militar e, na prática, a separação étnica...

A desintegração jugoslava, como já foi afirmado, nunca seria pacífica por causa da complexa mistura de nacionalidades e de todo o processo histórico da região. Não nos podemos esquecer, por exemplo, que na Segunda Guerra Mundial

A crise, os 16 milhões de desempregados, os 55 milhões de pobres, os 3 milhões dos sem abrigo, o «Não» dinamarquês e suíço e a força do «Não» francês seguramente que arrefeceram os ânimos dos eurocratas de Bruxelas.

o então Estado fascista da Croácia, que incluía a Bósnia, praticou uma política de genocídio contra a minoria sérvia (33% da população actual da Bósnia-Herzegovina). Nos nossos dias, penso que ninguém fica insensível às imagens que nos mostram os massacres, as violações das mulheres, os campos de concentração, as violações dos direitos do Homem cometidas por todas as partes, e à exigência de se encontrar uma rápida solução para uma situação tão dramática e medieval. Mas uma acção de força procurando criar regiões ou Estados étnicos não é uma solução e pode acender o rastilho em toda a região (Macedónia, Grécia, Bulgária, Kosovo, Hungria, Albânia)...

O Secretário-geral das Nações Unidas tem afirmado que o processo de paz deve prevalecer, que é importante evitar a escalada de violência, que é necessário mais diálogo e mais diplomacia, e eu acrescentaria que é igualmente indispensável que cessem as intervenções daqueles que, em Bona e não só, sonham em reconstituir as antigas zonas de influência. O diálogo, a diplomacia e a arbitragem devem conjugar esforços para uma solução política em que possam coexistir harmoniosamente as três comunidades.

E achas isso possível?

Não tenho dúvidas de que na ex-Jugoslávia há milhares e milhares de cidadãos que se recusam a entrar na lógica do fanatismo, que se recusam a ficar em tal ou tal campo por motivos étnicos ou religiosos (há milhares de casamentos mistos), há milhares e milhares de cidadãos que se lembram de que ainda há pouco convíviam e viviam na Jugoslávia multi-étnica.

E achas que isso será suficiente para alterar a situação? É exactamente neste quadro internacional de crise que tem sido invocado (e praticado) o «direito de ingerência» como resposta a situações graves e à impossibili-

dade de sem ela as resolver. Que pensas desse «direito»?

Chamar-lhe «direito» é já de si mais do que polémico, mas o que considero de total transparência é a clara hipocrisia que acompanha essas teorizações. Veja-se o caso dos curdos, dos palestinianos deportados pelo governo trabalhista de Israel. Alguém defende o «direito de ingerência» para resolver esses problemas?

E, noutra área, mas correspondendo igualmente a problemas que frequentemente são o caldo de cultura de que nascem situações de crise, onde estão, por exemplo, as acções de fundo que respondam às injustiças resultantes da efectiva imposição pelos Estados mais fortes das regras monetárias e económicas e que se traduzem nas escolhas das produções, taxas de juro, dívidas externas, afundamento dos preços das matérias-primas? Pode aceitar-se isenção na consideração das situações de crise a governos e partidos que, por exemplo também, nos recentes acontecimentos em Angola, culpabilizam de igual modo o MPLA e a UNITA. O que a direita pensa efectivamente sobre a ingerência e a resolução de situações de crise é brutalmente ilustrado, aliás, pela inacreditável entrevista que o então ministro dos Negócios Estrangeiros, Deus Pinheiro, deu em Setembro (2 Setembro de 1991) à Antena 1 (2/9/91) e em que associava uma eventual intervenção americana no Iraque às eleições americanas! Segundo aquele ministro português (ministro dos Negócios Estrangeiros, sublinhe-se, o responsável da diplomacia nacional!), tal intervenção daria mais três pontos a Bush e uma eventual posição de força na Jugoslávia daria ao então presidente Bush seis pontos! A «crise» a resolver com o tal «direito de ingerência», afinal, parece que seria a da reeleição de Bush e não a dos povos ou da paz.

E poder-se-ia ainda falar da indiferença internacional face ao problema de Timor...



É uma realidade. E mesmo aí, quando se manifestam algumas «preocupações», ficam-se pelos direitos do Homem rejeitando a questão fulcral da autodeterminação e independência do povo maubere.

Falaste em Deus Pinheiro. Como vês as suas novas funções e a «leoni-na» batalha em que anunciou que se ia empenhar?...

O ex-MNE anunciou, de facto, que ia bater-se como um «leão» pelo pelouro das Relações Externas. Ficou com as Relações Públicas e manifestamente protagonizou o dito popular sobre as entradas de leão e correspondentes saídas... Portugal não tem nenhum lugar de relevo na CEE, nem na UNESCO, nem no Conselho da Europa...

Mercado Único Portugal não está preparado

1993 começou, por outro lado, na Comunidade Europeia com a abertura das fronteiras, umas mais abertas do que outras... A sensação que se tem, contudo, é que uma mudança anunciada como decisiva não desmontou nem grandes entusiasmos, nem gerou particulares modificações...

Repare-se que as fronteiras já estavam abertas à livre circulação de capitais, mas chegou-se à abertura oficial do Mercado Único sem que esteja garantida a chamada livre circulação de trabalhadores e dos cidadãos! Creio que isto, só por si, é significativo do tipo de integração que se continua a construir e de quem a comanda.

Quanto ao entusiasmo, a crise, os 16 milhões de desempregados, os 55 milhões de pobres, os 3 milhões dos sem abrigo, o «Não» dinamarquês e suíço e a força do «Não» francês seguramente que arrefeceram os ânimos dos eurocratas de Bruxelas.

Falando de Maastricht, tem surgido ultimamente com maior veemência uma linha de defesa do tratado que declara ser ele indispensável para permitir à Europa competir em pé de igualdade com os EUA e o Japão. Consideras que isto tem alguma consistência?

Em primeiro lugar, o modelo de construção europeia que tem sido seguido, baseado nos interesses do capital e numa visão neoliberal da CEE, a desregulação e a subalternização da componente social da comunidade é do interesse de todas as transnacionais, tenham elas base europeia ou não-europeia. Por outro lado, não se passa um dia em que os factos não mostrem o artifício da chamada Europa económica. O que é feito da indústria aeronáutica europeia? Quando na indústria electrónica, que determinará muito da indústria de amanhã, se vê que Toshiba, IBM e a Siemens se associam, o que é feito do programa Eureka? É o dobre de finados sobre a «política electrónica europeia». E quando a British Airways toma o controlo da US AIR e passa a ser uma das primeiras companhias mundiais, o que é feito da política concertada ou comum do transporte aéreo europeu?

E no campo cultural?

Temos repetidamente afirmado, e quero que fique uma vez mais bem claro, que nós, os comunistas portugueses, somos firmemente pelo diálogo das culturas, recusamos qualquer tipo de «ghetos» culturais. Mas quando alguns falam de ofensiva cultural europeia de Maastricht, vale a pena recordar as políticas da CEE neste campo (audiovisual, livros...) e olhar para a conquista americana do «espaço cultural europeu» (com milhares de subprodutos) simbolizada até pela Eurodisneylândia, às portas de Paris. Como já alguém perguntou: o rato Mickey, leitor de Erasmo?...

Voltando ainda a Maastricht, o Partido afirmou que o Orçamento do Estado para 1993 já navega com a bandeira de Maastricht. Em que é que isso se manifesta?

É uma verdade que este Orçamento já se enquadra nas exigências das políticas monetaristas definidas para se alcançar a União Económica e Monetária: redução do défice orçamental, dívida pública e inflação, com a subalternização do desenvolvimento económico e social. A «convergência» não é definida em função de taxas mínimas de desemprego, de redução de diferenças de salários reais e de níveis

O Governo não defendeu o «princípio da especificidade da agricultura portuguesa». O nosso problema não são os excedentes, mas os défices de produção. Precisamos de medidas para apoiar a produção e não para a desincentivar. Pediu-se aos agricultores para investirem, canalizaram-se fundos para o sector e agora diz-se-lhes para não produzirem!

desenvolvimento. São claramente decorrências de toda a filosofia de Maastricht. Temos afirmado e é uma realidade que a economia portuguesa não está preparada para o embate e que este se vai acelerar, apesar dos períodos de transição e das cláusulas de excepção de que ainda dispomos.

Tudo indica que se está a generalizar em Portugal um consenso sobre as consequências da adesão, nomeadamente no campo da agricultura...

O Governo não defendeu o «princípio da especificidade da agricultura portuguesa». O nosso problema não são os excedentes, mas os défices de produção. Precisamos de medidas para apoiar a produção e não para a desincentivar. Pediu-se aos agricultores para investirem, canalizaram-se fundos para o sector e agora diz-se-lhes para não produzirem! Importamos cada vez mais. Depois, o aparelho produtivo nacional mantém as mesmas

O autor da teoria do «oásis» parece que já caiu em desgraça. ... E, Cavaco Silva já se começa a desculpabilizar com a situação externa, ao contrário do que dizia quando esta era extremamente favorável...

vulnerabilidades e, com o leilão e todo o processo mafioso da privatização das empresas nacionalizadas, ficam abertas as portas para o seu apossamento pelo capital estrangeiro. Os governos de Cavaco Silva perderam oportunidades e esbanjaram e delapidaram meios importantes.

Estás a referir-te aos Fundos?

Não só. Chamo a atenção, por exemplo, para o estudo do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul, que mostra que as 19 empresas

do sector no distrito de Setúbal, tendo recebido cerca de 14 milhões de contos para criar cerca de 3500 novos empregos, não foram além de 1300, o que não chegou a compensar sequer os que foram perdidos.

Como no caso da Seagate?

A Seagate é um escândalo. É, só por si, um retrato da política deste Governo. A empresa recebeu um subsídio de 80 000 contos para a formação profissional e, como diz o estudo, as únicas acções de formação que mereceram o empenho da Administração destinaram-se a quadros estagiários oriundos da Malásia e da Tailândia, para cujos padrões foi transferida a produção que era feita em Palmela!

Mas em relação ao PEDIP as coisas correram melhor?

Não digo que não tenha havido aplicações positivas, mas foi o próprio ministro da Indústria que afirmou

que a maioria do dinheiro dado pelo PEDIP foi para a banca em pagamento de juros pela Indústria. Um relatório recente afirmava também que o PEDIP tinha privilegiado os projectos estrangeiros e os grandes grupos económicos, deixando de lado as pequenas e médias empresas.

O que, tudo junto, talvez explique por que é que o PSD se opôs aos inquéritos parlamentares sobre as «privatizações» e os «fundos»?

Naturalmente. É a «lei da rolha» imposta pela maioria para se defender a si própria e aos interesses que representa.

Promessas não cumpridas são especialidade do PSD

O Governo afirma que Portugal está a resistir com êxito à crise que se verifica nas principais economias da Europa e do mundo. Contudo, vem impondo severas restrições e medidas gravosas para os trabalhadores e a população. Achas que o «discurso do sucesso» se vai manter em 1993?

Teatro político e promessas não cumpridas são uma especialidade do PSD e do Primeiro-Ministro. No entanto, o autor da teoria do «oásis» parece que já caiu em desgraça... E Cavaco Silva já começa a invocar a situação externa para justificar os problemas do País, exactamente ao contrário do que fazia quando ela era extremamente favorável.

Um discurso para cada ocasião, portanto?

Ainda há poucos meses o PSD, para justificar a política cambial e as taxas de juro, dizia que a economia estava de «boa saúde», que quando muito haveria por aí algumas «falências em atraso». Agora (para reduzir os salários) já diz que a economia está «sobre o fio da navalha» e que as falências se vão suceder em catadupa!

Entretanto, o PSD queria aumentar os ordenados dos cargos públicos, ministros, deputados...

A nossa intervenção na Assembleia da República, na semana passada, desmascarando essa hipocrisia, teve o condão de trazer à superfície mais um acordo que o PSD e o PS tinham na forja para aumentar substancialmente os cargos públicos e liquidou o dito à nascença.

Entretanto, as previsões da OCDE, para a nossa economia não são optimistas...

A declaração da produção e do investimento e o aumento do défice da balança comercial são uma realidade. A situação financeira de muitas

empresas industriais é grave e tende a acentuar-se se o Governo mantiver a política das altas taxas de juro dos empréstimos e da sobrevalorização artificial do escudo. Seguindo a filosofia de Maastricht, o Governo procura passar a factura desta política para os trabalhadores, para os reformados e pensionistas e para as camadas médias.

Julgas então que a situação social vai agravar-se em 1993?

Se não se travar a política do Governo, vamos ter mais desemprego, mais trabalho precário e salários e reformas a não acompanharem a subida dos preços, com os ganhos de produtividade a reverterem para o capital. E tudo isto com a acentuação do negociamento, a sacralização do mercado como único regulador social, e a desresponsabilização do Estado nas áreas da saúde, ensino, habitação e protecção social.

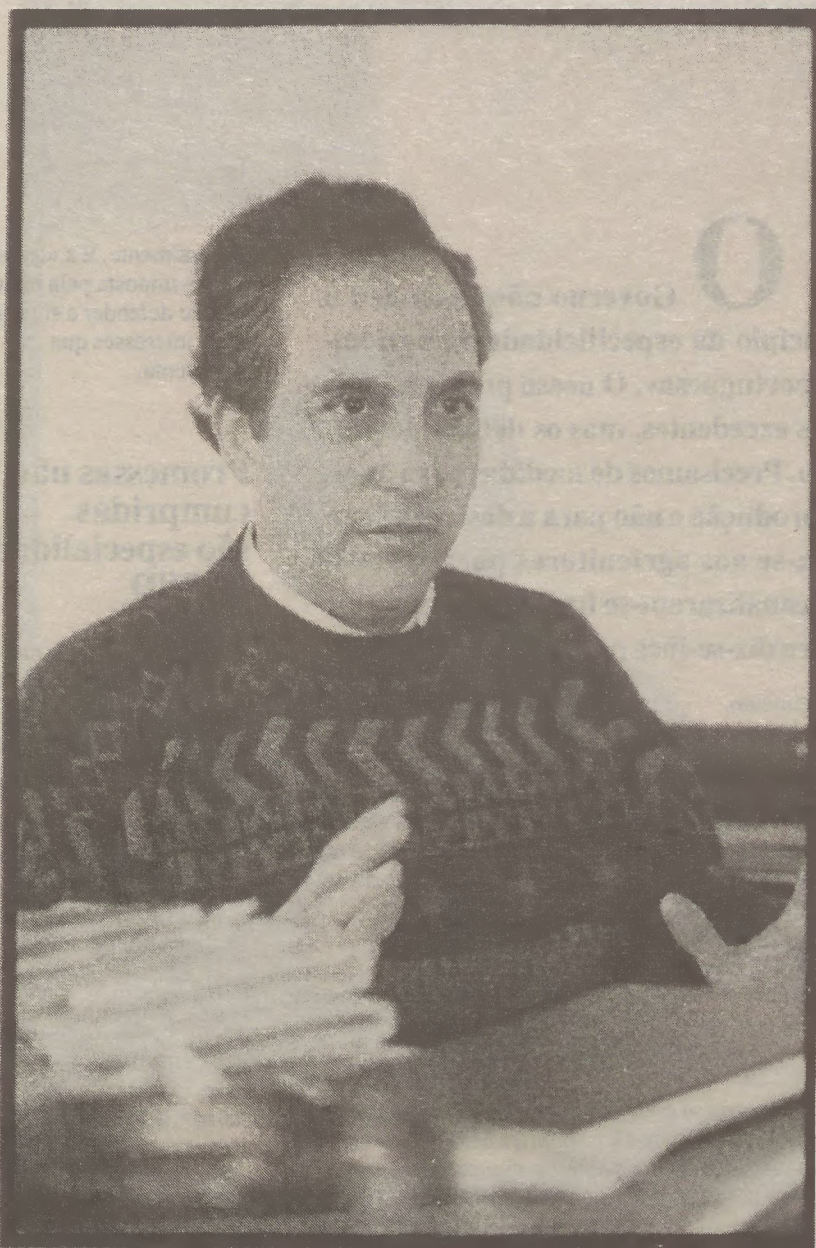
Mas o Governo continua a afirmar que não temos problemas de desemprego.

Na voz do Governo não temos problemas de desemprego, nem salários em atraso, nem trabalho infantil. A realidade fala por si, o desemprego tem sido mascarado com o trabalho precário, sazonal e em tempo parcial. A insegurança no emprego atinge hoje milhares e milhares de trabalhadores.

Aliás, temos ainda a questão da alteração de critérios estatísticos do INE relativamente ao emprego. Que é que se passa?

O Instituto Nacional de Estatística alterou o inquérito ao Emprego, o que não permite uma comparação com as séries anteriores. Agora o conceito de desempregado exclui a população desempregada que não tenha feito diligências para encontrar emprego e, por outro lado, passou de 12 para 14 anos a idade mínima para um indivíduo passar a ser considerado activo. Reduziu-se assim o desemprego na secretaria...

Outro indicador considerado preocupante é o de a Bolsa ter estado quase sempre em queda, mas a questão bolsista tem sido sempre das mais polémicas em Portugal...



A Bolsa foi venerada pelo PSD e por certos meios de comunicação social como «Templo da República», mas os escândalos têm sido tão grandes e tão numerosos que têm afastado mesmo os mais incautos.

A imprensa relatou que Pedro Caldeira manteve uma dívida a um banco nacionalizado de mais de 1 milhão de contos, a taxas de juro simbólicas de 1,5 a 2,5%. Se fosse um pequeno agricultor ou empresário que devesse meia dúzia de contos, pagaria um taxa máxima. Mas Pedro Caldeira não foi o único escândalo na Bolsa. No último ano tivemos o escândalo das empresas que lançaram vários empréstimos obrigacionistas em 86 e 87 (anos de ouro da especulação bolsista) e que deixaram de pagar juros, com o silêncio do Governo, a Comunicação Social relatou o caso do corretor Taveira Marques que deixou de cumprir os seus compromissos e o caso da única corretora da Bolsa de Lisboa a ser punida por realizar operações a descoberto... Esta, a face visível do icebergue.

Reforço da CDU é perspectiva realista

1993 é ano de eleições autárquicas. Como interpretar os ataques dirigidos pelo Governo às autarquias?

Esses ataques visam desviar a atenção da política governamental e passar as culpas para o Poder Local. Julgo que é necessário encarar esses ataques do governo de dois ângulos. Por um lado, temos o pendur centralista e autocrático do PSD, que tem aliás vindo a acentuar-se, e que sempre gerou uma relação conflitual entre os governos de direita e o Poder Local democrático. Mas, por outro lado, é necessário não esquecer que o PSD é minoritário nas autarquias e a asfixia financeira das autarquias é uma forma de intervenção eleitoralista do Governo. Sem obra para mostrar, confrontado com a acção da oposição - e muito particularmente, dos eleitos da CDU - nas autarquias, pretende-se criar graves problemas financeiros aos municípios e freguesias, voltar as populações contra os eleitos e contra as autarquias em geral, ao mesmo tempo que procura através dos «sacos azuis» compensar as câmaras do PSD.

Como se encaram as perspectivas do Partido para as próximas eleições autárquicas?

Pensamos que há boas e fortes razões para que o Partido as encare com confiança. A consolidação e o reforço das posições da CDU é uma perspectiva realista, dado o capital de prestígio global que temos na área autárquica, a obra realizada quer em maioria quer em minoria, a firme e aberta política de unidade que desenvolvemos em torno da resolução dos problemas das populações, a qualidade das soluções que apresentamos e do projecto que protagonizamos. Dito isto - que, a nosso ver, é o essencial em termos de atitude e de estado de espírito - talvez seja de acrescentar duas ideias complementares. A primeira é a de que um bom resultado da CDU dependerá em grande medida do empenhamento e do dinamismo que, desde já, imprimirmos à preparação da nossa intervenção nas autárquicas deste ano. A segunda é a de que, sem prejuízo das específicas motivações de voto em eleições autárquicas, uma grande intervenção e afirmação do Partido nos próximos meses em torno dos problemas mais sentidos pelos portugueses será sem dúvida uma importante

contribuição para um bom resultado da CDU em Dezembro.

O PCP vai reeditar a coligação «Por Lisboa» com o PS. Alguma imprensa, entretanto, faz passar a ideia de que o PS recusa outras coligações, e que os comunistas «mendigam» essas coligações. Queres comentar?

Não só não andámos nem andamos a «mendigar» coligações com o PS, como nem sequer fizemos uma proposta formalizada ao PS. A existência, em diversas regiões do País, de 18 municípios (des)governados pelo PSD mas em que a soma dos votos da CDU com o PS permitiria assegurar uma maioria e uma gestão democrática, é uma realidade objectiva que, para ser conhecida ou ponderada pelo PCP ou pelo PS, não precisa de propostas formalizadas. Manifestámos repetidas vezes a nossa disponibilidade para examinar com o PS as possibilidades de entendimentos que permitissem concretizar esses objectivos no interesse das populações e que encontram largo eco nas fileiras do próprio PS. A direcção do PS rejeitou a possibilidade desse exame e desses entendimentos e, por essa sua atitude, terá de

assumir as correspondentes responsabilidades. Como se compreenderá, temos experiência suficiente para não nos deixarmos enredar em expectativas que significassem um atraso no nosso próprio trabalho. A linha dominante, prioritária, essencial e fundamental da nossa preparação para as autárquicas é a valorização do trabalho, da obra e do projecto da CDU, e o avanço da compreensão da importância para as populações do reforço das suas posições e influência.

Em qualquer dos casos, existem algumas ideias sobre acordos? Como é que o PCP veria a composição de listas? A escolha dos candidatos a presidentes de câmaras teria em conta a força relativa de cada partido ou defender-se-ia outro critério?

Do que ficou dito antes, resulta claro que não se chegou, futebolisticamente falando, a essa fase do campeonato... Ou seja, a fase de definição das soluções em concreto e designadamente dos cabeças de lista. Se lá se tivesse chegado, e sem prejuízo de ser prudente admitir que em muitos casos o leque de opções devesse ser mais vasto do que um candidato do PS ou da CDU, é natural que nessas soluções

Se não se travar a política do Governo, vamos ter mais desemprego, mais trabalho precário e salários e reformas a não acompanharem a subida dos preços, com os ganhos de produtividade a reverterem para o capital. E tudo isto com a acentuação do negociamento, a sacralização do mercado como único regulador social, e a desresponsabilização do Estado nas áreas da saúde, ensino, habitação e protecção social.

pesassem critérios derivados da força relativa de cada partido. Há casos, como o de Sintra, em que a CDU foi a segunda força, quase empatada com o PSD, e em que dispõe de um candidato natural, que recolhe apoios em todos os sectores políticos. A ideia de que nós teríamos de apoiar candidatos do PS foi sobretudo agitada pela direcção do PS, no quadro da confusão que propositadamente quis estabelecer quanto ao âmbito ou finalidade de eventuais coligações, que absurdamente insinuavam deverem abranger os municípios actualmente geridos pela CDU na Área Metropolitana de Lisboa. O que, obviamente, nunca esteve no nosso pensamento.

E quanto à Coligação «Por Lisboa»?

É conhecido o nosso trabalho na Câmara e nas freguesias da cidade, nas 21 freguesias da cidade em que temos a presidência da Junta, nas 16 em que ela cabe ao PS, e até nas 16 em que a presidência é da direita.

Não tenho dúvidas em afirmar que, nas áreas em que o trabalho mais avançou e é mais positivo, lá se encontra a marca, a presença, a intervenção e a acção dos comunistas. A coligação tem servido Lisboa e os seus municípios e por isso nos pronunciamos pela sua manutenção.

Uma avaliação positiva?

CCv: Fazemos uma avaliação positiva desta experiência. Depois do terramoto de dez anos de gestão de direita (CDS/PSD), Lisboa está a mudar, e a mudar para melhor, graças ao trabalho da Coligação.

Não temes que em Lisboa (e noutros casos) os acordos com o PS enfraqueçam o PCP?

Todas as situações de aliança ou coligação com o PS comportam sempre algum risco, na medida em que - e não vale a pena fingir que não sabemos isso - no PS é sempre muito forte a tentação de beneficiar do nosso próprio trabalho, de obscurecer a nossa presença e papel político e de promover a diluição e apagamento da nossa identidade e projecto. Mas seria errado, por causa desses riscos, desvalorizar o significado político da Coligação «Por Lisboa», tanto pela obra que está a permitir realizar, como pelo testemunho que dá das potencialidades da cooperação entre forças democráticas, como ainda pela afirmação que constitui do peso e do papel dos comunistas na vida nacional (em toda a Europa, Lisboa é provavelmente a única capital governada com uma destacada participação dos comunistas). Entretanto, estamos muito atentos à necessidade de fazer chegar melhor à opinião pública a ideia de que a CML tem uma gestão colegial em que o PCP tem um papel fundamental.

O papel fundamental dos comunistas

Quais são as perspectivas para o desenvolvimento das acções de massas e para o reforço da influência do Partido?

A luta de massas, como se pode confirmar pela prática, é fundamental para a defesa dos interesses dos trabalhadores. O que é que promete o Governo? Prosseguir e até agravar a mesma política, uma política que defrauda as aspirações das massas populares. Por tudo isso, é de crer que os trabalhadores vão continuar a resistir à política do Governo, vão continuar a lutar por melhores condições de vida, pela defesa do regime democrático.

Nesta luta, os comunistas desempenharão um papel fundamental. Que outro grande Partido, além do PCP, combate a política deste governo, trabalha para unir e organizar as massas para a luta em defesa dos seus interesses?

Que importância o Partido atribui ao VII Congresso da CGTP-IN que deverá ter lugar já em Março?

Toda a importância. Trata-se do Congresso da maior e mais importante organização social de massas existente em Portugal, que se realiza num quadro nacional e internacional profundamente alterado e que irá tomar importantes medidas para o reforço da organização sindical, para o desenvolvimento da luta dos trabalhadores. A Resolução Política aprovada pelo nosso XIV Congresso determina que os membros do Partido que actuam no movimento

sindical, no quadro do respeito pela autonomia e democracia sindicais, deverão empenhar-se activamente para assegurar, lado a lado com os trabalhadores de outras correntes de opinião, o êxito do Congresso. Há que defender as características essenciais da CGTP-IN, nomeadamente a sua natureza de classe, de massas, democrática e unitária.

Surge por vezes a argumentação de que a presença muito forte dos comunistas no movimento sindical pode conduzir a uma certa subordinação de outras correntes sindicais com menos expressão sindical. Consideras que a ideia tem alguma razão de ser?

Não. Essa questão, a do papel e a influência dos comunistas tem actualidade e interesse, tanto mais que, como é sabido, há quem questione o papel dos comunistas no

A consolidação e o reforço das posições da CDU é uma perspectiva realista, dado o capital de prestígio global que temos na área autárquica, a obra realizada quer em maioria quer em minoria, a firme e aberta política de unidade que desenvolvemos em torno da resolução dos problemas das populações, a qualidade das soluções que apresentamos e do projecto que protagonizamos.

movimento sindical e trabalhe para enfraquecer a sua influência. Daí que seja necessário insistir em algumas questões que aliás revestem carácter de princípio. Em primeiro lugar, as características essenciais do movimento sindical português são, até pelas próprias raízes históricas, inseparáveis da acção e da influência dos comunistas. Em segundo lugar, o papel e a influência dos comunistas

no movimento sindical (e nunca será de mais lembrá-lo) é resultado de muitos e muitos anos de acção empenhada e constante na defesa dos interesses dos trabalhadores e da sua unidade. Foi através desta acção que os comunistas ganharam a confiança dos trabalhadores e asseguram a sua influência no movimento sindical traduzida - e este é o terceiro ponto - numa presença que resulta de eleições normais, resulta de uma prática democrática efectiva e permanente. Trata-se de factos indelmentáveis.

Consideras assim que não há qualquer contradição entre a forte influência dos comunistas e a defesa da unidade do movimento sindical?

Atribuímos - todos o sabem - à defesa da unidade do movimento sindical uma grande importância, tal como a atribuímos ao trabalho realizado com outras correntes de opinião - católicos, socialistas, ou sem qualquer opção político-partidária ou religiosa.

A forte influência dos comunistas no movimento sindical português, pelas razões que a determinam e por se alicerçar no respeito pela democracia sindical, é fundamental para a defesa das características unitárias da CGTP-IN do movimento sindical.

Conceber o reforço da unidade através do enfraquecimento da influência e do papel dos comunistas é, com toda a evidência, um mau serviço à luta dos trabalhadores e ao necessário reforço das suas organizações de classe.

O Comité Central vai reunir-se, em 25 e 26 deste mês, com o objectivo de «debater a organização e estrutura do trabalho de Direcção Central e as tarefas políticas prioritárias do Partido». Queres adiantar algumas

ideias a submeter à apreciação do CC quanto às medidas a tomar sobre a estruturação?

Compreender-se-á que, numa entrevista que sairá antes da reunião, não se avance muito quanto a propostas sobre as quais o CC se irá pronunciar. Mais do que as propostas apresentadas, o fundamental são as decisões que sobre elas o Comité Central tome. Entretanto, decorre dos próprios termos da ordem de trabalhos, que, conforme estava previsto, o CC se debruce sobre a composição do Conselho Nacional e de outros organismos criados pelo XIV Congresso (a Comissão Administrativa e Financeira e a Comissão Central de Quadros) cuja composição tem de ratificar. Por outro lado - e à semelhança do que é uma prática habitual do nosso Partido - haverá igualmente que estudar a distribuição de tarefas ao nível da direcção central e considerar medidas referentes à estrutura de organizações regionais do Partido que a experiência e o debate preparatório do Congresso revelaram

não é só meu! Seguramente o partilho com milhares e milhares de portugueses. Quanto à confiança, diria que talvez seja necessário ver a questão de dois ângulos. Há o que podemos chamar uma questão subjectiva, o próprio espírito de cada um, a convicção e determinação com que se encara a realidade, a vida, o trabalho, a luta. De certa forma, há determinação quando há confiança e há confiança quando há determinação. Deste ponto de vista, estou profundamente confiante. E depois há outro ângulo, que já ultrapassa cada um e a sua vontade, que se radica na realidade objectiva, nas circunstâncias concretas. Enfrentamos hoje uma realidade, em Portugal e em todo o mundo, difícil e adversa, mas o problema essencial é se é ou não possível modificá-la. Nós, comunistas, entendemos que são as massas que fazem a História, que é possível à Humanidade construir a sua própria vida e felicidade. Julgo que para nós, comunistas, o que é determinante para definir a nossa confiança não será

A Resolução Política aprovada pelo nosso XIV Congresso, determina que os membros do Partido que actuam no movimento sindical, no quadro do respeito pela autonomia e democracia sindicais, deverão empenhar-se activamente para assegurar, lado a lado com os trabalhadores de outras correntes de opinião, o êxito do Congresso. Há que defender as características essenciais da CGTP-IN, nomeadamente a sua natureza de classe, de massas, democrática e unitária.

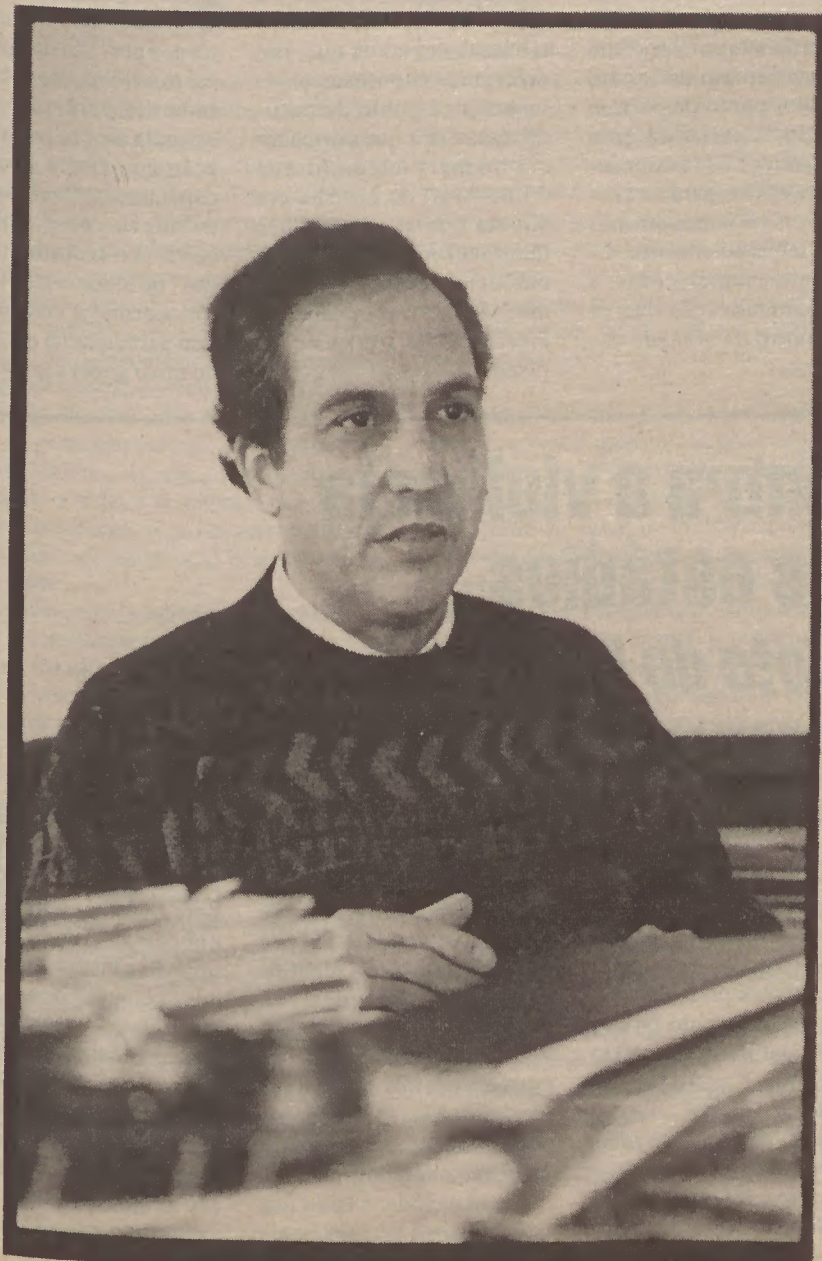
necessárias.

E, embora se trate de uma agenda naturalmente sobrecarregada, é também necessária avançar já na definição de calendários de actividade, caracterização da actual situação, definição de tarefas imediatas e perspectivas em função do ano que agora entrou.

Voltando um pouco às primeiras questões: neste princípio de 1993, estás confiante? Responderias se te perguntássemos qual o teu maior desejo para 1993?

A segunda pergunta é fácil: obrigar o PSD a recuar na sua política, travar o processo de destruição conduzido por este governo, abrir caminho a outra política. É um desejo fundo que, aliás, estou certo de que

tanto o grau de adversidade da realidade que enfrentamos, mas à sem deixar de a ter em conta à a capacidade que reconhecemos nas massas, no povo, nos trabalhadores de sobre ela intervierem, de a modificarem. Corro o risco de repetir o que disse no princípio, mas, depois da força e coesão que o nosso Congresso revelou quanto ao Partido, quando se assiste ao erguer da luta de massas contra a política do governo, quando todos reconhecem ao PCP e à CDU sólidas posições para as próximas batalhas eleitorais, penso que há força para intervir sobre a realidade, há força e condições para a modificar. Fui um pouco longo, mas, resumindo: nós, comunistas portugueses, estamos determinados - e confiantes.



NACIONAL

Produtores de tomate querem o dinheiro que lhes devem

Os produtores de tomate do Ribatejo decidiram rejeitar as condições de pagamento da dívida, propostas pela empresa ECRIL. Os cerca de 350 produtores de tomate do Ribatejo, reunidos terça-feira à noite em Benfica do Ribatejo, decidiram rejeitar a proposta da empresa Italagro, que se dispunha a pagar 30 por cento da dívida de 500 mil contos que a ECRIL tem para com os agricultores.

A dívida da ECRIL deriva do facto da empresa se encontrar em processo de pré-falência, razão por que nunca chegou a distribuir pelos produtores de tomate os cerca de 500 mil contos atribuídos pelo INGA, como

subsídio proveniente da comunidade europeia.

Os agricultores, ao constatarem que, na melhor das hipóteses, receberiam 60 por cento sobre a dívida total (30 da Italagro e 30 por imposição do tribunal) decidiram não aceitar qualquer compromisso com a Italagro.

Depois de algumas horas de discussão, os produtores de tomate do Ribatejo foram unânimes em decidir que não aceitavam as condições de pagamento da dívida (que ascende a 500 mil contos), propostas pela empresa Italagro, do Grupo Boschi/Parmalat.

Depois do «não» unânime dos produtores de tomate, o Presidente da Associação de Produtores de Tomate do

Ribatejo, Amândio de Freitas, reuniu-se ontem com o Director Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste, David Galdes, para lhe transmitir a posição dos agricultores, e para agendar uma reunião com o ministro da Agricultura, ou com o secretário de Estado da Alimentação.

No caso dessa reunião não ser agendada, o presidente da Associação de Produtores de Tomate do Ribatejo adianta que serão encetadas outras formas de luta.

Entre as formas de luta, não está posta de lado uma manifestação junto ao Ministério da Agricultura, ou até o corte de estradas, segundo adiantam alguns dos agricultores.

Deficientes amanhã no Parlamento

Os deficientes vão amanhã marcar presença na Assembleia da República, aquando do pedido de ratificação da nova Lei Orgânica do Secretariado Nacional de Reabilitação (SNR) que a União Coordenadora Nacional dos Organismos Deficientes (UCNOD) considera ser lesiva para os seus interesses: o decreto-lei em discussão passa de 40 para apenas duas o número de organizações de deficientes com direito a representação naquele Secretariado, «com a agra-

vante destas não serem indicadas pelos próprios deficientes mas nomeadas pelo ministro do Emprego e Segurança Social, facto que o V Congresso Nacional de Deficientes, realizado recentemente, considerou de prepotência e de desrespeito pelo movimento associativo», afirma a UCNOD em comunicado.

«Acrescente-se que a alteração do estatuto do SNR foi publicada sem a audição prévia das organizações representativas dos deficientes

com assento no Conselho Nacional do Secretariado», acrescenta a União que reafirma «a sua total discordância com a nova Lei Orgânica do SNR e espera que o Plenário da Assembleia da República actue de forma a que os interesses dos deficientes portugueses sejam salvaguardados, rejeitando essa Lei».

A UCNOD apelou às suas organizações filiadas para estarem amanhã presentes na Assembleia aquando da discussão do decreto-lei.

António Murteira visita Barrancos e Moura

Os concelhos alentejanos de Barrancos e Moura, dois dos mais atingidos pela seca e nos quais a actual política governamental está a provocar efeitos económicos e sociais muito graves, vão ser visitados pelo deputado comunista António Murteira, respectivamente na próxima segunda-feira e no dia 1 de

Fevereiro, para o deputado contactar o eleitorado e tomar conhecimento das realidades, problemas e propostas regionais.

António Murteira tem previstos encontros de trabalho com as autarquias, com o sector agrícola, social, da educação e com a comunicação social regional.

Do grupo de trabalho que acompanhará o deputado comunista, fazem parte Ana Benedita, da DORBE do PCP, João Rocha, presidente da Câmara Municipal de Serpa, e Bento Calçado, da Direcção do Secretariado das Cooperativas Agrícolas.



Para o PCP, a actual divisão distrital não é um ponto de chegada do processo de regionalização, mas um ponto de partida sujeito às fusões e alterações de limites determinadas pela vontade popular

Regiões administrativas sobem hoje a plenário

A regionalização volta a dominar a atenção dos deputados, preenchendo hoje na sua totalidade a ordem do dia da sessão plenária. Em debate estarão quatro projectos de lei, um do PS (de quem aliás partiu a iniciativa deste agendamento) e os restantes da autoria do PCP.

Para os socialistas, que garantem ser movidos pelo propósito de alcançar uma reforma das estruturas democráticas norteadas «pelo espírito de modernidade», o essencial das suas iniciativas neste domínio visa garantir a «igualdade de oportunidades em todas as regiões do País», desiderato que passa pela «formação de uma vontade legislativa, indispensável ao cumprimento da Constituição».

Ao propor a criação e instituição concreta das Regiões Administrativas, pela sua parte, o grupo comunista tem em vista «um processo dinâmico», com base num ponto de partida definido, a partir do qual sejam criados os instrumentos necessários para se chegar, através dos mecanismos de participação constitucionalmente estabelecidos, a uma regionalização que vá ao encontro da vontade das populações.

Trata-se, no fundo, de definir uma metodologia desenhada de «baixo para cima» que, «arredando o primado da vontade política central e dando primazia à vontade popular», garanta o êxito de todo o processo.

Nesse sentido, a actual divisão distrital proposta pela bancada comunista, contrariamente às grosseiras deturpações feitas por alguns sectores, não é encarada como uma meta do processo de regionalização, antes é um mero ponto de partida, como tal sujeito «às fusões e alterações de limites determinadas pela vontade popular, expressa através das posições das assembleias municipais».

«Ao escolher a divisão distrital como ponto de partida - observa o preâmbulo do projecto que institui as regiões administrativas - o PCP teve e tem fundamentalmente em conta que, das diferentes hipóteses existentes para ponto de partida, essa era a que permanecia há mais tempo (desde 25 de Abril de 1835) e era aquela que as populações mais facilmente «identificariam» como base para apresentarem propostas de alteração de limites e de fusão».

Quanto ao sistema de finanças das regiões administrativas - objecto de um diploma próprio -, baseia-se na previsão de receitas próprias e numa participação nas receitas gerais do Estado aferida a uma percentagem do valor do IRS e IRC cobrado em cada ano.

A fórmula de cálculo, ao dotar as Regiões de receitas capazes de prosseguirem o objectivo da correcção de desigualdades, salvaguarda a compensação acrescida por novas atribuições e competências que lhes venham a ser atribuídas, sendo levados em linha de conta nos critérios de distribuição das verbas elementos objectivos como a área, o número de habitantes e o quadro previsível das suas competências.

No que se refere às atribuições das Regiões - matéria sobre a qual o PCP também apresentou um diploma -, o elenco previsto não pretende ser exaustivo, «nem será certamente perfeito», como assinala a nota preambular, pelo que fica o apelo dos deputados comunistas à contribuição «para uma mais correcta e acabada formulação» de todos - interessados e especialistas - os que queiram participar na construção do novo poder regional.

Contra a violência nos estádios - Voto do PCP aprovado por unanimidade

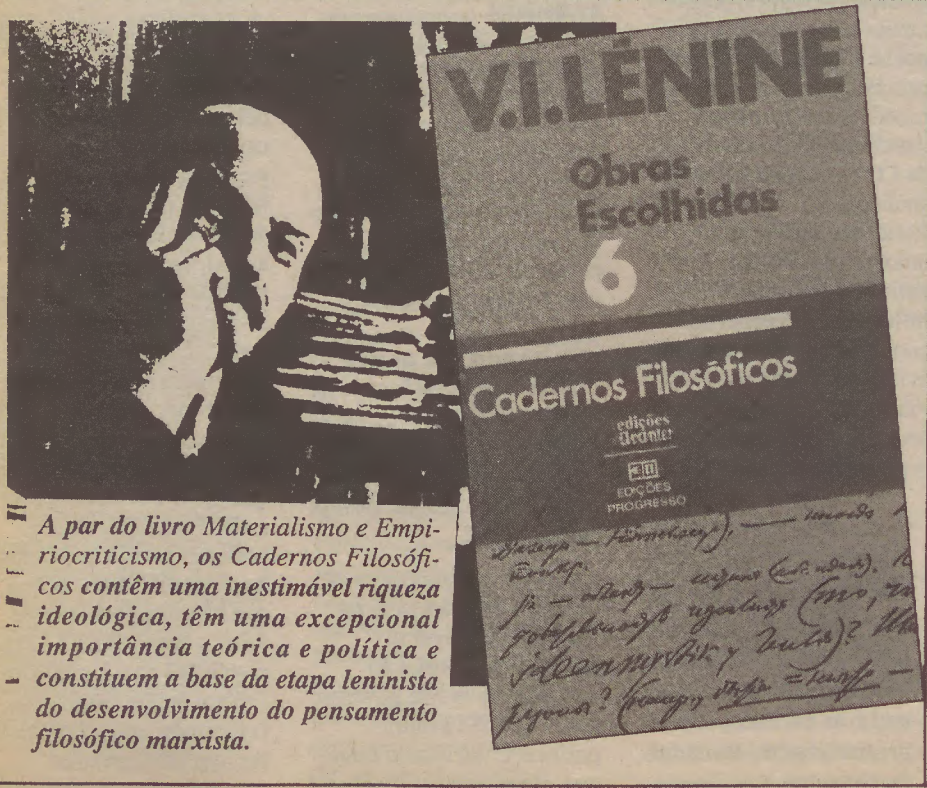
A Assembleia da República aprovou por unanimidade um voto de repúdio pelo crescendo de violência em recintos desportivos, envolvendo nomeadamente a prática do futebol profissional.

Apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, o texto alerta para o perigo de os campos de futebol - caso o fenómeno não seja travado - poderem vir a tornar-se a breve prazo palco de acções de violência com consequências irreparáveis.

Uma hipótese que ganha, infelizmente, cada vez mais credibilidade, a avaliar pela sucessão recente de actos de agressão e vandalismo por parte de indivíduos identificados com «claques» de importantes clubes desportivos, que exibem nos estádios com propósitos ostensivos bandeiras e símbolos nazis e de movimentos de carácter racista e xenófobo.

Nessa medida, e dado que «é imperioso actuar» antes que as coisas descambem em

novos actos de violência, o texto do voto lança um apelo aos dirigentes desportivos para que «tomem medidas energéticas» destinadas a impedir a instrumentalização das «claques» dos respectivos clubes por grupos violentos, chamando simultaneamente a atenção para a necessidade de uma «acção preventiva» por forma a impedir «acções violentas e a ostentação de simbologia apologista do crime e da violência nos recintos desportivos».



A par do livro *Materialismo e Empirio-criticismo*, os *Cadernos Filosóficos* contêm uma inestimável riqueza ideológica, têm uma excepcional importância teórica e política e constituem a base da etapa leninista do desenvolvimento do pensamento filosófico marxista.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Horário de trabalho Redução para 40 horas chumbada pelo PSD

Ao votar contra o projecto de lei do PCP que previa a redução do horário semanal de trabalho para 40 horas, posição em que foi acompanhado apenas pelo CDS, o

PSD voltou a frustrar as expectativas de muitos milhares de trabalhadores que inscrevem esse objectivo no quadro da sua luta em defesa dos direitos sociais e

laborais. Apreciado faz hoje uma semana, o diploma subscrito pelos parlamentares comunistas visava nos seus objectivos centrais, recorde-se, aumentar o tempo de repouso e lazer do trabalhador, garantindo-lhe assim uma maior disponibilidade no quadro da sua vivência familiar, política e cívica, não perdendo de vista simultaneamente uma organização mais racional do trabalho capaz de aumentar a oferta de emprego.

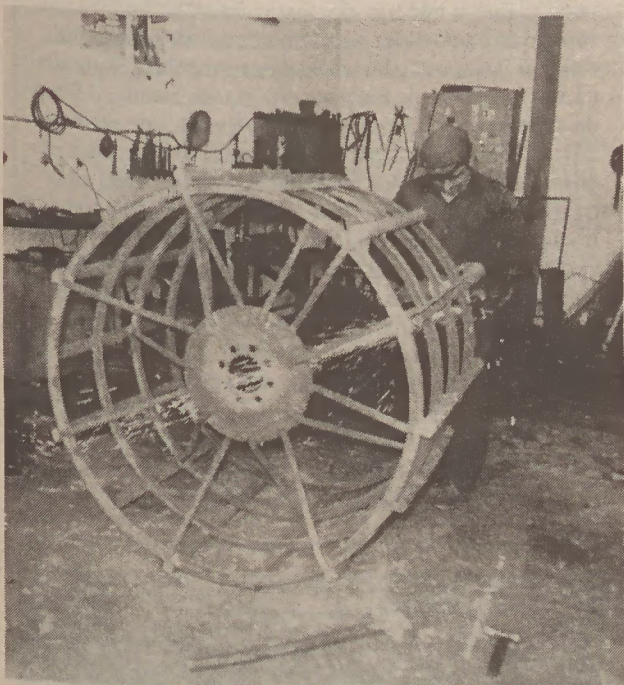
Estes são, de resto, como lembrou no decorrer do debate Jerónimo de Sousa, objectivos que correspondem a orientações da própria Organização Internacional do Trabalho (OIT), que nesse sentido emitiu inclusive uma recomendação, constituindo hoje uma prática generalizada em muitos países europeus, onde a média máxima semanal de trabalho se situa nas 40 horas.

O próprio PSD, aliás, prometeu em campanha eleitoral a redução do horário de trabalho, compromisso

como se vê rapidamente esquecido, a exemplo do que o Governo está a fazer ao não cumprir a redução faseada do horário semanal de trabalho em uma hora por ano, acordada em sede de concertação social em 1990.

Revelando no mínimo não ser capaz de honrar a palavra dada, tal não impediu, porém, que a linha de argumentação sustentada pela maioria, através do seu deputado José Puig, tivesse como pedra angular a ideia de que a concertação social é a "sede privilegiada para se obter consensos" nesta matéria.

Um argumento que Jerónimo de Sousa, depois de acusar o PSD de "ouvir mais o Governo do que sentir o pulsar da vida e as aspirações de quem trabalha", considerou totalmente inaceitável, sublinhando que "mau seria" que o Parlamento se transformasse numa "secção ou cartório notarial do Conselho Permanente de Concertação Social, condicionando os Grupos Parlamentares na sua iniciativa".



Em vez de contribuir para a criação de um estímulo à modernização e racionalização do aparelho produtivo, o PSD preferiu deixar ficar as coisas como estão, continuando a apostar na sobreexploração, nos horários prolongados, nos salários baixos

Direitos sociais e laborais sob o fogo do Governo

(...)

«Temos consciência que esta nossa opção de agendamento vai contra os ventos dominantes que fustigam, limitam e desregulam direitos sociais e laborais que constituíram importantes conquistas dos trabalhadores, algumas até antes de Abril, e davam dimensão avançada à justiça social e à própria democracia.

«Que por aqui passaram com o aval da maioria PSD e do seu Governo uma impressionante lista de leis, anti-laborais como a Lei dos Despedimentos, do despedimento por inadaptação, da desregulamentação dos horários de trabalho, da imposição da arbitragem obrigatória da eliminação da protecção aos representantes eleitos pelos trabalhadores, de novos condicionamentos ao direito a férias e ao trabalho por turnos, da proliferação e legalização da precariedade e mais recentemente a mutilação do exercício do direito à greve.

«Esta sanha contra o edifício jurídico-laboral provoca tremendas sequelas e consequências práticas no mundo do trabalho.

«O dedo acusador da História não deixará de registar o resultado concreto duma política de injustiça social e desumanizada que tem vindo a ser prosseguida pelo Governo de Cavaco Silva.

«A componente social e laboral é intrínseca à democracia. Mas pode-se, em democracia, transformar o exercício de direitos colectivos num acto de alto risco, assumir o cargo de dirigente, de delegado sindical ou membro duma Comissão de Trabalhadores num acto de coragem, como acontece hoje em centenas de empresas, já que são alvos primeiros das rescisões, despedimentos, da discriminação salarial e profissional? Que os excedentários, os disponíveis, os inadaptados, «os velhos que já não prestam», os improdutivos, sejam tantos que a nível da Segurança Social já exista 1,7 trabalhadores no activo por cada reformado, pensionista ou pré-reformado?

«Que na lista de excedentários do Governo ainda faltam 50 a 100 mil da Função Pública, dez mil bancários, 5 mil ferroviários, 30 mil

trabalhadores dos têxteis, milhares de outros nos sectores da cortiça, das pescas, na TAP, na RTP, na indústria da metalomecânica pesada, na Siderurgia Nacional, na EDP, nos Cimentos, na Marconi, na Setenave, na indústria vidreira, nos matadouros públicos, na EPAC, no Teatro de S. Carlos, na Petrogal? Que hoje milhares de trabalhadores aduaneiros estejam a receber, ou em vias de receber, cartas de despedimento, ficando sem emprego, sem profissão, sem saber das condições em que ficam, com que apoios, com que indemnizações, com que futuro?

(...)

«Enquanto alastram os excedentários e disponíveis, cresce o trabalho forçado e a exploração de crianças, os jovens saltitam entre curso de formação e um contrato a prazo. O recibo verde torna-se numa instituição, querem-se jovens dóceis, não sindicalizados, passivos. Na CP, logo na primeira greve realizada pelos trabalhadores, a Administração, animada pelas alterações a Lei, transforma os serviços mínimos em serviços máximos, violentando até os próprios pressupostos que serviram de argumentação ao PSD para mutilar a Lei da Greve ameaçando com processos disciplinares em massa.

«Simultaneamente, o Governo aplica a redução dos salários aos trabalhadores da Administração Pública em 5%. Com um à-vontade impressionante vem à praça pública pressionar os patrões (como se estes precisassem ser pressionados) para que se limitem aos aumentos salariais a 6%, ameaçando com falências e despedimentos.

«A duplicação dos fundos comunitários o Governo contrapõe a duplicação de sacrifícios para os trabalhadores portugueses, arquitecta e protagoniza o trabalho sem direitos, promove uma sociedade com novas inseguranças, novos excluídos, marginalizados e subsidiados.»

(...)

(Jerónimo de Sousa, no debate na AR sobre redução do horário de trabalho, no dia 6 de Janeiro de 1993)



Ponte 25 de Abril Não à portagem ganha adeptos

Os deputados Mário Tomé (UDP) e José Manuel Maia (PCP) voltaram a insistir na abolição da portagem na Ponte 25 de Abril, considerando-a a única medida de bom senso capaz de atenuar o inferno a que diariamente se submetem muitos milhares de pessoas que têm de fazer a ligação entre as duas margens do Tejo.

Em nota à imprensa, os dois deputados eleitos pela CDU congratulam-se com a nova posição assumida a propósito desta matéria pelo PS - uma proposta no sentido de suspender as portagens da Área Metropolitana de Lisboa nas vias de comunicação que não têm alternativa de transporte colectivo -, considerando que esta decisão dos socialistas "dá mais força à exigência das populações para que se acabe assim com todo o estendal de filas, atrasos, consumo brutal de combustível, poluição, desgaste psíquico e perda de horas de descanso".

Para os dois deputados, esta posição do PS é ainda interpretada como um "importante e inesperado apoio" ao projecto de lei nº 73/VI apresentado em Janeiro de 1992 pelo então deputado Luís Fazenda e por José Manuel Maia, diploma que no seu articulado prevê a eliminação da referida portagem.

No seu comunicado, os deputados chamam também a atenção para a inconsistência da argumentação do Governo - "um argumento que se destrói a si próprio", observam -, lembrando que se a portagem se destina a financiar as obras de manutenção da Ponte, há muito paga, então, tal argumento, a ser válido, serviria também para lançar portagens na utilização de avenidas, viadutos, túneis rodoviários, etc.



Depois de ter beneficiado de vastos apoios para investimento e modernização, a Beralt Tin dirige «convites» aos trabalhadores para estes rescindirem os seus contratos

Minas da Panasqueira Despedimentos à vista?

O processo de redução de efectivos iniciado pela Beralt Tin, empresa concessionária das Minas da Panasqueira, com "convites" aos trabalhadores para a rescisão dos respectivos contratos, está a gerar fundadas preocupações na região. A questão não é para menos, atendendo à posição determinante que a empresa ocupa no quadro regional, quer pela sua importância em termos económicos, quer pelo que representa no plano do emprego.

Preocupados com o futuro da empresa, entre os trabalhadores e suas organizações representativas causa sobretudo inquietação o facto de as medidas agora adoptadas não obedecerem sequer a nenhuma estratégia de modernização ou reestruturação, limitando-se à liquidação pura e simples de postos de trabalho efectivos.

Acresce ainda que o couto mineiro da Panasqueira - e este é outro facto que torna mais surpreendentes as medidas preconiza-

das pela administração da empresa - é a única exploração de volfrâmio da Comunidade Económica Europeia, com reservas a nível três para mais de 20 anos de exploração rentável, cuja produção é inteiramente absorvida pelos países comunitários.

Para o Grupo Parlamentar do PCP, que tem acompanhado este assunto, importa pois apurar os reais objectivos que movem a Beralt Tin, tanto mais que esta tem beneficiado de vastos apoios para investimento e modernização. Não menos importante é saber - e este foi o sentido de um requerimento subscrito pelo deputado Jerónimo de Sousa a propósito deste assunto - se o Executivo tem exacta noção das consequências para os trabalhadores e para a região que comporta qualquer processo de despedimentos ou mesmo encerramento temporal das minas e se a situação actual não justifica uma intervenção da sua parte no sentido de acautelar os interesses económicos e sociais em causa.

TRABALHADORES

Aumenta a indignação contra as posições do Governo na Função Pública

Prevista larga adesão à greve de amanhã

Vários sectores da Função Pública, incluindo médicos, professores e inspectores do trabalho, aderiram nos últimos dias à greve de 24 horas anunciada pela frente sindical da Função Pública para ama-

nã em todo o País. A greve segue-se a uma «semana de luta», que incluiu várias iniciativas nos locais de trabalho. O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores (STFPESA) sublinhou

que «a reacção de rejeição provocada pela portaria salarial (determinada unilateralmente pelo Governo), bem como a indignação que a desumana e artificial criação de excedentes em todos os ministérios está a

provocar, levam a uma grande compreensão da necessidade da luta».

Entretanto, a Comissão Executiva da CGTP considerava, segunda-feira, que os salários devem ser aumentados pelo menos 10 por cento em 1993. Manuel Lopes, que pertence àquele órgão da Central, salientou a importância da posição assumida pelos trabalhadores da Função Pública ao empenharem-se numa semana de luta e numa nova greve nacional.

É de assinalar que a greve de amanhã é convocada por todas as organizações sindicais do sector, designadamente as filiadas nas duas centrais sindicais, CGTP e UGT.



Canceladas negociações no têxtil

Como as associações patronais do têxtil não apresentaram qualquer proposta de aumento de salários ou de subsídio de alimentação e insistem em manter o horário de trabalho semanal nas 44 horas, foram canceladas a semana passada no Porto as negociações do contrato de trabalho para 1993. António Marques, da Federação do sector (FESETE), disse à Lusa que se mantém convocada a greve de 22 do corrente. Entretanto, ia ser requerida a intervenção do Ministério do Emprego como mediano nas reuniões de conciliação (foto de arquivo)

Aduaneiros Compensações insuficientes

Fonte do Ministério das Finanças disse à Lusa sexta-feira que o Governo tinha aprovado um pacote de medidas compensatórias para minorar os efeitos da entrada em vigor do Mercado Único no sector aduaneiro privado. O respectivo decreto-lei, ao qual aquela agência teve acesso, prevê, no entanto, o financiamento de apenas um terço das indemnizações aos trabalhadores despedidos que são cerca de 8 mil.

Tanto os sindicatos como a Câmara dos Despachantes Oficiais tinham exigido que as indemnizações fossem totalmente suportadas pelo Estado.

Ainda segundo a Lusa, as medidas compensatórias só serão aplicadas na totalidade aos despachantes oficiais e aos seus trabalhadores que tenham iniciado a actividade profissional no sector antes de 1 de Janeiro de 1987 e que se tenham mantido ao serviço em 1 de Janeiro de 1992.

O decreto-lei, aprovado em Conselho de Ministros em 31 de Dezembro findo, ainda não tinha sido divulgado no final da semana passada, nem tão-pouco fora remetido ao Presidente da República.

Segundo o diploma aprovado pelo Governo, é alargada por mais um ano a data a partir da qual os direitos são aplicados.

As medidas compensatórias abrangem os trabalhadores que eventualmente tenham sido despedidos em Dezembro de 1992, um mês antes da entrada em vigor do Mercado Único. Aplicam-se também aos que tenham

idade igual ou superior a 60 anos em 1 de Janeiro de 1993. A pré-reforma é por sua vez antecipada para os trabalhadores entre os 54 e os 60 anos. Um subsídio de desemprego será pago, pelo menos durante 24 meses, aos trabalhadores com mais de 40 anos.

De acordo com previsões da Câmara dos Despachantes Oficiais, só 1000 trabalhadores em despachantes oficiais e empresas vão manter o emprego a longo prazo.

Os sindicatos representativos mostraram-se descontentados com as medidas aprovadas pelo Governo.

Entretanto, sabia-se que estavam a entrar em Portugal produtos pecuários e agrícolas sem vistoria sanitária ou veterinária. Nessa data era citado como exemplo em Vilar Formoso por Velho Gomes, dirigente do STADE, um camião de coelhos provenientes da França e dirigido ao Freixieiro, cujo motorista não possuía «qualquer documento de verificação fito-sanitária ou equivalente».

Continuavam entretanto os protestos pela situação criada aos trabalhadores aduaneiros. Segundo a Lusa, um deles, José António, que no Verão passado esteve em greve da fome contra a falta de medidas para solucionar os problemas do sector, ameaçava em 7 do corrente colocar o filho, Bruno Jorge, de 10 anos, à porta do Palácio de São Bento. A criança sofre de cardiopatia congénita, e o pai é incapaz de suportar o custo dos tratamentos médicos.

Criação de emprego O desvio de Setúbal

Segundo o Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas (SIESI), 19 empresas do sector, no distrito de Setúbal, receberam cerca de 14 milhões de contos do SIBR (Sistema de Incentivos de Base Regional) para a criação de 3483 novos empregos. De acordo com um estudo que publicou sobre o assunto, o SIESI garante que o número de postos de trabalho criados com o montante desse subsídio não foi além dos 1300, e alguns deles estão em risco de desaparecer. Segundo a Lusa, que em 5 do corrente cita aquele estudo, o Sindicato destaca o caso da Siemens/Évora, que recebeu 237 427 contos do SIBR, com a condição de manter os postos de trabalho por quatro anos, mas recebeu autorização das entidades oficiais para despedir 110 trabalhadores. O estudo cita ainda, com pormenores, os casos da Seagate, da Ford Electrónica, da Delco-Remy, da Tronitec, pertencente ao grupo Marconi. Além destas, assinala o SIESI, há duas empresas a quem foram concedidos subsídios do SIBR e nem sequer puderam ser localizadas. A única excepção citada é a Montitec, uma pequena empresa do Montijo, que recebeu, do SIBR, 25 mil contos, propondo-se criar 47 postos de trabalho, e já emprega 60 pessoas, indo assim além daquilo a que se comprometeu.



Concentração hoje

Depois de um plenário geral, (foto de arquivo) os trabalhadores da CP e da Carris devem concentrar-se hoje em Lisboa. Dirigentes sindicais do sector, incluindo os transportes aéreos, admitiam entretanto a possibilidade de greve conjunta em defesa de aumentos salariais de 10 por cento, pelo menos, e em defesa também de direitos ameaçados. A negociação colectiva está num «impasse», afirmam as organizações sindicais

Semana inglesa Empregados concentram-se em Lisboa

Concentram-se sábado na Rua Augusta os empregados das lojas de Lisboa. Organizada pelo CESL, esta forma de luta destina-se a reclamar o respeito pela semana inglesa, ou seja, o encerramento aos sábados à tarde, conforme determina o contrato colectivo do comércio retalhista. Uma comissão sindical

será criada para apoiar esta luta. Outras iniciativas, incluindo um abaixo-assinado de pequenos e médios comerciantes que apoiam a semana inglesa, foram aprovadas no plenário geral de trabalhadores do sector retalhista de Lisboa, convocado pelo CESL, sindicato representativo da maioria dos trabalhadores.

Médicos na CGTP

As implicações sociais decorrentes do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, bem como as de ordem profissional foram abordadas em 6 do corrente num encontro de delegações da CGTP-IN e da FNAM (Federação Nacional dos Médicos). Segundo uma nota da Central, o conteúdo daquele diploma foi considerado «fortemente gravoso» por ambas as delegações. «Mutuamente vantajosa» é a colaboração regular entre as duas organizações. Embora a FNAM tenha manifestado «a sua autonomia em relação às centrais sindicais», as duas organizações «mos-

taram receptividade» quanto à participação «em iniciativas específicas» para o esclarecimento da opinião pública sobre «questões referentes à saúde dos portugueses». A iniciativa da CGTP intitulada «SOS em Defesa da Saúde» decorrerá no Forum Picoas em 16 do corrente.

A delegação da CGTP-IN era conduzida pelo coordenador, Manuel Carvalho da Silva; a da FNAM era formada pelos drs. Mário Jorge e Rui Lourenço. O encontro efectuou-se na sede da Central, a pedido da Federação.

Balanço de 1992 em Braga desmente

«democracia de sucesso»

«O balanço do "estado geral" do Distrito no ano de 1992 constitui o mais rotundo desmentido da "democracia de sucesso" apregoada pelo primeiro-ministro e pelo seu partido», escreve a DORBraga, e nota do seu Gabinete de Informação, após a sua primeira reunião do ano, realizada em 11 do corrente e durante a qual aquela Direcção Regional do PCP analisou a situação social, a preparação das próximas eleições autárquicas e a actividade do Partido no distrito. A DORBraga enumerou as razões desse desmentido:

«É a situação de dificuldades e crise na generalidade dos sectores industriais implantados na região, o afundamento da agricultura e do pequeno e médio comércio, o progresso inquietante das falências, encerramento de postos de trabalho, despedimentos;

«é o agravamento da precariedade e das condições de trabalho, a degradação do sistema escolar, saúde e segurança social, a quebra do poder de compra e dos principais índices de bem-estar;

«é o crescimento dos contrastes sociais e de diversas manifestações de rotura do tecido social — mendicidade, delinquência, droga, prostituição.

«A DORBraga do PCP responsabiliza a política do Governo PSD como principal causadora deste quadro.

«A continuação, durante 1993, desta mesma política, não deixará de marcar as perspectivas para mais um ano de dificuldades.

«O Orçamento recessivo e injusto, aprovado pela maioria PSD na Assembleia da República, e as promessas-ameaças de Cavaco Silva quanto a "um ano de rigor e contenção", afectarão negativamente, quer as condições de desenvolvimento do Distrito, quer a vida dos trabalhadores e das camadas sociais mais desfavorecidas.»

A situação dos trabalhadores

«A DORBraga do PCP apreciou, em particular, a situação presente dos trabalhadores de Distrito:

«No sector têxtil — marcado pelo encerramento de empresas, desemprego e instabilidade — a ofensiva patronal do momento para degradar ainda mais salários reais e retirar direitos adquiridos, ao mesmo tempo que se recusa a proceder à redução do horário de trabalho, levou à rotura das negociações do C.C.T. com os Sindicatos. O patronato, com o seu comportamento, obrigou os trabalhadores a decidirem da marcação de uma greve a 22 de Janeiro para fazer valer os seus direitos e defender o seu poder de compra;

«No sector metalúrgico, a crise reflecte-se no atraso do pagamento dos subsídios de Natal, mês de Dezembro e até subsídio de férias na maioria das empresas; processos de viabilização e perspectivas de fechar as portas, atingem novas empresas;

«Entretanto, graças à luta dos trabalhadores a nível nacional, as empresas do sector começaram já a praticar o horário de 42 horas de trabalho.

«No sector do material eléctrico, a situação no Grupo Grundig, que no ano de 1992 reduziu em cerca de 700 o número de postos de trabalho, é de preocupação para os seus trabalhadores.

«Saudando os trabalhadores pela consciência e combatividade de que deram provas em ano de grande afrontamento, causado quer pela política do Governo, quer pela ofensiva patronal, a DORBraga do PCP assegura o apoio e o empenhamento dos comunistas do Distrito ao prosseguimento da luta e objectivos.

«Com confiança na força que, unidos, representam, os trabalhadores do Distrito continuarão em 93 a defender o seu emprego, a lutar por salários justos, condições de trabalho dignas e o exercício dos seus direitos.»

Eleições autárquicas

«A DORBraga procedeu também à análise das linhas gerais do trabalho dos comunistas para a preparação das listas da CDU no Distrito, com vista às Eleições Autárquicas que decorrerão no presente ano.

«Saudando todos os democratas que têm colaborado e cooperado com o PCP, no quadro da CDU, a DORBraga sublinha o facto incontestável de ser a CDU, verdadeiramente o espaço unitário e democrático onde independentemente de outras diferenças de opinião, cabem e devem participar todos aqueles que querem combater a direita, ver resolvidos os problemas da sua terra e prestigiados os respectivos órgãos autárquicos

com pessoas e forças que sejam o melhor garante e fiança de uma gestão democrática, transparente, dinâmica, honesta e competente.

«O ano de 1992 comprovou o que a DORBraga do PCP diversas vezes tornou público sobre a actuação da maioria dos órgãos autárquicos do Distrito e designadamente da Câmaras Municipais — incapacidade, inoperância, compadrio e actos pouco transparentes, casos de corrupções mesmo, falta aos compromissos eleitorais assumidos em 1989. Para decepção de muitos democratas que deram apoio a candidaturas do Partido Socialista, quer a sua gestão, quer a falta de princípios deste Partido em nada o diferenciaram do PSD e da direita em geral. Face a esta realidade indesmentível, a DORBraga insiste em afirmar: o que pode constituir alteração, mudança neste estado de coisas e renovação das esperanças é o reforço de eleitos e de posições da CDU nas próximas eleições às Autarquias de Distrito.»

Travar a ofensiva do PSD contra o Ensino Superior Público

A Comissão do Ensino Superior do PCP tornou pública, na segunda-feira, a nota que a seguir transcrevemos na íntegra:

A acção social escolar é chamada a desempenhar um importante papel para a concretização da função social do Ensino Superior através da promoção da efectiva igualdade de oportunidades de acesso e rendimento dos alunos. O Estado não pode eximir-se aos seus deveres constitucionais nesta matéria.

É neste contexto que assume uma particular gravidade, e justifica uma viva crítica por parte da Comissão do Ensino Superior do PCP, o facto do PSD, depois de aprovado na generalidade o Orçamento do Estado para 1993 e de encerrada a discussão na especialidade, na véspera da votação final global, ter feito aditar pela calada à proposta de Orçamento do Estado uma disposição através da qual o Governo pretende impor «a devolução às instituições de ensino superior público da responsabilidade pela execução da política de acção social tal como se encontra definida».

É grave, desde logo, pelo procedimento adoptado. Quando, na Assembleia da

República, se encontra para debate o Projecto nº 171/VI de Lei Quadro da Acção Social Escolar no Ensino Superior apresentado pelo PCP; quando, constitui uma reivindicação unânime dos estudantes e dos órgãos universitários a realização de um amplo e participado debate sobre a necessária reformulação da política de acção social escolar; o PSD vem, insolitamente, através do Orçamento de Estado, tentar dar carta branca ao Governo para legislar sem qualquer debate em matéria de acção social escolar no Ensino Superior, impondo às instituições desse grau de ensino a mera execução de opções impostas unilateralmente pelo Governo.

Esta instrumentalização do Orçamento do Estado abre a porta a mais uma flagrante violação da Autonomia Universitária.

É grave, também, pelo seu conteúdo. Aquilo a que o PSD chama «a devolução às instituições de ensino superior público da responsabilidade pela execução da política de acção social» tem o significado de desenterrar o velho projecto do Ministério da Educação de extinguir os serviços, de obrigar as instituições de ensino superior público a suportar por si próprias os encargos com a

Má hora para os Açores

O adiantamento de uma hora à hora legal, verificado no passado dia 27 de Dezembro, nos Açores, medida que provocou naquela Região Autónoma uma «muito ampla, generalizada e justificada onda de descontentamento e de protesto em todas as ilhas», suscitou, da parte do Secretariado da DORAA do PCP, uma tomada de posição pública. O comunicado do Secretariado da DORAA sublinha «os prejuízos e implicações negativas na vida quotidiana», que se revelaram de grande dimensão, sem, em contrapartida, se verificarem quaisquer vantagens assinaláveis».

No texto do comunicado da DORAA, pode ainda ler-se:

«Os partidos e deputados que em Setembro de 92 reprovaram essa alteração e que Dezembro último votaram contra a proposta do Governo Regional, aprovada passivamente pelos deputados do PSD, tinham toda a razão nos muitos e válidos argumentos que apresentaram.»

«No caso concreto do PCP, o representante parlamentar, Deputado Paulo Valadão, demonstrou em

pormenor na Assembleia Legislativa Regional a natureza irracional e os graves prejuízos que tal adiantamento da hora traria.»

«Repare-se que, actualmente, adoptou-se como hora legal nos Açores o Tempo Universal Coordenado (TUC), o que dadas as longitudes Oeste das Ilhas do Açores significa que a hora legal está adiantada 2 horas em relação à hora solar. Repare-se também que, nos termos do Decreto Legislativo Regional em vigor, entre o último domingo de Março e o último domingo de Setembro a hora legal avança, em relação ao Tempo Universal Coordenado, mais 60 minutos, o que significará que ficaremos, nesse período, com uma hora legal avançada em 3 horas em relação à hora solar.

O comunicado da DORAA do PCP refere-se, por outro lado, ao texto de uma Nota Oficiosa que pretensamente «justificava» a medida tomada. E esclarece:

«A questão da hora não tem nada a ver com problemas de solidariedade, mas sim apenas com um problema geográfico.»

«A questão da hora não prejudica a realização de negócios com o Continente, dados todos os actuais meios de comunicação, prejudicando sim fortemente a economia regional a actual hora legal na medida em que faz reduzir, no período de Inverno, a produtividade de muitas actividades.

Não somos mais europeus por adoptarmos o TUC como hora legal de Inverno e o TUC mais sessenta minutos como hora legal de Verão. Apenas fica demonstrado que quem nos governa despreza profundamente o sentir da sociedade que somos.»

«Não é verdade, ao contrário do que diz o Presidente do Governo, que tenha sido feita uma profunda auscultação da sociedade sobre este problema. A verdade é que o Governo e o PSD até impediram que o seu projecto fosse analisado por uma comissão da Assembleia, uma vez que impuseram urgência e dispensa de exame em Comissão.»

Por fim, o Secretariado da DORAA considera necessária «a realização de um amplo debate institucional e público» sobre o problema e, por outro lado, «a intrusão, por via legislativa regional, das alterações que façam aproximar a hora legal da hora solar».

«No que respeita à vertente institucional esta já a desenvolver contactos PCP, o com os restantes partidos da oposição com vista a serem encontradas em conjunto as formas adequadas de, na Assembleia Legislativa Regional, se debater com urgência as graves e negativas consequências sociais e económicas da alteração da hora.»

VIII
SONETOS

de

ARY

DOS

SANTOS

um texto de Manuel Gusmão

e

um desenho de Rogério Ribeiro

PODER LOCAL

Actividade autárquica

Os Planos que falam por si

Os Planos de Actividade e Orçamento para 1993 são, como sempre, uma «pedra de toque» das estratégias de gestão e do empenho autárquico que se registam por esse País fora.

Verdadeiros pontos de partida da actividade das autarquias para este ano (em particular dos municípios), a sua definição diz talvez mais das forças políticas intervenientes que muitos quilómetros de prosa. A título de exemplo — dando nota de informação chegada ao nosso jornal — vejamos como actuou a CDU nesta matéria, quer em situação de maioria (Alcácer do Sal e Montemor-o-Novo), quer de minoria (Barcelos).

Alcácer do Sal

A Câmara Municipal de Alcácer do Sal aprovou no fim de Dezembro o seu Orçamento e Plano de Actividades para 1993, no valor de um milhão e 786 mil contos.

O sector das comunicações e transportes, onde se incluem as obras de construção e manutenção da rede viária e arruamentos, absorve 465 848 contos (26,07%). Nesta área, destaca-se a construção de infra-estruturas em Santa Suzana e da 2ª fase das infra-estruturas da Comporta, obras orçadas em 90 mil contos.

O saneamento e a salubridade contam com um orçamento de 302 862 contos (16,95%) destinado a obras de construção e remodelação de redes de esgoto e redes de água. Uma das iniciativas a lançar em 1993 é o início da construção das estações de tratamento de águas residuais de Alcácer do Sal e estações elevatórias dos bairros da Quintinha e do Forno da Cal, com um orçamento global de 203 mil contos ao longo dos próximos dois anos.

Na área da cultura, desporto e tempos livres, prevê-se a conclusão das obras da Biblioteca Municipal. A autarquia orçamentou uma verba de 47 mil contos destinada à ampliação das instalações e aquisição do respectivo mobiliário, equipamento e livros. O orçamento global para este sector é de 219 381 contos (16,95%).

No âmbito das competências das autarquias na área da educação, o orçamento destina verbas superiores a 46 mil e 400 contos para suportar os custos dos transportes escolares dos 1º, 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário.

Trata-se de um esforço financeiro assinalável, sobretudo quando são conhecidas as reduções do Fundo de Equilíbrio Financeiro impostas pelo Governo. Numa nota introdutória ao Orçamento e Plano de Actividades, os autarcas de Alcácer do Sal recordam que foram retirados ao município, em 1992 e em 1993, 441 819 contos como consequência do não cumprimento da Lei das Finanças Locais.

O ano de 1993, apesar das limitações, será um período decisivo para a concretiza-

ção de obras fundamentais para o desenvolvimento do concelho e para o bem-estar das populações. «Durante 1993, a Câmara fará todos os esforços para dotar o espaço da Feira Nova de Outubro e a PIMEL com um pavilhão polivalente, construído de raiz, para apoio à divulgação de actividades económicas», afirmam os autarcas, que chamam também a atenção para a nova Biblioteca Municipal «dotada de salas de leitura, galeria de exposições e mini-auditório».

«Por outro, reivindicar-se-ão do Governo acções que a ele incumbem, através do PIDAC, tais como desassoreamento do rio Sado, o prolongamento da muralha marginal até ao cabo de São Pedro, a recuperação da Estrada nº 253 para Montemor, a construção das escolas 1, 2 e 3 de Alcácer e da Comporta e a reconstrução do Castelo».

Montemor-o-Novo

Quanto à Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, vai em 1993 continuar a apostar forte no desenvolvimento do concelho. O Plano de Actividades e o Orçamento para o próximo ano foram já aprovados em reunião extraordinária que teve lugar no passado dia 16 de Dezembro, tendo a autarquia definido como grandes projectos para 1993 o início da construção das Piscinas Municipais e do Centro Cultural das Silveiras e a conclusão das estradas Cabrela/Vendas Novas e Baldios/Cabrela. A conclusão das electrificações rurais e a discussão e implementação do PDM constituem outros dos grandes projectos do município.

O desenvolvimento económico é outra das apostas fortes da Câmara. A Zona Industrial da Adua continuará a ser fortemente impulsionada e representará, em 1993, um investimento de 120 mil contos.

O Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico e Concelhio (GADEC) vai continuar a ser implementado, tendo-lhe sido atribuída uma verba de 20 mil contos.

No âmbito do desenvolvimento económico, a autarquia vai continuar a incentivar e a cativar investimento

no concelho. A comprovar este esforço, está o apoio da Câmara à instalação do «Intermarché» em Montemor, e de unidades industriais nas Silveiras e na Zona Industrial da Adua. O Parque de Exposições de Montemor-o-Novo vai também começar a ser construído em 1993.

No sector do saneamento básico e defesa do meio ambiente, o município vai reforçar o abastecimento de água às Silveiras. Irá ainda efectuar ampliações diversas das redes de esgotos e um estudo para a construção de um aterro sanitário.

Os arranjos exteriores irão continuar a ser efectuados em diversas freguesias do concelho, com destaque para o Ciborro, Lavre e Cortiçadas e em alguns locais da cidade de Montemor.

Na área sociocultural, o Plano de Actividades prevê a realização do Ciclo da Primavera, de iniciativas para as crianças e para a juventude, a participação nas V Olimpíadas Populares do Distrito de Évora e na Volta ao Alentejo em Bicicleta.

Ainda durante o próximo ano vai continuar a ser implementado o programa de modernização dos serviços da autarquia.

Em termos gerais, o executivo camarário pretende cumprir o programa eleitoral da CDU, denunciando o estrangulamento financeiro das autarquias pelo Governo (em 2 anos, Montemor recebe menos 546 mil contos), e dando particular atenção à resolução de pequenas obras.

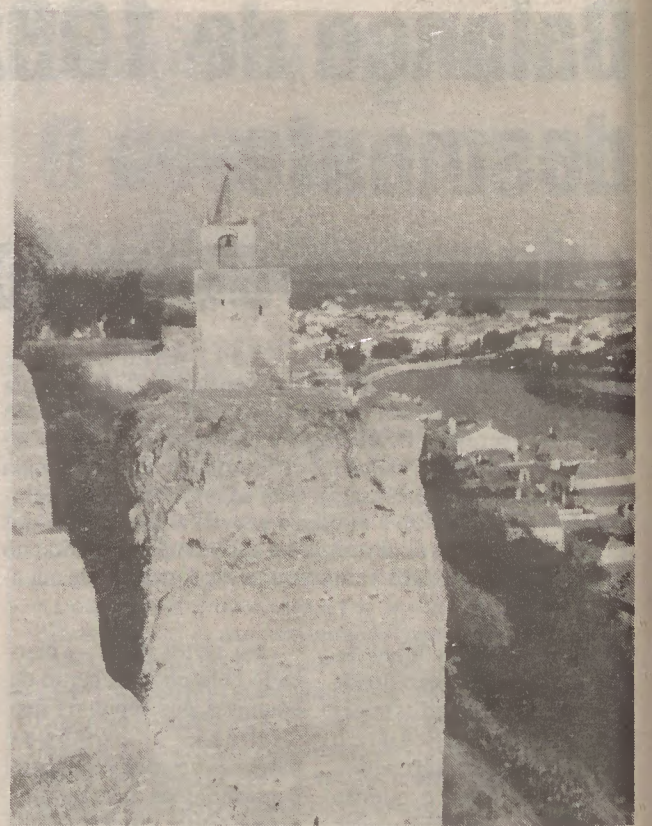
A reivindicação da construção da Barragem dos Minutos, bem como a recuperação do Convento da Saudação, são algumas das acções que irão ser levadas a cabo. Para pôr em prática este Plano de Actividades, a Câmara aprovou um orçamento de 1 869 092 contos.

Barcelos

Já em Barcelos, onde impera uma maioria PSD, as coisas passaram-se de forma substancialmente diferente, segundo os eleitos da CDU nesta importante autarquia minhota.

No passado dia 18 de Dezembro, a Assembleia Municipal de Barcelos discutiu e aprovou o Plano de Actividades e Orçamento para 1993. Os eleitos da CDU, «mais uma vez demonstraram, na reunião da Assembleia Municipal, que são a única força política que, com coerência e firmeza, se opõe ao Executivo Municipal de maioria PSD», assinala uma nota da CDU de Barcelos, que acrescenta:

«Os documentos apresentados pelo Executivo de maioria PSD foram aprovados com o voto contra dos eleitos da CDU, tendo-o justificado com a seguinte declaração: «... O Plano de Actividades e Orçamento para 1993 fica muito aquém das expectativas e, em comparação com outros anteriores, chegamos à conclusão que Barcelos está a retroceder a passos muito largos. As grandes prioridades que



Alcácer do Sal

levariam ao desenvolvimento do concelho foram substituídas em detrimento dos interesses particulares e por uma rúbrica «saco azul» contemplados no Plano de Actividades.» E a CDU de Barcelos prossegue:

«As prioridades sofrem uma grande redução a nível de investimentos, o que nos leva a concluir que, se os Planos anteriores eram maus, o Plano para 1993 é péssimo. A habitação em 1991 representava 7,1%, em 1992 passou para 4,7% e em 1993 passa para 4,1%. O saneamento em 1992 representava 9,4% e em 1993 passa para 7,8%. A educação em 1991 correspondia a 30,6%, em 1993 passa para 27,2%. A saúde que em 1992 representava 0,3%, em 1993 passa para 0%. E a descentralização para as freguesias em 1990 foi de 10,6%, em 1991 passou para 8%, em 1992

manteve os 8% e em 1993 passa para 7,8%, atingindo assim a percentagem mais baixa dos últimos anos.»

Assim, a CDU «lamenta, critica e condena que a redução de investimentos nos sectores fundamentais para o desenvolvimento do concelho seja à custa de favores a entidades privadas e ao «saco azul». E este Plano de Actividades carece de transparência e de rigor, o PSD retém no seu «saco azul» uma verba muito elevada para investir onde quiser, como quiser e da forma que entender, sem qualquer tipo de controlo, favorecendo ainda mais o clientelismo e o compadrio».

Finalmente, recorda e acusa:

«O PSD não leva os Planos de Actividade muito a sério, enquanto o Plano de Actividades para o ano de 1992 não foi concretizado nem em 50%.»

Sintra

A aprovação dos Planos e Orçamento, como se vê nesta página, está a agitar os municípios. Em conferência de imprensa dada anteontem, os vereadores da CDU na Câmara Municipal de Sintra criticaram duramente o executivo PSD nesta matéria. Diz a CDU de Sintra:

Ao PSD e ao Presidente da Câmara interessou aproveitar ao máximo todo o carácter presidencialista da actual legislação autárquica, para poderem «construir» um orçamento que não foi discutido pelo Executivo Municipal na sua fase de elaboração, e onde não se verificou qualquer análise séria e científica em torno da previsão de receitas.

Neste sentido é nosso entender que a forma fechada como o Plano e o Orçamento foram elaborados teve como primeiro objectivo impedir a discussão em torno do valor global do orçamento.

Ao Plano e Orçamento não correspondem uma visão global e integrada de desenvolvimento. Da leitura destes documentos não é possível inferir qualquer modelo estruturado e não se descortinam estratégias sectoriais que hajam sido definidas em função desse modelo.

O Plano e o Orçamento elaborados no segredo do Gabinete da Presidência, pelo PSD e pelo Presidente da Câmara, surgem como meros documentos administrativos que fazem o somatório de vários e desenquadrados conhecimentos e informações empíricas recolhidas pelo Presidente.

É no mínimo escandaloso que, num orçamento que ultrapassa os dezasseis milhões de contos (o da Câmara), apenas existam disponibilidades para investir doze mil e quinhentos contos em estudos de urbanismo. Ou seja, as tão apregoadas preocupações, do PSD e do Presidente da Câmara, em ultrapassar o escândalo que tem sido a gestão urbanística do concelho não chegam a merecer um por cento a nível do orçamento.

A CDU reafirma que não acredita nestes Plano e Orçamento, que os considera irrealistas e eleitoralistas.

Mas a CDU afirma igualmente, por forma clara, que tudo fará para que estas propostas do PSD e do Presidente da Câmara sejam levadas à execução. Sejam feitas as obras, sejam investidas as verbas previstas.

Cascais

Entretanto, a CDU no Concelho de Cascais criticou com dureza a actuação da gestão PSD neste município, afirmando que:

A gestão do PSD ao longo destes anos no Concelho reflecte inequivocamente a falta de capacidade e competência para gerir o Município e resolver os problemas do Concelho. Assim como tem desestabilizado a estrutura humana da Câmara e causado enormes prejuízos a curto e médio prazo no Concelho, face ao adiamento das soluções.

A gestão PSD nos últimos 13 anos tem contribuído para a descaracterização do Concelho, por ausência assumida de gestão correcta e planeada, tendo como consequência um negativo impacte na qualidade de vida da sua população, assim como um definhamento na sua vocação turística, com reflexos na actividade económica fundamental ao seu desenvolvimento.

A gestão PSD para 1993 vai caracterizar-se, segundo a CDU, por uma diminuição de investimento nas áreas mais importantes da gestão Municipal, «vai agravar os encargos financeiros sobre os municípios — aumentos acima da taxa de inflação anunciada pelo Governo — e vai tentar chamar a si projectos financiados pela CEE e pelo Governo».

Finalmente, a CDU reafirma a sua disponibilidade para voltar a assumir responsabilidades na gestão de algumas áreas municipais urgentes, nomeadamente a recuperação das áreas e bairros clandestinos.

NACIONAL

«Verdes» contra lixeira

Na sequência do protesto da população de Ossela, concelho de Oliveira de Azeméis, que se concentrou, 24 horas por dia, a semana passada junto à lixeira da Serra do Pereiro contra a poluição provocada pelo aterro sanitário local, o deputado de «Os Verdes», André Martins, visitou na segunda-feira passada o local, para se inteirar da realidade da situação para posteriormente a levar à Assembleia da República.

Os habitantes de Ossela dizem que a lixeira tem contaminado os cursos de água e lençóis de captação da região, provocando a morte de animais, a contaminação dos solos e doenças em alguns dos habitantes.

SARGENTOS NA EUROMIL

A Associação Nacional de Sargentos (ANS) vai comemorar mais uma vez o 31 de Janeiro com um conjunto de iniciativas programadas em Lisboa (Voz do Operário), Porto, Viseu, Algarve e Açores, contando a ANS com a presença do Comité Executivo da Euromil, organização europeia à qual a ANS formulou um pedido de adesão.

A Euromil é a organização europeia de Associações Militares, com assento no Conselho da Europa e Organização Internacional do Trabalho e dela fazem parte estruturas militares de praticamente todos os países europeus. Esta presença «é um sinal de prestígio e influência da ANS, mas também da disponibilidade já manifestada pela Euromil de tudo fazer para que os militares em Portugal evoluam para um patamar superior no plano dos direitos», afirma a ANS em comunicado entretanto difundido.

URAP CONTRA NAZIS

A União de Resistentes Antifascistas Portugueses enviou um telegrama à direcção do Sport Lisboa e Benfica, sobresscrito em nome do Conselho Directivo da URAP por Alcina Bastos, onde se manifesta a preocupação pelo aproveitamento dos espectáculos desportivos por movimentos nazis, solicitando «medidas que detenham esse fenómeno, expressão do renascimento de comportamentos xenófobos e racistas responsáveis pelo holocausto na Segunda Guerra Mundial».

CNA E MATADOUROS

Acusando o Ministério da Agricultura e o Iroma de «deliberadamente» ter deixado degradar muitos matadouros e de forçar o seu encerramento e, ao mesmo tempo, mandando construir grandes unidades de abate onde se gastaram milhões de contos, a CNA-Confederação Nacional da Agricultura alerta em comunicado os agricultores e o movimento cooperativo para o risco que correm de verem o seu dinheiro a apenas servir de suporte às manobras financeiras e de controlo por parte de grandes accionistas, «particularmente estrangeiros» se se deixarem aliciar pela intensa propaganda para a compra de 40 por cento de acções das novas empresas PEC (Produtos Pecuários e Alimentação).

Segundo a CNA os pequenos accionistas não terão voz na administração dessas empresas e é previsível que, na procura de maior lucro, venham a importar sobretudo carne estrangeira, «mais barata mas de pior qualidade alimentar devido às hormonas».

«Assim a produção nacional ficará ainda mais desprotegida e com maiores dificuldades de escoamento», conclui a CNA que reivindica que parte dos 40 por cento das referidas acções seja distribuída gratuitamente a organizações de lavoura e que estas façam parte da administração das PEC, a par das autarquias e as organizações de comerciantes de carnes, já que «os agricultores e criadores de gado têm pago milhões de contos de taxas para abate das suas redes, na rede de matadouros».

EMIGRAÇÃO DO PCP REÚNE

O Organismo Coordenador da Emigração na Europa do PCP reúne no próximo sábado na Holanda, para preparar a reunião de quadros na Europa e analisar a situação social dos emigrantes portugueses. Entretanto foi anunciado que a célula de Rotterdam (Holanda) promove no próximo dia 16, sábado, um convívio comemorativo do 18 de Janeiro.

O boletim «Emigração», da responsabilidade da Comissão para o trabalho entre a emigração do Partido Comunista Português, editou o seu número 42, o primeiro após o XIV Congresso do Partido. No editorial desta publicação referem-se as expectativas criadas em torno do novo secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, dizendo-se que para os comunistas «a questão central é ter ou não ter uma política de emigração e que tipo de política».

«Os emigrantes não precisam de um secretário de Estado com um novo estilo, mas sim de um Governo que inicie uma verdadeira política de emigração, a qual passa, obrigatoriamente, pelo diálogo com todas as estruturas representativas das comunidades portuguesas e, nomeadamente, com o movimento associativo», conclui-se.

Serviços do Estado em estado caótico

Fiscalização de impostos está inoperacional

«Que controlo fiscal sério e isento se faz junto dos grandes grupos económicos? A fiscalização controla tais contribuintes? Não! - O que ainda se vai fiscalizando é o pequeno contribuinte». Afirmações contidas numa moção do Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos aprovada numa reunião de 30 de Outubro do seu Conselho Geral e agora tomada pública através da inserção do texto da moção como publicidade paga em alguns jornais diários. Ali este sindicato acusa o Governo de «politizar a Casa dos Impostos» e de aparentemente ignorar a situação caótica que se vive na Direcção-Geral das Contribuições e Impostos

(DGCI) e os milhões de contos que ficam por entrar nos cofres do Estado dado o nível atingido de fuga fiscal: «empresas existem que retiveram IRS aos seus trabalhadores, não o entregaram nos cofres do Estado, e por outro lado estão a ser reembolsados do IRC», escreve-se nesta moção.

Este sindicato, onde estão filiados muitos dos quadros superiores da DGCI, denuncia a «política de interesses em que sempre se procuraram os serviços de empresas particulares» no que diz respeito à instalação do sistema informático que «continua a não dar, até agora, resposta minimamente credível e aceitá-

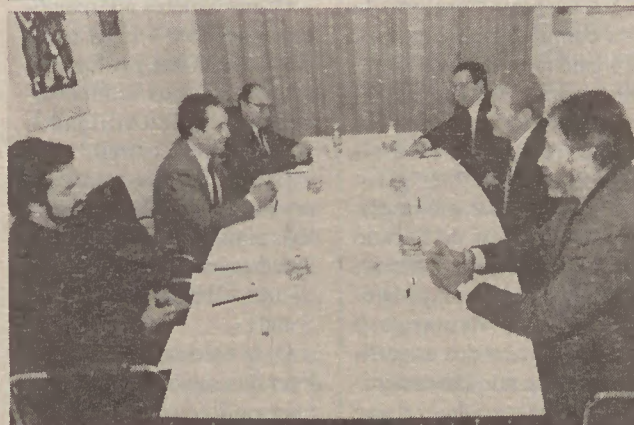
vel», perguntando «como é possível ter-se chegado a este ponto de nítida ruptura, três anos após ter entrado em vigor o novo figurino fiscal»? Assim, neste momento, as certidões de relaxe inerentes aos impostos sobre o rendimento não são extraídas; as declarações relativas do artigo 114 do CIRS estão por tratar desde 1989 «o que inviabiliza o andamento informático essencial à fiscalização»; as relações dos notários desapareceram das repartições de finanças; não há qualquer controlo sobre os ganhos provenientes da venda de imóveis, «designadamente terrenos para construção; e estão a ocorrer reembolsos do IRC sem que se encontrem tratadas informaticamente as retenções na fonte.

O Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos afirma que a fiscalização tributária «por completa falta de meios, está inoperacional», acrescentando: «é o deixa andar... no entanto são milhões de contos

de IVA que se encontram por entrar nos cofres do Estado».

«Os cofres do Estado não podem ser apenas alimentados com os descontos dos trabalhadores por conta de outrem», afirma-se, porque «o que ainda se vai fiscalizando é o pequeno contribuinte». A moção aconselha o ministro da tutela a solicitar a listagem dos contribuintes que declararam lucro tributável desde 89, a saber se existe algum controlo fiscal sobre se as empresas entregam ou não a totalidade do IRS retido aos seus trabalhadores e a indagar se «o universo das empresas controladas, quanto à entrega real do IVA, liquidado nos seus documentos é significativo».

A política de pessoal, o tratamento e atendimento do contribuinte são outros temas abordados nesta moção: «se dúvidas houvesse, pensamos que se demonstrou, sobejamente, onde, neste momento, se encontra a definição concreta para a palavra caos», sintetiza este sindicato.



Encontro do PCP com UDP

Uma delegação da União Democrática Popular foi recebida na sede nacional do Partido Comunista Português em Lisboa, semanas depois dos últimos congressos de ambas as formações políticas. A delegação da UDP era chefiada por Mário Tomé que se encontrava acompanhado por Luís Fazendas e Francisco Tomás. Por parte do PCP estiveram neste encontro o secretário-geral do Partido, Carlos Carvalhas, e os membros da Comissão Política, Luís Sá e Domingos Abrantes.

Esclarecimento sobre a notícia do jornal «Público»

Numa carta enviada pelo Gabinete de Imprensa do Partido ao director do jornal «Público», no passado dia seis, esclarece-se uma falsa ideia transmitida por uma notícia daquele matutino.

O texto é aqui transcrito na íntegra:

«Dado que a notícia hoje publicada pelo vosso jornal sobre a conferência de Imprensa do PCP ontem realizada tem como antetítulo a estranha e chocante afirmação de que «Comissão Política do PCP perspectiva vitória autárquica do PSD», cumpre-nos esclarecer que essa ideia não tem qualquer suporte ou fundamento nem no teor do comunicado distribuído aos jornalistas, nem nas afirmações feitas por Edgar Correia, nem sequer no texto da própria notícia do «Público» e claramente não corresponde à análise e às perspectivas do PCP para essas eleições.

«As afirmações feitas pelo PCP não permitem sequer a interpretação de que a não concretização de entendimentos eleitorais entre o PCP e o PS signifique automaticamente a vitória do PSD nos 18 municípios de diversas regiões do País actualmente de Presidência do PSD mas em que CDU e PS, em conjunto, têm a maioria dos votos, na medida em que, em vários deles (como é o caso muito relevante de Sintra), o PCP e a CDU se posicionam como fortes candidatos à conquista da Presidência.

«Se o antetítulo apostado pelo «Público» à notícia sobre a conferência de Imprensa do PCP resulta da defeituosa interpretação que atrás se rejeita, é então oportuno recordar que o facto de em 1989 o PSD ter ganho essas 18 eleições não impediu que, nesse ano, como é geralmente reconhecido, o PSD tivesse registado não uma «vitória autárquica» mas uma «séria derrota.»

PCP condena violência nos estádios de futebol

«O PCP considera inadmissíveis a exibição de símbolos nazis e os actos de agressão e violência nos estádios que estão a assumir uma expressão preocupante e que devem ser pronta e activamente combatidos, sob pena de virem a assumir no futuro dimensões e desenvolvimentos muitíssimo mais graves.

«Tudo indica que na origem desta situação estará, fundamentalmente, a infiltração organizada nas claques clubísticas de grupos neo-nazis que aí procuram agregar novos apoios e reactivas elementos que até aqui teriam sido condicionados e contidos pela própria estruturação associativa das claques.

«O PCP considera, por um lado, que o Governo não pode desresponsabilizar-se pela segurança dos cidadãos em espectáculos públicos (o que conduziu directamente à importante questão do policiamento nos estádios) e, por outro lado, que, honrando a tradição democrática do associativismo português, os clubes e as próprias claques têm o dever de dar uma grande contribuição para a defesa da ética desportiva e para o combate à violência e à intolerância.

«Uma reflexão mais exigente sobre esta problemática não poderá ignorar os factores sociais, económicos e de valores que conduzem a que seja na tão propagandeada «democracia de sucesso» do cavaquismo que irrompem com maior expressão ideias, atitudes e comportamentos tão chocantemente violentos e reaccionários.»

O Gabinete de Imprensa
7.1.93

Aniversário da revolução cubana

Mais de uma centena de democratas setubalenses comemoraram mais um aniversário da Revolução Cubana, no passado sábado, na Sociedade Musical Capricho Setubalense.

A iniciativa partiu do núcleo de Setúbal da Associação de Amizade Portugal-Cuba e da JCP, e permitiu a recolha de dezenas de contos para a Campanha Leite Para Cuba.

Em representação do Embaixador de Cuba, ausente do nosso país, falou o cônsul cubano em Portugal, Eusébio Ribeiro.

Com forte componente cultural, a sessão contou com a apresentação de vídeos, poemas foram ditos por Maria Josefa, secretária da Embaixada, Odete Santos, Celeste Amorim, e canções (muitas de José Afonso) interpretadas por Helena Guerra acompanhada por Dimas de Almeida e Albano.

De registar que a obtenção de fundos assentou, para além de uma banca e bar, no leilão e sorteio de uma peça de cerâmica de Manuela Serrano e de uma gravura de Teresa Granadas, oferecidas para o efeito.

A apresentação esteve a cargo de Fernando Casaca, director e actor de teatro.

INTERNACIONAL

Alemanha

Centenas de pessoas desfilaram em Berlim perante os túmulos dos dirigentes marxistas Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo, assassinados em 15 de Janeiro de 1919 durante a revolução de Novembro que pôs fim ao segundo império alemão.

A tradicional visita ao «cemitério dos socialistas» foi convocada por um agrupamento de ampla base, que integra desde partidos de esquerda a comunidades cristãs.

A «Ala Esquerda» incluiu veteranos militantes de partidos alemães e estrangeiros e jovens membros de pequenos partidos e associações de criação recente, que empunhavam cartazes com inscrições do tipo «a esquerda marxista nunca deixou de existir».

Os manifestantes desfilaram em silêncio e depositaram os tradicionais cravos vermelhos no monumento fune-rário «às vítimas da contra-revolução», erigido em 1926 por decisão do Partido Comunista da Alemanha.

Japão

O arrefecimento da economia japonesa provocou no período de Abril a Novembro do ano passado a perda de 17 mil postos de trabalho, valor 2,5 vezes mais elevado do que em idêntico período de 1991.

Entretanto, as organizações laborais estão a registar um aumento do número de queixas de trabalhadores que são despedidos sumariamente e alegadamente sem justa causa.

No Outono passado, a Confederação dos Sindicatos Japoneses (JTUC) estava a atender um número de trabalhadores 20 vezes superior à média anterior que solicitava aconselhamento face a despedimentos sumários.

O serviço de atendimento pelo telefone, criado há três anos, recebia uma média de 10 chamadas por mês, mas em Outubro esse número saltou para 235 e em Novembro foi de 198 chamadas de trabalhadores que se afirmavam maltratados pelos respectivos patrões.

De acordo com Yoji Tatsui, do serviço de atendimento da JTUC, as empresas tentam sempre evitar manchar a sua imagem afirmando que trabalhadores que foram efectivamente despedidos decidiram abandonar os postos de trabalho por razões pessoais.

Além de ser ilegal despedir trabalhadores em «part-time» sem justa causa e sem um pré-aviso de 30 dias, o facto de um despedimento poder ser registado como afastamento voluntário do trabalhador impede que este possa receber apoio estatal durante um período de 90 dias.

Israel

O ministro israelita da Justiça, David Libai, o único ministro do gabinete a opor-se às deportações dos 415 palestinianos para o Líbano, quebrou o seu silêncio, qualificando as deportações um «erro grave».

Falando para a televisão de Israel, Libai fundamentou a sua oposição sobretudo por motivos legais, disse que aos deportados nunca foi dada a hipótese de apelar antes de serem despachados em autocarros para o Líbano a 17 de Dezembro.

«A questão é de saber se foram respeitadas, como deviam ser, as regras do direito internacional e a convenção de Genebra, que proíbem geralmente a expulsão de pessoas que residem nos territórios ocupados», declarou Libai.

«Pode ser ilegal a expulsão quando a administração militar anula o direito de comparecer perante um juiz e o governo se arroga o (direito) de obrigar indivíduos a subir para autocarros para os expulsar, sem serem ouvidos, sem serem identificados com rigor?», interrogou-se.

Guatemala

Rigoberta Menchu, Prémio Nobel da Paz de 1992, pediu sexta-feira ao secretário-geral das Nações Unidas, Butros Ghali, uma «intervenção directa e urgente» para «garantir» o primeiro retorno em massa ao país de refugiados guatemaltecos no México.

A representante dos índios Maias refugiados no México pretende que Butros Ghali conceda a Sadako Ogata, comissário das Nações Unidas para os refugiados, um mandato especial para «desencadear, acompanhar e verificar o regresso ao país dos refugiados guatemaltecos».

Em carta dirigida ao secretário-geral da ONU, Menchu acusa o governo guatemalteco de ter uma posição, semelhante à do exército, de oposição a um tal regresso, o que «põe em perigo a segurança e integridade física desta população», acrescentou.

EUA

O projecto de Orçamento norte-americano para 1994, apresentado pelo presidente George Bush, prevê um défice de 292,4 mil milhões de dólares no ano fiscal com início a 1 de Outubro.

Este valor (cerca de 42 690 milhões de contos) é superior em 18,2 mil milhões de dólares às estimativas sobre o défice orçamental norte-americano do próximo ano publicadas em Julho de 1992.

Estas projecções significam que o presidente norte-americano eleito, Bill Clinton, que toma posse no próximo dia 20, vai herdar um desequilíbrio orçamental superior ao calculado durante a campanha eleitoral e com base no qual elaborou o seu programa económico.

Jugoslávia

Paz e guerra em debate em Genebra

Após uma pausa de cinco dias, recomeçaram em Genebra as conversações com vista ao estabelecimento das bases para a paz na Bósnia.

Nas conversações participam, para além do ministro dos Negócios Estrangeiros da Bósnia, Haris Silajdzic, e dos líderes croata e sérvio, Mate Boban e Radovan Karadzic, os presidentes da Jugoslávia, Robrica Cosic, e da Croácia, Franjo Tudjman. O presidente da Bósnia, Alija Izetbegovic, juntou-se às conversações um dia após o seu início.

Na véspera da retomada dos contactos em Genebra, o presidente da nova República da Jugoslávia (Sérvia e Montenegro), Dobrica Cosic, reuniu-se em Belgrado com os líderes partidários sérvios e montegrinos. O dirigente do Partido Socialista (ex-comunista), no poder na Sérvia, Milomir Minic, declarou à imprensa que todos os participantes na reunião concordam na necessidade de se

obter a paz na Bósnia-Herzegovina.

Mas a prática é naturalmente bem mais difícil e complexa que as declarações de princípios.

Quando da sua interrupção, as conversações de Genebra mantinham-se num impasse, pois apenas o dirigente dos croatas bósnios tinha assinado o documento proposto por Cyrus Vance e David Owen.

A principal divergência entre os representantes das três comunidades bósnias prende-se com o mapa da futura república.

Os mediadores internacionais propõem a divisão da Bósnia em dez províncias autónomas, mas sem personalidade jurídica, ligados por um poder central.

Esta proposta tem sido rejeitada pelo líder sérvio da Bósnia, que defende um Estado sérvio com soberania — um «Estado dentro do Estado».

O presidente bósnio e líder da comunidade muçulmana põe como condição

para aceitar o plano de Genebra a manutenção da integridade territorial e da soberania da Bósnia.

Entretanto, na primeira etapa da Conferência, todas as partes manifestaram o seu acordo sobre o projecto militar que inclui sete pontos:

— cessar-fogo controlado pela ONU;

— agrupamento das armas pesadas, sob efectivo controlo da ONU;

— separação das forças em presença;

— retirada mútua das forças militares das províncias atribuídas a cada população;

— abertura das estradas;

— restauração das infra-estruturas;

— medidas de desmilitarização de Sarajevo.

A par de negociações e propostas tendentes a criar as condições para a paz, continuam a fazer-se ouvir ameaças de uma intervenção militar, cujas consequências seriam imprevisíveis.

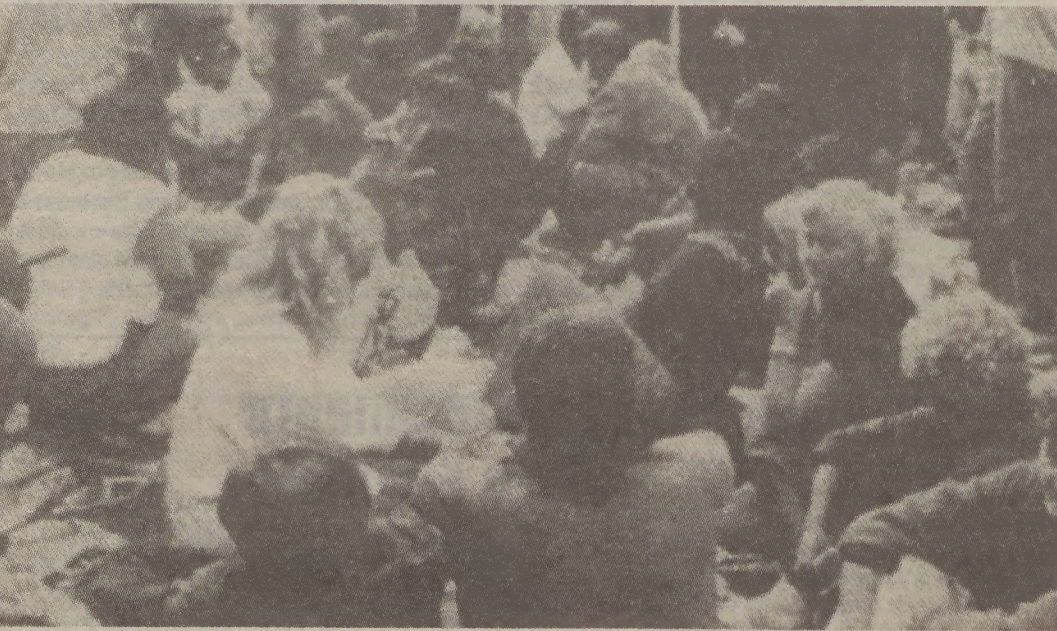
Comentando tal possibilidade nas páginas do jornal francês «Paris Match», o

general Morillon, comandante das forças da FRO-PONU na Bósnia, dizia há poucos dias: «Não quero acreditar num cenário de catástrofe, que seria aterrorizante para as populações civis. Tanto mais que, face a um ataque das forças aliadas, os sérvios desencadeariam uma guerra de guerrilha que poderia durar longos anos».

No quadro actual de guerra, incerteza e ameaças de intervenção externa, as populações na Bósnia morrem também de outras consequências da guerra, em particular o frio.

Em Sarajevo, as equipas de ajuda humanitária prevêem que muitos milhares de habitantes morrerão este Inverno de frio e fome.

Para além da falta de combustível, electricidade e alimentos, os 380 000 habitantes da capital bósnia também se debatem com a falta de água potável, porque os bombardeamentos destruíram todos os sistemas de abastecimento.



Manifestação pacifista em Belgrado. As manifestações na Jugoslávia contra a guerra mobilizam em particular os sectores mais jovens

PCP denuncia deportação de palestinianos

O Gabinete de Imprensa do PCP divulgou uma nota sobre a deportação dos 410 palestinianos, que aqui reproduzimos.

O PCP considera que as três semanas decorridas desde que o Governo trabalhista de Israel, em frontal violação das normas do direito internacional, deportou 410 palestinianos para uma zona absolutamente inóspita entre Israel e o Líbano — dado que este país se recusou a aceitar uma tal deportação —, longe de poderem justificar qualquer atitude de conformação, põem em ainda maior evidência o carácter intolerável dessas ilegais e desumanas medidas persecutórias das autoridades israelitas.

Esta deportação, que corresponde a uma prática constante dos diversos governos sionistas de prender nacionais palestinianos residentes nos territórios ocupados por Israel e proceder de seguida à sua deportação para o Líbano, foi condenada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas e pela comunidade internacional e não pode deixar de provocar viva repulsa na opinião pública mun-

dial tendo em conta as dramáticas condições em que os palestinianos deportados se encontram.

O actual caso da deportação dos 410 palestinianos coloca também a opinião pública mundial perante a duplicidade da política das grandes potências capitalistas que, em muitos casos, se servem de decisões do Conselho de Segurança para justificar ou pretextar novas intervenções militares externas, e, no caso do Médio Oriente, para fazer das Resoluções do Conselho de Segurança letra morta e manter um activo apoio e relações amistosas com Israel.

Reafirmando a sua solidariedade para com o povo palestiniano e reclamando a aplicação da Resolução 799 da ONU, o PCP considera da maior urgência a anulação da deportação dos 410 palestinianos e o avanço de um processo de verdadeiro diálogo político com vista a assegurar ao povo palestiniano os seus inalienáveis direitos nacionais através da retirada de Israel dos territórios ocupados e da constituição de um Estado palestiniano soberano e independente.

INTERNACIONAL

Angola

O reacender da guerra

A guerra devasta outra vez Angola, num quadro político internacional em que, entretanto, se acentua o isolamento político da Unita, como responsável pelo despoletar desta escalada bélica.

Neste momento, a situação militar em Angola continua a ser marcada por confrontos armados em vários pontos do país, nomeadamente no Cuanza-Norte. Verdadeiras batalhas sucedem-se em Luena e no Huambo.

Na cidade do Huambo, e segundo notícias oficiais, militares da Unita tentaram assaltar o palácio do governador, utilizando armamento pesado.

Perante a gravidade da situação, o Estado-maior general das Forças Armadas Angolanas emitiu um comunicado em Luanda em que disse «assumir a responsabilidade de agir em sua legítima defesa para defender a legalidade constitucional».

Admite-se que a situação, no Huambo, possa ainda voltar a agravar-se.

A polícia nacional e as forças armadas dizem que o movimento de Jonas Savimbi está a reagrupar-se nos arredores da cidade para uma provável contra-ofensiva. Hipóteses que se multiplicam, numa situação muito instável, onde os prognósticos são de facto impossíveis.

Em conferência de imprensa de dia 8, o ministro das Relações Exteriores de Angola, Venâncio de Moura, afirmou que «dentro de dias o governo irá pedir aos países com que mantém relações diplomáticas que encerrem os escritórios da Unita no seu território, pois trata-se de um apoio ilegal que estão a prestar a uma organização armada que luta contra a soberania de um país».

O responsável angolano considerou «preocupante» a actual situação em Angola e disse que foi pedido aos representantes dos diferentes governos que «estes assumam uma postura mais realista de acordo com aquilo que actualmente se passa em Angola».

Venâncio de Moura sublinhou ainda a necessidade de os «observadores terem um papel mais activo devido às evidências vividas no terreno, condenando aquilo que for de condenar».

Para Venâncio de Moura, «deve-se acabar com a impunidade e tolerância que as acções da Unita têm beneficiado internacionalmente, pois trata-se de repor a legalidade por parte de um governo legítimo que não pode permitir a um partido armado que continue as suas acções à margem da lei contra toda o povo angola-

no». Sobre o futuro do papel de UNAVEM em Angola, Venâncio de Moura disse que ele «se poderá consubstanciar no complementar da formação das Forças Armadas Angolanas, no desarmamento e acantonamento das FALA (Forças Armadas da Unita) e na fiscalização da segunda volta das eleições presidenciais».

O responsável angolano voltou a frisar que «o processo de paz passa pelo integral cumprimento dos acordos estabelecidos em Bicesse».

No quadro dos actuais acontecimentos, diferentes governos têm vindo a denunciar ou demarcar-se das acções da Unita.

A representação norte-americana em Luanda afirmou que «os Estados Unidos reconhecem que o governo ganhou as eleições e a Unita respondeu de forma inaceitável», e disse ainda: «Também entendemos que o governo deve defender o país e o povo, mas não concordamos com algumas acções da polícia».

O Conselho de Segurança das Nações Unidas apelou aos chefes militares das Forças Armadas Angolanas e da organização militar da Unita para que se reúnam urgentemente num local proposto pela ONU.

Uma declaração emitida pelo Conselho de Segurança diz que «é difícil salvar-

se o processo de paz em Angola» se não se acabar com os combates e não se restabelecer o diálogo.

Na África do Sul, Nelson Mandela, presidente do Congresso Nacional Africano, condenou, na sua primeira conferência de imprensa deste ano, as «continuadas intervenções desestabilizadoras do regime de *apartheid*» em Angola, e sublinhou: «Apoiamos os processos de paz em Angola e Moçambique destinados a obter a democracia, reconciliação nacional, paz e reconstrução».

A continuação da guerra tem consequências catastróficas para as populações. E não apenas pelas mortes resultantes directamente dos confrontos militares.

O défice alimentar angolano deverá agravar-se em 1993, devido ao aumento do número de pessoas deslocadas, ao saque e à destruição, disse, a semana passada, o vice-ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural de Angola, Amaro Tati.

«O reacender da guerra, quando deveriam estar a decorrer as sementeiras, e a destruição de infra-estruturas sanitárias fazem antever carências alimentares e o agravamento dos problemas da saúde», afirmou o ministro em declarações ao «Jornal de Angola».

Iraque

Crise e tensão regional

Após um novo crescendo da tensão no Golfo — a testemunhar dos perigos que encerram situações «resolvidas» pela guerra —, o Conselho de Segurança das Nações Unidas condenou as incursões iraquianas no Kuwait, e exigiu a devolução de mísseis que teriam sido capturados, em violação do cessar-fogo.

Trata-se entretanto de um comunicado não vinculativo e que apenas contém um aviso vago a «sérias consequências» para o Iraque.

O presidente do Conselho de Segurança declarou, por sua vez, não esperar uma utilização da força pelas Nações Unidas, na sequência da interdição dos voos da ONU no Iraque e incursões iraquianas assinaladas em território kuwaitiano.

Antes da aprovação do comunicado do Conselho de Segurança, o embaixador dos Estados Unidos, Edward Perkins, considerou que o Conselho de Segurança dispunha de «meios» para fazer respeitar as suas decisões por «resoluções adequadas».

Neste quadro ressalta quer a facilidade de ocorrerem incidentes, quer os perigos do reatar de conflitos armados, até pela acumulação de armas que se mantém na zona.

A sucessão actual de incidentes surge como particularmente confusa e até contraditória, nalguns casos.

A crise tem início a 27 de Dezembro, quando um Mig-25s iraquiano tentou penetrar na zona de exclusão aérea imposta ao Iraque e foi abatido pelos norte-americanos.

Sucedem-se posteriormente duas incursões iraquianas em território kuwaitiano, que foram objecto da reunião do Conselho de Segurança. Entretanto, o porta-voz de observação da ONU para o Iraque e o Kuwait (MONUIK), Abdellatif Kabbaj, assinalou que, ao abrigo de uma decisão do Conselho de Segurança datada de 3 de Novembro de 1992, os iraquianos estão

autorizados a retirar até 15 de Janeiro de 1993, «material não militar» na parte kuwaitiana da zona desmilitarizada entre o Iraque e o Emirado.

Para fazer isso, todavia, frisou Kabbaj, os iraquianos teriam de obter o «acordo prévio» da MONUIK e das autoridades kuwaitianas, o que não aconteceu. Acresce que, segundo a nota do Conselho de Segurança, não se trataria apenas de «material não militar».

Para os iraquianos, trata-se de uma tentativa dos Estados Unidos de criar um clima de tensão que permitisse uma agressão.

Nas palavras do ministro dos Negócios Estrangeiros iraquiano, Mohamed Said Al Sahaf, os Estados Unidos criaram a crise dos mísseis entre os dois países para justificarem uma agressão contra Bagdad.

«Os norte-americanos criaram a crise como se o Iraque estivesse a instalar os seus mísseis na Califórnia» — disse o ministro.

Como pano de fundo desta situação de confronto — o quadro de grande tensão regional derivado da guerra do Golfo (e de que as populações iraquianas são de facto as grandes vítimas), e a enorme concentração de armas que se mantém na zona.

Conforme dados divulgados quando do despoletar da crise nos fins de Dezembro, as forças que intervieram na guerra mantêm cerca de 200 aviões de combate no Golfo, nomeadamente na Arábia Saudita e na Turquia.

A marinha norte-americana detém cerca de 70 aviões de combate a bordo de porta-aviões nas águas do Golfo.

A Grã-Bretanha também tem dois vasos de guerra no Golfo.

Armas de sobra para alimentar um perigoso foco de tensão ao sabor de interesses estratégicos ou muitas vezes tão-só da política interna dos países envolvidos.

Mortes de frio na Europa rica

As mortes de frio nos países industrializados da Europa, da França e Itália à Alemanha, vêm testemunhar, de forma dramática, a degradação das condições sociais, também na Europa «rica».

O caso da Alemanha — pela sua posição de destaque no quadro da CEE — é particularmente significativo.

Os 30 mil desalojados que existem na Alemanha estão a travar um desesperado combate contra o rigoroso Inverno, amiúde com temperaturas bem abaixo dos zero graus centígrados.

As autarquias germânicas, sobretudo as das grandes metrópoles, à míngua dos meios necessários para abrigar todos os que perderam ou nunca tiveram uma habitação condigna, recorrem a meios de socorro pouco usuais.

Em Hamburgo, começou a funcionar este ano, com carácter permanente, um grupo constituído por elementos de associações privadas e de igrejas, que resolveu instalar 40 camas em contentores, para acudir aos casos mais graves de desalojamento.

Em Munique, capital da opulenta Baviera, de onde saem diariamente dezenas

de voos «charter» cheios de turistas em direcção a estâncias balneares do hemisfério sul, colocaram um velho abrigo contra bombardeamentos aéreos à disposição dos desalojados locais.

Frankfurt sobre o Meno, a meca financeira da Alemanha, que pretende ser a sede do futuro Banco Central Europeu, arranhou outra solução — trata-se do chamado «autocarro do frio», um veículo que os desalojados podem chamar pelo telefone, a qualquer hora do dia,

para serem transportados em seguida para um albergue.

Uma das bases do trabalho social nas grandes metrópoles alemãs são os chamados «trabalhador de rua» que, como o próprio nome indica, calcorreiam as cidades para falar com os desalojados, indicando-lhes os apoios a que podem recorrer.

A cidade de Colónia, sede do arcebispo católico em toda a Alemanha, usou também métodos pouco convencionais para acolher os seus mendigos.

O navio «MS. Serestra», ancorado no idílico Reno, possibilita a cerca de 80 desalojados uma modesta enxerga. É possível permanecer no barco durante o dia. Em Berlim há mais de 10 mil desalojados oficiais, mas as instâncias competentes sabem que o número real se aproxima das 40 mil pessoas, cinco mil das quais são jovens.

Nos próximos anos, Berlim transformar-se-á no maior estaleiro de construção do mundo.

Os prédios para sedes de renomadas firmas ou para habitações de luxo começam já a brotar de todos os lados, as «estrelas da arquitectura mundial fazem horas extraordinárias ao estirador, mas não consta que os grandiloquentes planos venham minorar, pelo menos, o problema dos desalojados.

Os assistentes sociais chamam a atenção para o facto de haver cada vez mais desalojados provenientes das camadas médias da sociedade. Gente que tinha rendimentos ligeiramente acima do normal, mas começou subitamente a descer na escala social, degrau a degrau.

Entre os desalojados modernos, há correctores de imóveis que foram à falência, fiéis de armazém cuja empresa encerrou, programadores divorciados que perderam o emprego e a casa, gente entre os 16 e os 80 anos.

O envelhecimento precoce é característica comum a quase todos os desalojados. Aos 50 anos, parece que já têm 80.

Em Berlim, o frio que se tem feito sentir este Inverno foi causa da morte de três pessoas.



O metropolitano é, por vezes, o único abrigo possível dos que não têm casa

O Mercado Único entrou em vigor

Nada de novo para os consumidores e perigos acrescentados para a economia nacional

Este grande Mercado Único vai beneficiar, sobretudo, os grandes importadores — afirma Rogério de Brito

A entrada em vigor do Mercado Único europeu colocou alguns problemas que têm encontrado eco nas páginas do «Avante!». Para uma abordagem mais global das questões ligadas ao Mercado Interno, e sobretudo daquelas que têm a ver com as consequências a breve prazo para os portugueses e para Portugal, entrevistámos Rogério de Brito, um dos três deputados comunistas no Parlamento Europeu.

O que traz de novo para Portugal e para a Comunidade Europeia a entrada em vigor, desde 1 de Janeiro, do Mercado Único?

Ao contrário do que poderiam ser as expectativas criadas junto dos cidadãos, este ano novo não traz grandes novidades. A publicitação feita ao Mercado Único, em termos de uma influência determinante na vida do cidadão comum enquanto mero consumidor, não corresponde ao que realmente se vai passar.

A abertura das fronteiras à entrada de produtos vindos de países da Comunidade era já muito vasta. Quanto à expectativa de podermos comprar carros, por exemplo, mais baratos, o Mercado Único não vem trazer benefícios: o cidadão comum pode importar um carro de outro país da CE, mas vai ficar-lhe, na maioria dos casos, mais caro do que no comércio normal.

Este Mercado Único não é, então, o que estava previsto e anunciado?

O Mercado Único foi sendo realizado aos poucos. Considerava-se 1 de Janeiro de 1993 como a data da entrada em vigor do Mercado Único a 100 por cento, depois de outras etapas, e, no final de 1992, ele estava realizado a mais de 85 por cento.



Contudo, mais de metade daquilo que foi acordado, em termos jurídicos ainda não está transposto para o Direito nacional. E, por outro lado, nos 15 por cento que ainda não estão resolvidos incluem-se pontos dos mais importantes e que dizem mais directamente respeito às pessoas: a livre circulação e residência de trabalhadores, por exemplo, está adiada, tudo continuará a funcionar como até aqui funcionava, já referi o regime fiscal e do IVA, que não foi uniformizado, nem será tão cedo, certamente; também se põem problemas em relação, por exemplo, a áreas como os transportes, quer rodoviários, quer marítimos; a classificação e definição de qualidade de produtos alimentares, que pode ser um elemento a impedir a livre circulação de produtos alimentares a pretexto de que não satisfazem determinadas condições impostas num determinado país, porque as normas de qualidade não ficam ainda standardizadas. Ainda vai haver, portanto, muitos processos de adaptação.

Mas hoje não se pode já ir fazer compras a qualquer dos doze países da CE?

O cidadão comum, repito, não vai sentir diferenças substanciais pelo facto de se ter entrado no Mercado Único em termos de acordo. Pode deslocar-se ao estrangeiro e trazer, ou pedir que lhe tragam, produtos mais baratos que agora não pagam direitos aduaneiros.

Só que, para aquilo que pesa de forma determinante no orçamento familiar, o facto de as fronteiras se abrirem à entrada dos produtos não implica necessariamente que os preços ao consumidor vão baixar de forma significativa: a formação de preços ao consumidor é determinada mais pelas médias actuais do mercado, do que pelo preço dos produtos à entrada da fronteira.

A realização do mercado interno terá, isso sim, influências determinantes no comportamento global da economia portuguesa e, por via disso, influenciará a própria qualidade de vida dos portugueses.

Diz-se que...

*** O Mercado Interno vai criar cerca de 2 milhões de novos empregos**

- Esse número tem sido referido, com base no relatório Cecchini, mas essa não é a opinião do Instituto Sindical Europeu. Partindo dos mesmos dados, o ISE chegou à conclusão de que a realização do Mercado Único se traduzirá num aumento do desemprego da ordem dos 500 mil postos de trabalho.

Na realidade, no espaço de pouco mais de um ano, o desemprego na Comunidade passou dos 13 para mais de 16 milhões de trabalhadores.

*** O nível de vida das populações vai aumentar**

- O Mercado Único tem vindo gradualmente a ser implementado; num espaço de dois anos, o número de cidadãos comunitários a viver abaixo do limiar de pobreza passou de 45 para mais de 55 milhões de pessoas.

*** O Mercado Único vai dinamizar a economia europeia**

- Há políticos que falam da CEE dando-lhe um sentido de unicidade; unicidade de meios e de objectivos. Diz-se que o Mercado Único é uma forma de dinamizar a economia europeia, de dinamizar a indústria transformadora, de dinamizar o comércio, de induzir uma maior pressão sobre a investigação, o desenvolvimento, etc. Em abstracto, isto é verdade, o Mercado Único pode propiciar tudo isto. Só que não o propicia da mesma forma para todas as economias.

Certamente que vai haver inovação tecnológica, certamente que vão surgir novos produtos no mercado, certamente que se vai registar o reforço de economias de escala... Mas quem é que vai beneficiar? De acordo com as condições que são impostas, com os estrangulamentos que decorrem da convergência económica (se ela for aplicada), com as consequências do desmantelamento das protecções aduaneiras face a economias fortes, dispendo nós de uma economia fragilizada, esses benefícios do Mercado Único não são benefícios de que Portugal seja destinatário. Certamente que a Alemanha será destinatária, que a Inglaterra, a França, a Holanda podem ser destinatárias; mas

mesmo aí o processo selectivo vai ter lugar. Por isso é que aumenta o desemprego, por isso é que o sistema monetário está em crise e que a economia alemã domina as outras economias.

*** O investimento estrangeiro contribui para o desenvolvimento económico do país**

- Nos últimos 3 anos, de todo o investimento estrangeiro em Portugal, foram menos de 20% para a produção industrial, mas foram mais de 60% para a banca, seguros e outros serviços; isto em simultâneo com a diminuição do peso do investimento destinado à criação de novas empresas, porque 80% foi para a aquisição de empresas, de quotas de partes, de participações em empresas já existentes; disto, 50% foi para o sector financeiro e de serviços, 24% para a indústria transformadora, 13% para o comércio e hotelaria e 6% para a construção. É muito contestável a eficácia deste investimento estrangeiro, na medida em que não contribuiu para uma transformação qualitativa da nossa especialização produtiva nem da nossa economia.

*** A cidadania europeia vai facilitar a vida aos cidadãos da Comunidade**

- Não existe igualdade de direitos e de cidadania para os trabalhadores na Europa. Não é pelo facto de se entrar para a CEE que os trabalhadores que tiveram de emigrar para outro país ganharam o estatuto de cidadãos europeus. O que é isso? O estatuto de cidadania na sua plenitude, no sentido de igualdade de direitos e de oportunidades para os cidadãos da Europa só se verificará quando nenhum trabalhador tiver que abandonar o seu país para procurar, noutra, ganhar o pão de cada dia que lhe é recusado dentro do seu próprio país. Enquanto tiver que sair nestas condições, esse trabalhador terá sempre um estatuto menor no país onde vai desenvolver a sua actividade, independentemente de ser ou não cidadão da Comunidade.

A não aceitação, no direito comum, de regras fundamentais de protecção dos cidadãos, deve-se justamente ao facto de haver países (em particular os mais desenvolvidos) que querem manter a fractura entre os cidadãos nacionais e os cidadãos terceiros, para poderem explorar essa força de trabalho de acordo com as dificuldades e o estatuto de menoridade económica e social em que tais trabalhadores se encontram.



Com o Mercado Único os preços no consumidor não vão descer e é previsível a continuação da escalada do desemprego, agravada pela degradação da situação económica do país. A própria Comissão Europeia reconhece que seriam necessários cerca de 50 mil milhões de ecus anuais a partir de 1994 unicamente para que as regiões mais atrasadas, como é o caso de Portugal, alcançassem a média comunitária em matéria de infra-estruturas estratégicas



globalidade a partir de Janeiro de 1993, a coesão económica e social - que nós, comunistas, considerámos como objectivo de realização prévia à própria realização do mercado interno ou, no mínimo dos mínimos, de realização simultânea - ainda não se começou sequer a realizar, só agora é que viu os princípios aprovados e continua a aguardar regulamentação para entrar em vigor.

E os avultados fundos que Portugal tem recebido?

As verbas de que Portugal tem beneficiado devem-se a programas específicos estabelecidos quando da adesão à Comunidade (uma vez que a fragilidade e o atraso da economia portuguesa eram sentidos logo à data da adesão, não foram constatados com o

Mercado Único). A duplicação dos fundos estruturais era um princípio inerente à realização do mercado interno, para tornar possível a coesão económica e social - e este é o processo que tem vindo a ser retardado.

Não é possível a Portugal alinhar numa abertura do seu espaço económico a outras economias mais fortes, sem alterar a própria estrutura do seu tecido produtivo. Era para isto que recebia Portugal os milhões. Mas o problema é que estes milhões - que foram importantes e que, quanto a nós, deveriam ter sido mais - e o esforço dos dinheiros públicos que os acompanharam não encontram a correspondente eficácia, não há uma proporção entre o volume dos dinheiros entrados no País e o seu resultado final.

Em que se reflecte esse desfasamento?

De uma forma muito simples, podemos constatar que o tecido produtivo não se alterou significativamente, tal como a nossa especialização produtiva.

Por exemplo, recebemos milhões de contos para a agricultura, e o resultado é a diminuição do produto agrícola bruto, é o aumento das importações de bens essenciais agro-alimentares, é o agravamento do défice da nossa balança comercial de tal forma e a tal ritmo que absorve praticamente a maior parte dos fundos que Portugal tem recebido. Ao mesmo tempo, tem-se reduzido o rendimento dos agricultores, sobretudo os pequenos e médios agricultores que produzem para o mercado. Por outro lado, o que não é menos importante, não houve nenhuma alteração qualitativa na própria orientação da produção agrícola.

Salvaguardando as diferenças óbvias entre os sectores, o fenómeno é em tudo muito semelhante na indústria: vieram os milhões, mas o tecido produtivo (número de empresas e postos de trabalho) pouco se alterou e não se deu a alteração qualitativa da especialidade produtiva (continuamos a ter uma economia sustentada em sectores tradicionais com dificuldades crescentes perante os mercados externos).

Essa situação da agricultura e da indústria pode-se justificar afirmando que o País está a enveredar pela terciarização da economia?

Quando se atinge um determinado nível de desenvolvimento industrial e agrícola, o sector terciário evolui e ganha, num país desenvolvido, uma extrema importância. Só que a terciarização da nossa economia está a assentar, fundamentalmente, nas importações de bens de consumo e de bens de equipamento, não está a assentar numa capacidade de oferta nacional às solicitações do mercado. O que está a baixar é a produção e são as exportações, e o que está a crescer são as

Há um processo de degradação da nossa estrutura produtiva, da nossa economia. Pode-se dizer que o Mercado Único é muito bom porque se pode comprar este ou aquele artigo mais barato no hipermercado e haver uma maior gama de produtos à maior gama de produtos à maior disposição. Mas a breve prazo os consumidores verão que dificilmente se vai verificar uma redução de preços em resultado do Mercado Único e os trabalhadores de dezenas e dezenas de empresas que encerram as portas e despedem - esses vão sentir que afinal o Mercado Único não é um factor determinante da qualidade de vida e do bem-estar dos cidadãos, sobretudo numa economia como a nossa e com uma política como a do PSD.

O mercado interno, com esse mecanismo de formação de preços, implicará certamente maiores lucros para quem conseguir cá colocar produtos mais baratos.

Essa é uma regra que decorre da própria distorção do mercado que já hoje existe. Este grande Mercado Único vai beneficiar, sobretudo, os grandes importadores (que passam a ter importações comunitárias livres de direitos) e as grandes superfícies comerciais (que, quase de forma directa, podem adquirir mercadorias no exterior, em grandes quantidades e com condições de pagamento muito favoráveis). A pequena e média empresa, sobretudo aquela que não estiver organizada, não vai tirar grandes

benefícios, antes pelo contrário, ver-se-á confrontada com uma concorrência acrescida no plano interno.

A possibilidade de importar produtos a preços mais baixos, sem baixar na mesma medida os preços ao consumidor, significa que vai aumentar a diferença entre o preço de aquisição e o preço de venda ao público, o que vai beneficiar sobretudo as grandes empresas, sejam do comércio, da indústria ou dos serviços.

Na sua génese, o Mercado Único é determinado pelo liberalismo económico - não confundir com justa concorrência - e pelos interesses das grandes transnacionais que operam dentro do próprio mercado e que vão definir as regras do jogo. Estas regras tendem inevitavelmente a beneficiar os mais fortes e a debilitar os mais frágeis. Esta é uma norma que se aplica às economias a nível de relações entre estados, entre regiões e entre empresas, de acordo com a sua especialização produtiva, a sua dimensão e o próprio processo de verticalização que está inerente, por exemplo, às economias de escala - que serão, porventura, as mais beneficiadas, tal como as economias que assentam no domínio das altas tecnologias.

Com tão acesa concorrência, as empresas portuguesas conseguirão competir com as dos outros países comunitários?

Este mercado não está sendo construído sobre alicerces fabricados com a mesma estrutura de betão, está a ser construído com edifícios distintos e que têm alicerces diferentes e volumetrias distintas. Há os que perdem mais, há os que ganham mais. Portugal não está, certamente, no grupo dos que mais ganharão; pelo contrário, estaremos, porventura, no grupo dos que mais poderão perder.

Quando se avançou para o mercado interno, houve uma convergência de praticamente todos os analistas quanto ao seu impacto: potencialmente, o mercado interno constituía um factor de agravamento das assimetrias das economias, quer das regiões e dos estados, quer das empresas. Simultaneamente, reconhecia-se que, para o evitar, seria necessário implementar um conjunto de políticas de incidência regional (economia, infra-estruturas, investigação e desenvolvimento, política social, etc.) para, por um lado, criar às economias menos desenvolvidas condições para se prepararem para este mercado interno e, por outro lado, evitar situações de conflitualidade económica e social decorrentes da possível recessão que o mercado vai provocar nas economias mais fracas. Ou seja, com o Mercado Único era necessário realizar a coesão económica e social.

Só que, enquanto a realização do Mercado Único foi calendarizada, determinando que ele entraria em vigor na sua



SOI da GALÍCIA
MAS CHEGUEI
COM PASSAPORTE
APESAR de ESTAR
MUI
ENFERMA

O Mercado Único entrou em vigor

importações. O sector que surge nesta situação - e que permite ainda que o Governo fale em crescimento económico - está a viver à custa do investimento em obras públicas, à custa do investimento em sectores financeiros (muitas vezes especulativos) e à custa do consumo.

Agora, atenção: se se continuar a esvaziar o sector produtivo, é inevitável que tal esvaziamento vá ter influências no próprio comportamento ao nível do consumo. Os dados mais recentes já indicam que, por exemplo, o próprio investimento na construção está a descer, tal como nas obras públicas.

O investimento nominal (não deflacionado) nas empresas industriais diminuiu 4 por cento em 1991, e prevê-se uma diminuição maior ainda em 1992. O volume de emprego caiu 1,7 por cento em 1991, e prevê-se em 1992 uma quebra ainda maior (sem considerar aqui o aumento do trabalho precário e os trabalhadores transformados em empresários de recibo verde). Junta-se a isto a evolução negativa do próprio sector produtivo, que tem como contrapartida o crescimento das importações - que vai acentuar-se com a abertura das fronteiras.

Maior será, assim, a pressão da concorrência sobre a nossa economia, que não tem neste momento meios objectivos para suportar este embate.

Ou desafio, como costumam chamar-lhe?...

O desafio só existe quando as partes estão munidas de meios que permitem um confronto mais ou menos igual. Uma equipa de 3ª divisão poderá defrontar uma de 1ª, mas este é, em regra, um desafio perdido; as excepções são, como se sabe, pontuais.

Aplicando a imagem a Portugal, poderia dizer-se que estávamos numa divisão mais baixa, mas estivemos a preparar-nos para enfrentar o próximo campeonato, estivemos a apetrechar-nos em termos de novas empresas, inovação tecnológica, investigação... Só que nada disto se passou.

Hoje o investimento (público e privado) *per capita* em Portugal é sensivelmente inferior a metade da média comunitária. Portugal tem uma taxa de escolarização, na faixa dos 15 aos 19 anos, de menos de 40 por cento, enquanto na Comunidade esta taxa é, em média, superior a 80 por cento.

Verificamos ainda que países como Portugal têm um papel perfeitamente marginal nos programas de investigação e desenvolvimento tecnológico da Comunidade: só a Alemanha, a França e o Reino Unido absorvem, em conjunto, 75 por cento das despesas nesta área em toda a Comunidade. Além disso, o financiamento público *per capita* é, em Portugal, um décimo da média comunitária.

O desenvolvimento não se mede apenas em capitulações, mas pode-se ainda acrescentar que o gasto por habitante em protecção social corresponde em Portugal a 34 por cento da média comunitária (ou a 25 por cento da média na Alemanha, 27 por cento da média na França e 60 por cento da Espanha).

O Governo, limitado pelas imposições da adesão à CE, poderá tomar outras opções?

É um facto que, durante o tempo em que Portugal não esteve sujeito a condicionamentos macroeconómicos, não foi possível alterar qualitativamente o tecido produtivo do País, não houve capacidade para definir uma estratégia de desenvolvimento da nossa economia.

Neste momento percebe-se uma contradição clara entre as exigências de reforço da nossa capacidade competitiva e as restrições económicas e monetárias que decorrem do Tratado de Maastricht, entre a necessidade de investimento e de desenvolvimento e as imposições que decorrem da convergência económica ou nominal.

Maastricht vem adular no pior sentido a própria aplicação da coesão económica e social, ao impor, como condição de acesso aos fundos da coesão económica e social, que os estados-membros cumpram os programas de convergência económica - que condicionam a qualidade e a dimensão do desenvolvimento do País.

As restrições que são impostas (redução da inflação, contenção da dívida pública, limitação da liberdade de utilização do mecanismo cambial) criam dificuldades acrescidas para a própria realização do mercado interno, e não são factores de sustentação da coesão.

Por muitos milhões de que se fale, eles nunca serão suficientes para, em tempo útil, conseguir, com a política que tem sido desenvolvida por este Governo e com a capacidade que uma grande parte dos empresários têm demonstrado, dotar a estrutura produtiva do País de meios competitivos no quadro da Comunidade. Portugal corre efectivamente o risco de vir a ser um país periférico na CE, não apenas do ponto de vista geográfico, mas periférico do ponto de vista económico e social. Mais que um risco, isto será uma inevitabilidade, se se mantiver a actual política.

O País não deve perder a sua soberania como consequência de um processo, não de interdependência de relações, mas de total subordinação de uma economia cada vez mais empobrecida às regras ditadas pelos interesses dos grandes grupos económicos, que tendem a impor-se num processo destes.

Esta visão não é optimista e pressupõe que, não sendo

O que falta concretizar

A taxa de transposição da legislação relativa ao Mercado Interno para a ordem jurídica interna dos Estados-membros atingiu cerca de 85 por cento até 1 de Janeiro de 1993. No entanto, mais de metade continua por transpor para o direito nacional na totalidade dos doze Estados-membros da Comunidade, o que na prática inviabiliza a sua entrada em vigor. Segue-se uma listagem dos aspectos mais significativos do que falta concretizar do Mercado Interno.

* **Livre circulação e residência de trabalhadores** - adiadas por falta de legislação; também as directivas que alargam o direito de residência aos estudantes, aos reformados e outros elementos da população activa, apesar de em vigor desde 30 de Junho de 1992, não se encontram ainda transpostas para a legislação da maioria dos Estados-membros.

* **Imposto sobre o valor acrescentado** - o sistema definitivo está adiado pelo menos até 1996.

* **Agência Europeia para a**

Avaliação dos Medicamentos - só entrará em vigor em 1995.

* **Produtos alimentares e normas de higiene aplicáveis a animais e plantas** - a aprovação, transposição ou entrada em vigor da legislação está atrasada.

* **Cabotagem aérea** - não será introduzida por completo antes de Abril de 1997.

* **Seguros de Vida e Fundos de Pensões** - não fazem ainda parte do Mercado Interno.

* **Mercado da energia** - continua em apreciação.

* **Serviços Postais e Sistemas de Pagamento** - ainda não houve harmonização.

* **Sistema de reconhecimento mútuo das qualificações** - subsistem várias lacunas.

* **Cerca de 20 propostas constantes do Livro Branco** (do Mercado Interno) e já adoptadas só entrarão plenamente em vigor em data posterior:

- resíduos radioactivos (1.1.94)
- certas importações de animais (1.1.94)

- produtos fitofarmacêuticos (26.7.93)

- dispositivos medicinais implantáveis activos (aplicação facultativa até 31.12.94)

- aparelhos a gás (período transitório até final de 1994)

- substâncias postas em contacto com os alimentos (parte em 31.3.94 ou 1.4.95)

- rotulagem nutricional (parte em 1.10.93)

- alguns medicamentos veterinários (1.4.93)

- rotulagem dos medicamentos para uso humano (1.1.94)

- concursos para aquisições públicas (1.7.93)

- exercício da clínica geral (1.1.95)

- reconhecimento de qualificações (18.4.94)

- seguro de vida (20.5.93 a 20.5.96)

- contas das companhias de seguros (1.1.94 e 1.1.95)

- seguros de grandes riscos (1.7.94)



A livre circulação e residência de trabalhadores continua por regulamentar e a anunciada abolição das fronteiras internas arrisca a agravar os desequilíbrios na repartição da riqueza e a acentuar as diferenças de capacidade económica entre os Doze

impossível haver alterações no sentido positivo, elas só serão possíveis com uma nova política, que tenha em conta os interesses nacionais - não em sentido abstracto, mas considerando que os cidadãos, os trabalhadores, os homens, as mulheres, os jovens, as crianças, são a substância deste País e os que vão sofrer mais as consequências da negligência, ou da incapacidade, ou da falta de vontade política de transformar qualitativamente para melhor a realidade nacional.

Será possível tal alteração de política no actual quadro, com todos os condicionamentos que referiste?

É sempre possível alterar qualitativamente a situação. Podem variar as margens de manobra. Maastricht ainda não está ratificado; a ser ratificado, nunca será, e já não é hoje, o tratado que era inicialmente; a capacidade de fluidez que os ingleses demonstram, que os dinamarqueses conseguem e que porventura outros estados vão conseguir perante o tratado, dá-nos todo o direito de exigir ao Governo português que garanta a margem de manobra suficiente em rela-

ção a elementos que podem funcionar como factores de estrangulamento do desenvolvimento nacional.

Recusamos o primado da concepção liberalizadora do mercado, por isso estamos contra Maastricht e dizemos que é necessário alterar muitos dos condicionamentos que o tratado pretende impor. Esta é uma luta que não acabou e faz parte dos objectivos que nós, comunistas, assumimos e estamos convencidos que cada vez mais a sociedade portuguesa há-de assumir durante o ano de 1993.

A realidade que hoje se nos depara, a tendência evolutiva da nossa economia, o comportamento do Governo português e as suas grandes orientações não são de molde a alimentar esperanças de resultados optimistas. Vamos procurar, através do esclarecimento dos cidadãos, do empenhamento e da intervenção constante, do apoio a todas as forças progressivas da sociedade, encontrar os meios e os instrumentos para minimizar a gravidade da situação e deixar ainda os suportes necessários para relançar o País do ponto de vista económico e social.

O Mercado Único entrou em vigor

O PCP previu e preveniu

Em 15 de Fevereiro de 1989, a Comissão de Assuntos Europeus da Assembleia da República aprovou por unanimidade um relatório apresentado por Rogério de Brito sobre a realização do Mercado Interno. O documento, que faz uma breve síntese das limitações internas e externas da Comunidade Económica Europeia, lembra as conclusões de um estudo patrocinado pela Comissão Europeia sobre "o custo da não Europa" (relatório Cecchini) e alerta para as consequências da integração portuguesa no mercado único. Passados quatro anos, vale a pena recordar o que o PCP previu e preveniu "sobre a necessidade de preservar a margem de manobra e os meios necessários para garantir o desenvolvimento social e económico do País e a sua soberania".

Começando por recordar que nos últimos anos a CEE tem vindo a registar taxas de crescimento económico inferiores às dos EUA e do Japão e a aumentar o seu atraso em relação a estes nos principais sectores da revolução científico-técnica, o relatório faz notar que as profundas assimetrias existentes entre os Estados e as regiões da Comunidade, acrescidas das elevadas taxas de desemprego, acentuam as limitações que condicionam o crescimento da CEE. É neste contexto que a realização do Mercado Interno é proposta como condição essencial para o relançamento económico da CEE.

De acordo com o estudo Cecchini sobre "O Custo da Não Europa", os efeitos positivos do Mercado Interno far-se-ão sentir, designadamente, numa "significativa redução dos custos de produção"; numa "melhoria da eficácia nas empresas, uma reorganização generalizada da indústria, uma descida dos preços sob a pressão dos mercados mais competitivos"; em "novos padrões de concorrência e nova utilização dos recursos"; em "crescente inovação, nos processos e produtos comerciais gerados pela dinâmica do mercado interno".

Por outro lado, o estudo considera que os "ganhos reais e potenciais da integração do mercado a médio prazo oscilarão entre 4 e 7 por cento do PIB comunitário".

Os riscos

Como reverso da medalha, o estudo Cecchini adverte para os riscos da realização do Mercado Interno, explicitando que na ausência de uma política "voluntarista" o grande mercado pode realizar-se em sentido único, apenas ajudando os mais fortes a tornarem-se mais fortes, concentrando os esforços de crescimento nas regiões mais favorecidas, produzindo o desenvolvimento tecnológico unicamente nas que dispõem das melhores infra-estruturas de acolhimento. Por outro lado, deixa ainda bem claro que se os novos benefícios não forem equitativamente repartidos, o mercado interno europeu será a teia de tensões regionais e sociais, pelo que a realização do mercado interno exige ser acompanhada por políticas específicas - regionais, sociais e tecnológicas - e dos meios financeiros que possibilitem a sua concretização e eficácia em termos da "Coesão Económica e Social".

A integração portuguesa

Face ao exposto, o relatório de Rogério de Brito - aprovado por unanimidade, em 1989, na Comissão Parlamentar de Assuntos Europeus, repete-se - faz notar que o Mercado

Interno não se limita à eliminação das barreiras alfandegárias, técnicas e fiscais, e à abertura dos mercados públicos à concorrência, mas comporta também a liberalização e integração dos mercados financeiros, das telecomunicações, dos seguros e dos mercados de capitais, a harmonização fiscal, a liberdade de estabelecimento, a liberalização dos transportes.

Ou seja, trata-se de "um processo de integração e interdependência, que não pode ser avaliado apenas, nem sobretudo, pelos 'Custos da Não-Europa'", mas que tem de ter em conta os "custos do 'mercado interno' entre os Estados-membros e as várias regiões".

Como se sublinha no relatório, importa ponderar os efeitos e custos de um processo que assenta fundamentalmente nas economias de escala na produção e organização comercial, na pressão e intensificação da concorrência transfronteiras que pela sua génese beneficia no fundamental os países e as regiões mais desenvolvidas e as transnacionais que determinam o processo de integração.

E neste contexto que o relatório questiona a margem de manobra da economia portuguesa, recordando que ela é

mento económico, de inovação e de produtividade capaz de enfrentar com êxito a integração do mercado.

A esta constatação, que mereceu o consenso há quatro anos na Comissão Parlamentar, juntava-se ainda o reconhecimento de que o reforço dos fundos estruturais não chega, nem poderia só por si compensar as consequências de abertura do nosso mercado com a crescente e acelerada concentração de sectores e segmentos estratégicos da nossa economia sob domínio do capital estrangeiro e uma especialização desvantajosa.

Medidas

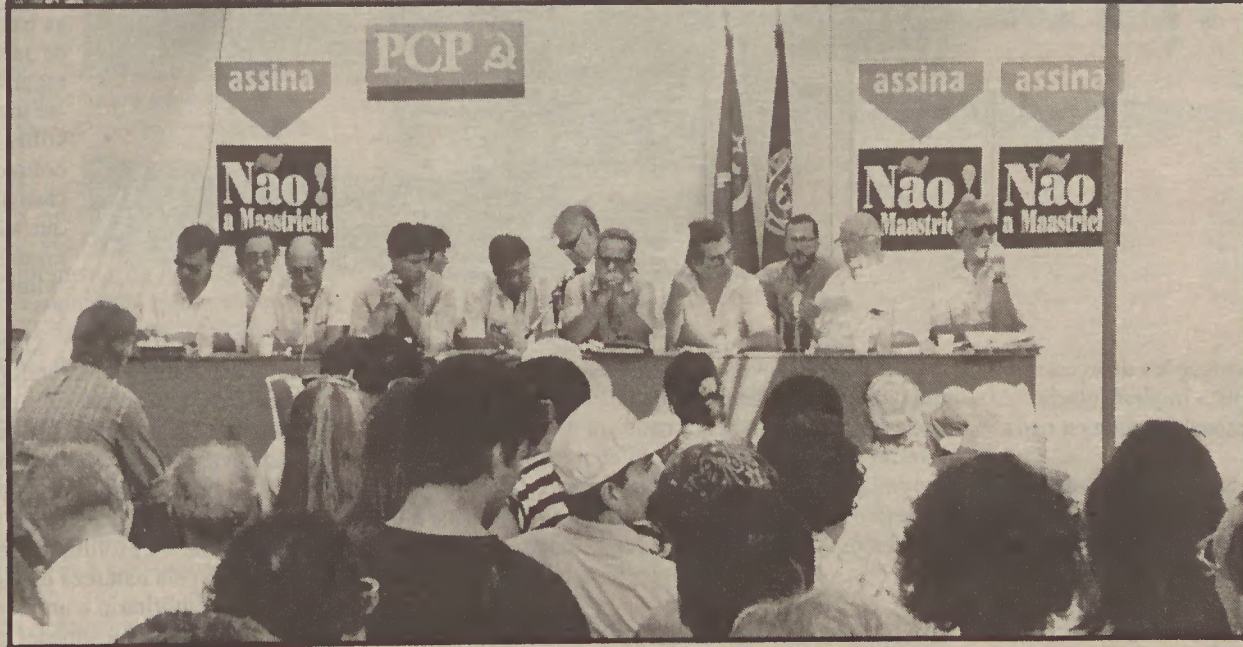
Para fazer face a estes problemas, propunha-se: a calendarização da coesão económica e social por forma a garantir a satisfação simultânea dos meios e condições necessários à realização de cada etapa do Mercado Único; que a realização de medidas de coesão económica e social fosse medida não só pelas transferências financeiras mas sobretudo pela eficácia e resultados decorrentes do reconhecimento prático das especificidades da economia portuguesa; a definição e implementação de uma estratégia de mudan-

ça da especialização e do sistema produtivo nacional; o desenvolvimento da agricultura que permita reduzir o défice agro-alimentar-energético; a criação de programas e incentivos à modernização do comércio e serviços, nomeadamente em relação ao subsector das Pequenas e Médias Empresas; o enquadramento do Fundo Social Europeu num sistema unificado e coordenado de educação e formação, com garantia de emprego aos formandos; a ligação do crescimento económico ao melhoramento das condições materiais e culturais da população portuguesa de forma a aproximá-las progressivamente dos níveis comunitários; a eliminação das restrições comunitárias às exportações de produtos nacionais, como é o caso dos têxteis, e a obtenção do alargamento de preferências comunitárias para produtos nacionais, em que se incluem os têxteis, conservas e volfrâmio; a transferência de tecnologia com a implantação de empresas estrangeiras em Portugal; a diversificação das relações económicas externas; a concretização dos planos integrados das Regiões Autónomas, bem como os Programas e Operações Integradas de Desenvolvimento Regional para o Continente, numa perspectiva de

aproveitamento e gestão integrados dos recursos e da correcção das assimetrias regionais; a dependência da liberalização do movimento de capitais da correcção estrutural consolidada do défice da balança de transacções correntes.

A concluir, o relatório reafirmava que por mais que se avance na concretização de medidas tendentes a reforçar a economia portuguesa, e por melhor que sejam utilizados os diversos fundos da CEE, esta não resolverá, até lá, muitas das maiores dificuldades criadas com a integração do mercado em Janeiro de 1993, pelo que se considerava legítimo defender a necessidade de novas prorrogações de prazos e derrogações, por forma a preservar a margem de manobra e os meios necessários para garantir o desenvolvimento social e económico do País e a sua soberania.

Estamos em Janeiro de 1993 e o Mercado Interno aí está. Sem entretanto terem sido salvaguardadas as medidas que há quatro anos a Comissão Parlamentar dos Assuntos Europeus aprovou por unanimidade.



uma das mais atrasadas da Europa, com uma elevada dívida externa e um progressivo agravamento dos seus défices estruturais (agro-alimentar, energético e bens de equipamento), que foi da ordem dos 70 por cento nos dois primeiros anos de adesão à CEE. Acresce, por outro lado, que o perfil da especialização produtiva se revela extremamente frágil, baseando-se "em indústrias de baixo valor acrescentado e em perda de procura global nos mercados mundiais (têxtil, vestuário, calçado, bebidas, conservas) e nas exportações de matérias-primas não transformadas ou de baixo valor acrescentado nacional".

Como refere o relatório, é evidente que o País não pode continuar a trilhar a via de uma especialização assente em vantagens comparativas baseadas, no fundamental, numa mão-de-obra barata, tal como é impossível a um País com o nível de desenvolvimento e as vulnerabilidades estruturais de Portugal, num prazo inferior a cinco anos, e na base das medidas comunitárias específicas, regionais, sociais e tecnológicas, e dos recursos disponíveis para a sua aplicação, atingir um grau de cresci-

1 de Janeiro de 93

Os passos trocados da integração europeia e a inépcia do Governo

■ Carlos Gonçalves

Se a troca dos pés com que se entra no ano não chocasse com tradições ancestrais, nem confundisse referências políticas muito respeitáveis, dir-se-ia que a Comunidade Europeia entrou em 93 com o pé esquerdo e que o Governo português meteu os pés pelas mãos.

Um fracasso relativo

1 de Janeiro de 93 foi durante anos apresentado como a data mítica da entrada da Comunidade Europeia (CE) no "EDEN".

Era o "Mercado Único", a livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais, a entrada em vigor do Tratado da União Europeia de Maastricht, do Espaço Económico Europeu e do Acordo de Schengen.

Afinal, a data quase profética veio a revelar-se um relativo fracasso.

Maastricht não só não entrou em vigor como se salvou do colapso em Edimburgo por um passe de mágica batoteira, que consistiu em transformá-lo ilicitamente num Tratado diferente.

Mas não se sabe se as modificações introduzidas no Tratado serão suficientes para alterar o sentido de voto dos dinamarqueses e menos ainda se a conservadora Grã-Bretanha, victoriana e imperial, juntará as suas razões à luta do seu povo e dirá não ao domínio do novo império do MARCO-ECU.

O Espaço Económico Europeu, que deveria unir os 12 parceiros comunitários com os 7 associados na EFTA (Associação Europeia do Comércio Livre) ficou empanado no referendo suíço, que atrasou o quadro institucional da progressiva integração.

Os pedidos de adesão à CE da Áustria, Suécia e Finlândia, e possivelmente da Noruega, estão dependentes da entrada em vigor do Tratado de Maastricht.

O Mercado Único entrou teoricamente em vigor, mas, como que para recomprovar que os reais interesses que decidem da integração europeia são os da oligarquia financeira multinacional, foi na liberdade de circulação de capitais, mercadorias e serviços que se verificaram progressos sensíveis, apesar da multidão de vazios regulamentos, revogações parciais e prorrogações diversas que adiam para as calendas a sua completa implementação.

Quanto à livre circulação de pessoas aí pouco ou nada se avançou.

As dificuldades entre a Grã-Bretanha e a Espanha por causa de Gibraltar, a oposição da Grã-Bretanha e Irlanda à circulação de cidadãos não comunitários, a oposição da Dinamarca aos aspectos mais atentatórios da sua soberania, as necessárias alterações a introduzir na constituição alemã para restringir o direito de asilo, os atrasos na ratificação dos Acordos de Schengen em diversos países - inclusive Portugal - e na implementação do controverso Sistema de Informações Schengen, tudo isto resultou em que, na melhor das hipóteses, liberdade de circulação de pessoas entre os 9 países subscritores dos Acordos de Schengen, só lá mais para o Verão e apenas nas fronteiras terrestres; entre os 12 comunitários, só vencidas as actuais dificuldades da Dinamarca e Grã-Bretanha (não se sabe como nem quando); quanto aos países da EFTA (provavelmente sem a Suíça), ver-se-á posteriormente.

Também a Europa dos direitos dos cidadãos está adiantada sem regulamentação do direito de voto nas eleições autárquicas ou europeias, sem garantias eficazes dos direitos ao trabalho, de residência ou de circulação dos bens adquiridos, sem efectiva salvaguarda da privacidade face aos diversos controlos informático-policiais previstos nos Acordos de Schengen ou de Dublin.

Ou seja, à semelhança da evolução da sua economia, também do ponto de vista político a integração europeia, que em 1 de Janeiro de 93 deveria ter dado um salto em

frente, avançou relativamente pouco e quase exclusivamente na área dos interesses mais imediatos do capital.

Por isso esta data constituiu um relativo fracasso para o projecto federalista e, sem subesmitir as poderosas forças dominantes das oligarquias financeiras, é oportuno recordar que o futuro da Europa continua depositado nas mãos, na vontade e na luta dos seus povos, sendo ainda possível um caminho de mais liberdade para os cidadãos e mais soberania para os Estados do "velho continente".

E um completo fracasso

As implicações de todos estes passos trocados da integração europeia na situação nacional são múltiplas e contraditórias, sendo que os reais efeitos perversos se escondem sob o manto dos milhões dos fundos estruturais.

De todas as maneiras, vai sendo claro que se acentua o processo de destruição e alienação da estrutura produtiva nacional, que se verifica o sacrifício do princípio da coesão económico-social em troca da convergência nominal, que a importante soma de fundos estruturais e de coesão é aceite pelo Governo como o "prato de lentilhas" que paga a perda da independência e soberania nacionais e que se assiste a um lamentável comportamento governamental de subserviência e mão estendida.



A política do Governo acentua os efeitos negativos da integração comunitária em marcha e demonstra a saciedade a sua incompetência e natureza de classe.

Assim sucedeu com um vasto conjunto de sectores da economia nacional, que não foram devidamente preparados para o processo de integração e sofrem hoje os efeitos nefastos combinados do mercado único e das medidas incorrectas, ou mesmo da ausência de medidas do Governo.

E assim sucedeu com a preparação nacional para enfrentar a livre circulação de mercadorias e pessoas.

Há pelo menos 6 anos que o Governo estava em condições de começar a preparar o processo de reforço das fronteiras exteriores e de abertura das fronteiras intercomunitárias.

Houve tempo de sobra para decidir das medidas de política relativamente às forças e serviços de Estado ou privados envolvidos, aos meios humanos e materiais necessários, à sua preparação, optimização e reconversão, às medidas legislativas, administrativas, etc.

Mas, pelo que se vê, o Governo revelou-se absolutamente inepto, tendo-se chegado à data fatídica na maior confusão e indefinição.

Assim, no que respeita à defesa da fronteira exterior, ou seja, no impedimento da infiltração do território nacional a partir de países estrangeiros à comunidade, quase nada se avançou.

A implementação dum esquema de vigilância costeira a partir de radares de curto alcance e outros sistemas de alerta, embora necessária, não está completa, não dispõe

dos meios marítimos e aéreos complementares indispensáveis e é perfeitamente imprestável para detectar operações encobertas.

Por outro lado, a apressada extinção da Guarda Fiscal, veio aumentar a confusão na área da Autoridade Marítima, onde se agravam as indefinições resultantes da multiplicidade de entidades em operação, desenvolvendo actividades sobrepostas e descoordenadas.

Portugal continua a ser um elo fraco da CE no que respeita à infiltração de drogas na Europa, bem como à expansão das redes de criminalidade organizada oriundas dos parceiros comunitários.

Todos os indicadores e previsões apontam para um agravamento acentuado da situação, sendo que o Governo opta por não tomar medidas sérias no combate nem ao grande traficante, nem às multinacionais do crime, pouco fazendo além de esperar pelos efeitos "milagrosos" (muito duvidosos) da Europol - filha dilecta de Maastricht; nem ao pequeno traficante ou criminoso, optando antes por gastar menos dinheiro com as Forças de Segurança, apostar nas componentes repressivas do seu dispositivo e procurar transferir os encargos com a segurança das populações do Estado para as Autarquias.

Por outro lado, no que respeita à circulação de pessoas na fronteira luso-espanhola, o ministro Loureiro, ainda antes da aprovação na Assembleia da República, concor-

dara com o seu homólogo espanhol num protocolo, que procurou manter secreto, sobre a cessação desses controlos e, sem garantir devidamente a soberania nacional, apressou-se a aceitar, sem qualquer cláusula de excepção, as controversas medidas Schengen sobre o direito de vigilância e perseguição policial transfronteiriça que, no caso vertente, só favorece os espanhóis.

Entretanto, apesar desses acordos, sem qualquer justificação, enquanto os espanhóis cessaram todo o controlo de pessoas nas fronteiras comuns em 1 de Janeiro, as autoridades portuguesas mantêm-no, sabendo-se mesmo que não têm ordens sobre o prazo para lhe pôr cobro. Há mesmo fronteiras, caso das menos movimentadas, que mantêm controlos apertadíssimos semelhantes aos anteriores à entrada de Portugal na CE.

Quanto à cessação do controlo de quase todas as mercadorias nas fronteiras intercomunitárias, o processo consumou-se como previsto, por isso não se compreendem as dificuldades de implementação do novo sistema, a falta de procedimentos normalizados, de equipamentos informáticos e de medidas organizativas, com que se debatem as alfândegas portuguesas.

Finalmente, é absolutamente inaceitável e apenas se compreende pela natureza de classe e pelo carácter crescentemente autoritário e antidemocrático da governação do PSD, o que está a suceder com os profissionais que exercem a sua actividade nas fronteiras.

Os trabalhadores despachantes alertam há anos para a necessidade de reconversão das empresas, de garantir os postos de trabalho, as indemnizações e os subsídios de desemprego. Mas hoje, quando está em consumação o processo de extinção da maioria das empresas do sector, continuam sem qualquer perspectiva nem apoio do Governo, que gastou num qualquer eleitoralismo as verbas comunitárias recebidas para o efeito.

Quanto aos profissionais da Guarda Fiscal, estão confrontados com a extinção da sua corporação e com a perspectiva de reservas ou reformas antecipadas, ou de acentuação do seu estatuto militar por via da integração na GNR, sem sequer terem sido ouvidos ou lhes ser dada a possibilidade séria de outra opção.

Em suma, a preparação do nosso país para a queda das fronteiras intercomunitárias de 1 de Janeiro de 1993, que só parcialmente se verificou, para além de traduzir o carácter antidemocrático e o conteúdo de classe da política do Governo PSD, revelou-se um completo fracasso.

EM FOCO

Luís Sá em conferência de Imprensa

A Regionalização é uma urgência

Em conferência de Imprensa realizada anteontem, Luís Sá, membro da Comissão Política do CC do PCP, apresentou uma declaração acerca dos projectos do PCP sobre a Regionalização e a democraticidade de elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional e da gestão dos fundos comunitários. João Amaral, membro do CC do PCP e deputado na Assembleia da República, pormenorizou de seguida os referidos projectos avançados pelos comunistas (cuja intervenção condensamos nesta página).

É a seguinte, a declaração apresentada por Luís Sá.

Desde a consagração das Regiões Administrativas na Constituição de 1976, o PCP tem desenvolvido um combate constante a favor da instituição das Regiões Administrativas.

Coube-lhe um papel pioneiro na Assembleia da República, apresentando o primeiro Projecto de Lei sobre Regiões Administrativas, já em 1977. Depois disso, nunca deixou de lutar, dentro e fora da Assembleia da República, dentro e fora das autarquias locais.

Mas o nosso objectivo hoje não é afirmar o papel pioneiro e menos ainda a nossa solidão nesta matéria. Não só não estamos sós como estamos muito bem acompanhados.

O Poder Local, a Associação Nacional de Municípios Portugueses, estruturas sindicais e de representação de trabalhadores, numerosas associações da mais diversa natureza, têm-se pronunciado a favor da regionalização e da sua urgência.

Na véspera das últimas eleições legislativas foi aprovada a Lei Quadro da Regionalização (Lei n.º 59/91, de 13 de Agosto). Tal aprovação, por unanimidade, reflecte a consciência de que existem no País sentidas aspirações a favor da regionalização que o PSD quis dar a entender que não pretendia frustrar.

É no mesmo sentido que se tem de entender o facto de o PSD, no seu Manifesto Eleitoral e no seu Programa Eleitoral, ter prometido criar as Regiões Administrativas. Tais promessas não tiveram qualquer seguimento. Verificou-se a escandalosa inviabilização das iniciativas do PCP e do PS na última sessão legislativa.

O PCP considera necessário e urgente, neste momento, insistir de novo nesta questão importante para a democracia portuguesa.

Razões de fundo

Há razões de fundo para esta posição — sublinhou Luís Sá — mas também há razões de conjuntura.

Quanto às razões de fundo, sublinhamos:

— a necessidade de pôr termo a uma intolerável inconstitucionalidade por omissão que se arrasta há quase dezassete anos;

— a vantagem de alargar a democracia, fazendo com que entre os municípios e a Administração Central existam órgãos legitimados pelo voto popular, tal como existem aos outros níveis da Administração Pública;

— a necessidade de prosseguir uma reforma administrativa democrática, baseada na descentralização e desburocratização e na garantia de que vários organismos desconcentrados da Administração Central passarão a depender de estruturas democraticamente legitimadas através do voto popular;

— a necessidade de garantir estruturas da confiança das populações, que mobilizem as potencialidades, energias e recursos para o desenvolvimento;

— a necessidade de preservar a autonomia municipal, ameaçada pelas Comissões de Coordenação Regional e pelas ingerências de outros organismos desconcentrados da Administração Central.

A estas razões de fundo, há que acrescentar duas razões imediatas que tornam urgente a regionalização.

Em primeiro lugar, as eleições autárquicas de Dezembro próximo constituem uma oportunidade para assegurar a eleição simultânea dos órgãos regionais. Estamos a tempo, desde que o processo se inicie com a rapidez aconselhada pela acumulação de tantos atrasos.

Em segundo lugar, a gestão dos fundos comunitários e a elaboração do novo Quadro Comunitário de Apoio tornam mais premente a regionalização.

Actualmente as autarquias participam somente nas Unidades de Gestão dos Programas Operacionais Regionais existentes na área das cinco Comissões de Coordenação Regional, o que corresponde apenas a 10% do investimento total previsto no actual Quadro Comunitário de Apoio.

No futuro, o novo Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) para 1994-1998 será decisivo para definir a aplicação das verbas de origem comunitária neste período: que investimentos serão feitos, com que objectivos,

com que repartição espacial, com que prioridades e orientações.

Com efeito, o PDR vai ser apresentado à Comunidade Europeia e vai servir de base à negociação do novo Quadro Comunitário de Apoio.

É fundamental que os municípios participem na elaboração do PDR para 1994-1998 com ideias e projectos. Mas só com prejuízos para a democracia e o desenvolvimento se poderia substituir a perspectiva de, na futura gestão e coordenação dos projectos com financiamento comunitário, participarem e intervirem também as Regiões Administrativas, em estreita articulação com os municípios e a Administração Central.

PSD isolado

Não basta falar dos apoios financeiros comunitários que aí vêm. É necessário garantir também que sirvam realmente o País e o seu desenvolvimento. As Regiões Administrativas serão uma contribuição importante nesse sentido, caso haja vontade política para o permitir.

Trata-se de saber se os fundos comunitários serão geridos de forma centralizada, burocrática, sem controlo democrático nem objectivos claros e facilitando a corrupção, ou se estarão ao serviço do desenvolvimento, de forma transparente e com a intervenção de estruturas legitimadas democraticamente.

Por isso, o PCP reitera a sua proposta de instituir as Regiões Administrativas em simultâneo com as eleições autárquicas de 1993. Recorda, de resto, que esta proposta foi aprovada pelo Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses por unanimidade. O PSD está isolado, mesmo face aos seus próprios eleitos autárquicos.

Com vista à dinamização do processo de instituição das Regiões Administrativas, o PCP apresentou na Assembleia da República, na sequência de muitas outras iniciativas tomadas ao longo dos anos, os Projectos de Lei



sobre atribuições das Regiões Administrativas (Projecto de Lei n.º 231/VI); sobre as transferências de serviços e património da Administração Central para as Regiões Administrativas (Projecto de Lei n.º 230/VI); estes Projectos juntaram-se ao Projecto de Lei sobre o processo de criação e instituição das Regiões Administrativas (Projecto de Lei n.º 91/VI); ao Projecto de Lei sobre as finanças das Regiões Administrativas (Projecto de Lei n.º 93/VI) e ao Projecto de Deliberação n.º 19/VI que define um calendário para a Regionalização com vista a garantir a sua instituição em 1993.

Na medida em que há sectores que têm procurado dramatizar e mesmo instrumentalizar a questão das áreas das regiões, o PCP considera oportuno afirmar que está aberto a examinar outras áreas de partida, sabendo-se que em última instância as áreas concretas dependerão do acordo da maioria das Assembleias Municipais que representam a maioria da população, nos termos previstos na Constituição. Daí decorre que poderão ser aprovadas cisões, fusões ou mudanças de áreas de municípios de uma área de partida para outra, de modo a corresponder à vontade dos municípios e a construir as áreas regionais «de baixo para cima».

Neste, como em relação aos outros Projectos de Lei apresentados pelo PCP, a nossa disponibilidade para dialogar é total. Estamos seguros, entretanto, de que os nossos Projectos representam uma contribuição valiosa para o processo de Regionalização em Portugal.

O PCP assume, como sempre assumiu, as suas responsabilidades, também na área da regionalização. O PSD assumirá as suas, caso continue a não viabilizar a criação das Regiões Administrativas.

Daqui desafiamos: cumpra o que prometeu aos portugueses. Viabilize a criação das Regiões Administrativas.

Os quatro projectos do PCP

João Amaral fez a apresentação dos Projectos de Lei do PCP sobre a Regionalização, começando por dizer que «as quatro iniciativas legislativas que o PCP apresenta nesta área da regionalização visam concretizar e dar corpo à Lei Quadro das Regiões Administrativas, permitindo um avanço determinante do processo, que conduza finalmente à instituição em concreto das regiões administrativas do Continente».

A Lei Quadro, aprovada em 1991 no termo da Legislatura passada, «limita-se na sua maior parte a estabelecer princípios gerais, que carecem de um conteúdo concreto sem o qual não é possível o prosseguimento do processo de criação e instituição das regiões».

Com a apresentação destas iniciativas, que desenvolvem as matérias deixadas em aberto pela Lei Quadro, «o PCP procura criar as condições para vencer esse bloqueio».

O primeiro projecto refere-se à «Lei do Processo de Criação e Instituição das Regiões Administrativas».

A solução técnica que o PCP propõe baseia-se na distinção, com acolhimento na Constituição, entre a criação, que deve ser simultânea, e a instituição em concreto, que pode ser diferida no tempo.

O processo proposto é o seguinte:

Primeiro: Adota-se um determinado ponto de partida para a criação simultânea das regiões. O PCP propõe como ponto de partida a actual divisão distrital. Mas, «esclarece-se já que não propomos que as futuras regiões venham a corresponder aos actuais distritos. Propomos que a divisão distrital (não os distritos, que propomos que acabem!) seja o ponto de partida,

não o de chegada. Ponto de partida para, através do processo de consulta se chegar a definição final das áreas das regiões».

Segundo: Como segundo e fundamental passo, depois de aprovada a Lei da criação simultânea, na base da divisão distrital, «o PCP propõe que então os municípios sejam chamados a uma consulta que vai, essa sim, conformar decisivamente a área e o número das regiões».

As assembleias municipais são pois chamadas a pronunciar-se, e, através do voto da maioria dessas assembleias que representam a maioria da população da área respectiva, podem decidir-se ou pela área proposta, ou pela fusão com outra ou com outras áreas, ou pela integração de um ou mais municípios em áreas diferentes da que resultaria da divisão distrital.

«Certamente no 1.º caso teremos o Algarve» — considerou João Amaral.

Terceiro: O 3.º passo deste processo corresponde à aprovação pela Assembleia da República das leis de instituição em concreto das regiões, tal como resultarem do processo de consulta.

Atribuições e finanças

Outro projecto do PCP é o projecto de «Lei das Atribuições das Regiões Administrativas».

É uma lei «fundamental para entender o que são e para que servem as regiões administrativas. Ao longo dos seus dezoito artigos são explicitadas as áreas de intervenção das regiões, concretizando-se em cada uma dessas áreas as competências de investimento

e de gestão das regiões». Só desta forma, «indicando taxativamente as atribuições e competências das regiões e dos seus órgãos, será possível garantir a sua autonomia face ao Poder Central. Como só assim se dará efectiva execução ao preceito de que as regiões devem respeitar integralmente as atribuições dos municípios».

Um terceiro projecto, é o projecto de «Lei das Finanças das Regiões Administrativas». Não há autonomia assegurada para as regiões se não existir autonomia financeira.

O projecto concretiza essa autonomia de meios financeiros, a reverterem para as regiões. Consigna-se numa verba para um fundo de pequeração, no valor de 12,5% da receita prevista de IRS e IRC. Simultaneamente, prevê-se a obrigação de transferência de verba sempre que forem atribuídas novas competências às regiões, verbas que deverão ser as necessárias e suficientes para o exercício dessas competências.

O quarto e último projecto do PCP é o projecto de «Lei das Transferências de Serviços e Património da Administração Central para as Regiões Administrativas».

Os Serviços e Património a transferir são os que hoje estão afectos ao exercício das competências que irão transitar da Administração Central para as Regiões Administrativas.

A transferência, nos termos do projecto do PCP, «será realizada de forma gradual, em cooperação com a Administração Central, com garantia das transferências financeiras necessárias e com respeito dos direitos dos trabalhadores».

EM FOCO

Qual será a próxima vítima do «humanismo» imperial dos EUA?

■ Miguel Urbano Rodrigues

É pesada na frente externa (como na interna) a herança recebida pelo novo Presidente dos EUA.

A situação internacional agravou-se muito desde a eleição de Bill Clinton. George Bush contribuiu pessoalmente para esse agravamento. Mas seria simplista responsabilizar apenas um homem pelos efeitos da estratégia desenvolvida pela complexa engrenagem que nos EUA controla o poder.

A proclamação da Nova Ordem após a guerra do Golfo escancarou as portas a uma desordem internacional crescente.

Transcorridos quase dois anos sobre a guerra cuja que fez regressar o Iraque a uma fase de desenvolvimento pré-industrial, a política imperial dos EUA adquiriu alguma clareza.

A consciência de que a crise económica e social vai persistir no país, por que é de natureza estrutural, fortaleceu nos grupos dirigentes da grande República a determinação de manter e reforçar a dominação política e militar norte-americana sobre o planeta.

A ruptura do equilíbrio mundial, resultante da desagregação da URSS, e do fim do socialismo na Europa, criou condições, num contexto unipolar, para o desenvolvimento de uma estratégia intervencionista inovadora.

Invocando o Direito e a necessidade imperiosa de defender a dignidade do Homem, os EUA afirmam ser a única nação vocacionada para garantir o futuro da Humanidade sob instituições democráticas (discurso de Bush em Fevereiro de 1991) e querem ter as mãos livres para intervir em qualquer país do planeta.

O apelo aos princípios jurídicos e à democracia é obviamente farisaico. A soberania dos estados deixou de ser olhada pelos EUA como limite ao direito de ingerência cuja apologia está na moda. Formalmente, Washington procura sempre a cobertura das Nações Unidas. Mas a internacionalização das intervenções é figura de fachada que esconde a realidade. O Conselho de Segurança da ONU tem funcionado nos últimos dois anos como instrumento executivo da política imperial dos EUA. As regras do jogo exigem que Washington não actue isoladamente. Dois membros permanentes do Conselho — a França e a Grã-Bretanha — apoiam sistematicamente os projectos intervencionistas apresentados pelos EUA; quanto à Rússia, vai sempre a reboque...

A agressão, evidente ou encoberta, não prescinde, porém, de sustentação jurídica. O actual secretário-geral, Butros Ghali, ajuda, criando facilidades. Simultaneamente, o bombardeamento mediático, mais silencioso sempre que necessário, perturba e confunde a opinião pública, sobretudo nos países ocidentais. Finalmente, o Conselho de Segurança legitima a intervenção, seja ela directa ou indirecta. Consoante o tipo de «interesse americano ameaçado», aos «capacetes azuis» cabe ou não desempenhar um papel nas acções empreendidas sob a bandeira da ONU.

Neste universo maniqueísta, o clube das nações prósperas pesa muito. Não é ele, colectivamente, quem toma as grandes decisões. Mas as regras estabelecem que sejam os países ricos, e só eles, a legitimar, em nome da moral e da civilização, as cruzadas contra o mal.

O caso da Somália ilumina a nova metodologia das intervenções imperiais. Durante décadas, a Somália foi um país tranquilo de que pouco se falou. Chamava a atenção por ser em África um dos poucos com uma população homogénea: uma só língua, uma só etnia, uma só religião. A percentagem de médicos era das mais elevadas do Continente.

Os EUA tutelaram o governo de Siad Barre a partir do momento em que ele rompeu com a URSS (antes da guerra do Ogaden, há 15 anos). Esse período foi desaproveitado. A pobreza e o subdesenvolvimento persistiram e nada foi feito para atenuar conflitos internos. Ocorreu o contrário. Não cabe neste artigo a análise dos factores que levaram ao derrubamento de Siad Barre em Janeiro de 1991, após uma prolongada guerra civil. Mas a indiferença dos EUA perante os acontecimentos que desembocaram na anarquia e nas lutas clánicas foi uma constante até há pouco tempo.

Somente no final do Verão passado, antes das eleições norte-americanas, a Somália se tornou tema prioritário para os EUA. Washington obteve então o apoio imediato do secretário-geral das Nações Unidas. Alinhado com as posições norte-americanas, Butros Ghali propôs o envio de 50 observadores internacionais e de 500 «capacetes azuis» para aquele país. Era o prólogo da futura intervenção, já concebida. Porque os «capacetes azuis» (depois 3500, com a chegada dos paquistaneses) participavam de uma missão antecipadamente votada ao malogro. O alarido humanista foi capítulo de uma farsa montada com alguma imaginação.

Alain Joxe, na tentativa de clarificar as motivações da

intervenção na Somália de um corpo expedicionário americano de 28 000 homens, escreveu na edição de Janeiro de «Le Monde Diplomatique»: «Os EUA dispõem actualmente em cinquenta países de um milhão de cidadãos, militares ou funcionários do Pentágono, e a tendência não é para reduzir esses compromissos e essa presença mas, segundo o relatório de um grupo de trabalho enviado ao Congresso, que publica um estudo crítico, «prevê-se, pelo contrário, um papel cada vez mais activo e importante para o reforço da expansão da democracia e dos direitos do Homem nos países em desenvolvimento» (!).

Actualmente, Washington trata de obter de 38 países facilidades que permitam ali a presença permanente de forças militares americanas ou de elementos da Drug Enforcement Agency, cujos agentes, a pretexto de combater o narcotráfico, actuam na prática como uma força estrangeira paramilitar. É de salientar que duas dúzias desses países, definidos como «amigos», não têm instituições democráticas e os governos violam ostensivamente os direitos do Homem.

A fome na Somália (e as suas terríveis sequelas) acabou por ser o pretexto para a intervenção. Oficialmente, os marines desembarcaram a fim de permitir que a ajuda humanitária chegasse às populações. O Conselho de Segurança da ONU aprovou e elogiou.

É útil recordar que no vizinho Ogaden etíope há quase um milhão e meio de somalis (a maioria refugiados) que vivem em condições infra-humanas. A fome em Moçambique também produz uma mortandade igual ou superior à registada na Somália. Mas em momento algum o governo dos EUA sugeriu a necessidade de uma ajuda maciça e urgente às crianças que na Etiópia e Moçambique morrem diariamente de desnutrição...

O humanismo do Estado norte-americano assenta numa base imperial. As expedições de guerra, as expedições organizadas para defender a paz e as expedições humanitárias são justificadas através de discursos e campanhas mediáticas diferenciadas. Mas visam o mesmo objectivo: consolidar os interesses imperiais dos EUA.

Alain Joxe, no artigo antes citado, chama a atenção para um aspecto nuclear da estratégia dos EUA:

«Na perspectiva das “representações” americanas do mundo, desde o afundamento da bipolaridade, os interesses americanos já não dependem da obrigação estratégica de enfrentar em todo o lado a presença soviética (que se desvaneceu), mas sim da defesa unilateral dos interesses americanos. A representação dominante diferencia agora três áreas: a Europa, o Japão e o Golfo, que estão no primeiro círculo dos interesses fundamentais; as áreas subdesenvolvidas pertencem a dois outros círculos: a zona intermédia, na qual certos países úteis podem ser captados como «interesses», mas que os aliados regionais podem tomar a seu cargo; e um terceiro círculo onde as desordens passaram a ser indiferentes (Peru, Afeganistão). Neste quadro, a Somália não faz parte da África, mas da zona intitulada «Sudoeste Asiático, definida durante a Presidência de James Carter como a área de protecção da Força de Intervenção Rápida do US CENTOM (Comando Central dos Estados Unidos) que prevê a eventual acção de 20 000 homens em volta do Golfo».

Não sem motivos, estadistas do Terceiro Mundo alertaram para o facto de a intervenção na Somália ser a primeira dos EUA no Continente Africano. Este, até agora, era feudo da França e da Grã-Bretanha, pois na agressão norte-americana à Líbia, em 1986, foram utilizados somente meios aéreos.

Obviamente, a demonstração de força dos EUA no Corno de África insere-se na política de domínio e controlo das áreas próximas do Médio Oriente. O acesso ao mar Vermelho, na rota do petróleo, foi sempre uma preocupação dos estados maiores norte-americanos. Mas a intervenção militar na Somália, mascarada de humanitária, pode também ser um teste para outras ingerências armadas em África e na Ásia. Estará Angola na linha de mira do Pentágono? Ou o Irão xiita?

O comportamento americano perante a trágica situação criada nos Balcãs é igualmente inquietante. Longe de contribuir para o restabelecimento da paz na Região, dificultá-o. Também nessa área, as palavras e actos de George Bush até ao seu último dia na Presidência deixam pesada herança.

A reeleição de Slobodan Milosevic para a Presidência na Sérvia expressou, na opinião dos grandes jornais europeus — incluindo comentaristas de simpatias pró-americanas —, sentimentos de solidariedade com as minorias sérvias da Croácia e da Bósnia e forte repúdio à ingerência dos EUA nos assuntos internos do país.

O candidato derrotado, Milen Panic, apareceu à grande maioria do eleitorado como uma criatura inventada pelos EUA para impor a sua política ao povo sérvio. Nas urnas, Panic, o milionário americano-sérvio, foi, ao con-



trário do que previam os institutos de sondagens, cilindrado por Milosevic, um velho comunista que se mantém fiel aos seus ideais.

Os media portugueses têm acumulado tantos disparates e inverdades sobre os conflitos em desenvolvimento no território do antigo Estado Jugoslavo que se torna difícil no espaço limitado de um artigo desambicioso separar o essencial do acessório.

Em primeiro lugar, o alegado fosso étnico não existe. Os eslavos do Sul têm origem comum. Os antagonismos actuais são de raiz cultural e religiosa e foram atizados sobretudo pelas grandes potências (?). Como a própria União da Europa Ocidental reconheceu num relatório discutido e aprovado em Paris em Dezembro p.p., sérvios, croatas, eslovenos, macedónios, albaneses e muçulmanos da Bósnia viveram em paz durante décadas no contexto federal concebido pelo marechal Tito.

À actual campanha anti-sérvia, de âmbito mundial, não é estranho o facto de Belgrado ser hoje na Europa a única capital onde o poder continua a ser exercido por um par-

EM FOCO



33%) com lugar nas Nações Unidas iria desencadear a tempestade. Posteriormente, ao forçarem o Conselho de Segurança da ONU a estabelecer a chamada Zona de Exclusão Aérea, os EUA fecharam ainda mais a porta estreita para a saída da crise.

Estava dado o primeiro passo para uma eventual intervenção directa.

Mais uma vez, a campanha mediática contribuiu para desinformar e confundir a opinião pública. Tudo foi feito para se incutir no espírito do cidadão comum europeu e americano a ideia de que os sérvios são os maus da fita e os demais, sobretudo os croatas e os bosníacos muçulmanos, heróis que se batem pela liberdade e democracia...

A atmosfera anti-sérvia alastra e gera solidariedades vindas de quadrantes muito diferentes. Na Assembleia da UEO, um grupo de trabalho da Comissão Política investiga no momento acusações de «castração de prisioneiros» e violações de mulheres muçulmanas da Bósnia «engravidadas» por soldados sérvios... Não se fala de casos isolados, mas de crimes cometidos em cadeia. E, contudo, deles não aparecem provas...

Os apelos para a adopção de crianças bosníacas fizeram parte do quotidiano europeu no último Outono. Não foram formuladas, então, sugestões para a adopção de crianças vindas de Moçambique ou da Somália. Não. Porque são negras? Também não se falou de crimes contra a humanidade — esses, sim, comprovados — cometidos em muitas ditaduras aliadas dos EUA. A escalada da barbárie neonazi em curso na Europa tem igualmente merecido atenção mínima.

O que vai acontecer na Bósnia?

Iremos, porventura, assistir a uma encenação europeia, num contexto diferente, de uma operação tipo «Restaurar a Esperança» que, na Somália, sob as bandeiras do humanismo bushiano, concretizou a espalhafatosa intervenção militar dos EUA no Corno de África — uma intervenção em que o corpo expedicionário encontrou nas praias, em vez do inimigo, um exército de jornalistas e operadores de televisão?

O novo e explosivo foco de tensão criado do Golfo com as exigências feitas ao Iraque (acompanhadas da ameaça de uma guerra que empobreça ainda mais aquele arruinado país) confirma que a estratégica norte-americana tem dimensão e ambição planetária. Para além de Saddam Hussein (que ninguém na Europa defende), o alvo real parece ser desta vez o Irão fundamentalista contra o qual cresce a agressividade das forças que costumam expressar as opiniões do Pentágono.

No tocante à Bósnia, o ministro alemão da Defesa foi muito claro ao discursar em Junho perante a Assembleia Parlamentar da UEO. Fez um apelo à memória histórica e evocou o desastre de Hitler na Jugoslávia para desaconselhar o envio das forças terrestres para a Região.

Os «falcões» do Departamento de Estado não têm, porém, a mesma sensibilidade. De Robert Hunter, um eminente director do «Center for Strategic & International Studies», de Washington, ouvi o ano passado, em Nova Iorque e Berlim, lamentações pelo facto de os EUA não terem enviado para o Adriático os seus porta-aviões como primeira medida para resolver a crise na Jugoslávia...

Nestes dias em que cresce no mundo um temor do alastramento de guerras irracionais e de intervenções militares criminosas, a única certeza é a de que os EUA não se mostrem dispostos a renunciar à sua política de hegemonia mundial.

A hipocrisia nas relações internacionais aprofunda-se, com as grandes potências a darem exemplo. A ONU deixou de cumprir a função para a qual foi criada. A transformação do Conselho de Segurança em instrumento da estratégia imperial dos EUA é um desastre para a humanidade.

O caso da Somália é particularmente expressivo. Assistimos primeiro, ali, a uma intervenção da ONU, com o apoio dos EUA. Na seguinte fase, em desenvolvimento, os EUA intervieram com o apoio da ONU. Inverteram-se os papéis, em jogo combinado.

Tudo em nome da defesa de princípios sagrados, da fidelidade a um humanismo de novo tipo tornado possível pela Nova Ordem Mundial proclamada quando ainda apodreciam no deserto as vítimas da Guerra do Golfo.

Tem cabimento uma pergunta:

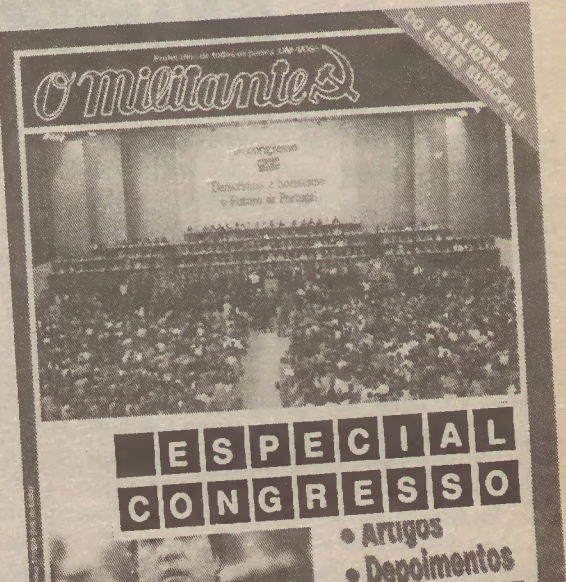
Qual será a próxima vítima do «humanismo» imperial do EUA?

(¹) In «Humanitarisme et Empires». Alain Joxe, actualmente Director de Estudos na Escola de Altos Estudos de Ciências Sociais, de Paris, é autor, entre outros, de dois importantes livros: «Voyage aux Sources de la Guerre» (PUF, 1991), e «L'Amérique Mercenaire» (Stock, 92), ambos editados em Paris.

(²) V. «A unificação dos povos jugoslavos foi sempre combatida pelas grandes potências», MUR, «Avante!», 3.9.92.

Proletários de todos os países, UNI-VOS!

O Militante



Entrevista com

CARLOS CARVALHAS

ESPECIAL CONGRESSO

Entrevista com Carlos Carvalho

Intervenção de encerramento

Intervenção de abertura de Álvaro Cunhal

Sobre as alterações aos Estatutos

O Programa do Partido

Sobre as Teses

Depoimentos

Sobre a participação estrangeira

TEMA

Com fundamento neste mundo contemporâneo (I)

REGISTO

Duras realidades no Leste europeu

PAGINA ABERTA

Cuba e Venezuela

NOTAS E COMENTARIOS

Será que a mentira compensa? • O censor e a censura • Contra a falsificação da história • A CE em tribunal: para onde vai o dinheiro? • Acontecimentos em Angola • Assim vai a América...

DOCUMENTOS

Comunicado do CC do PCP

tido que não renegou o marxismo e afirma a sua confiança no socialismo.

A Alemanha cabem pesadas responsabilidades pelo agravamento dos conflitos que levaram à desagregação da Jugoslávia e à situação de caos e violência que se lhe seguiu. Ao reconhecer, em Dezembro de 91, como Estados soberanos a Eslovénia e a Croácia (antecipando-se aos demais países da CEE e exercendo sobre eles forte pressão, em manobras de chantagem) o governo de Helmut Kohl conferiu carta de legitimidade ao desmembramento da Jugoslávia Federal e criou condições para o início de conflitos sangrentos e bárbaros. Nessa política irresponsável inseriu-se o reconhecimento da Bósnia-Herzegovina como Estado independente (não obstante a nacionalidade dita Muçulmana constituir apenas 42% da população). Sem apagar culpas e erros de Belgrado (que foram grandes) a pretensão de fazer da Bósnia-Herzegovina aquilo que nunca fora ao longo dos séculos lançou lenha na fogueira.

Qualquer observador minimamente informado sobre os problemas da região sabia antecipadamente que a ficção de Bósnia como nação soberana (a minoria sérvia é ali de

A identidade comunista estilizada

À porta do Metro Puchkine, de um lado e do outro da saída, uma estranha guarda de honra espera o viajante. Centenas de pessoas, apertadas umas contra as outras, aguardam o cliente. Estes vendedores à socapa propõem-lhe de tudo - um peixe seco, uma garrafa de vodka, um frasco de perfume Chanel, um gatinho, salsichas, um maço de cigarros americanos, rabanetes, um livro, um disco, um ramo de flores murchas, uma garrafa de licor alemão, uma *chapka*, uma colher de pau, uma verdadeira e miserável feira da ladra a preços incríveis. A diversidade destes traficantes é singular. Acotovelam-se aí jovens austeras, com ar de funcionárias ou de professoras, anafadas *babuchkas* de lenço à cabeça, ou seres hirsutos saídos de não se sabe que profundezas. Mudança de cenário, a dois passos da estação, não longe da redacção do jornal *Izvestia*: no rés-do-chão da fachada anónima de um prédio vulgar, uma porta sem qualquer tipo de indicação ou sinal, a não ser o facto de as janelas contíguas se conservarem obstinadamente fechadas. Depois da identificação através do ralo, um "cérebro" acolhe o visitante num restaurante de um luxo faustoso: *design* refinado, mesas esplendorosas, mármore e flores, música suave, mas abarrotando, criados de estilo. O *menu* é acolhedor e a conta dolorosa - um simples aperitivo pode valer um mês de salário local - e tudo é pago em dólares, naturalmente. Lá fora é Bogotá, cá dentro é Passy, um Passy que se esconde, porque o novo rico moscovita não pretende partilhar os seus luxos. Um processo de diferenciação social iniciou uma clivagem brutal na sociedade russa. Se um punhado de arrivistas soube enriquecer rapidamente, a massa das pessoas anda ao biscate, sobrevive, arriscando-se fortemente a cair de um dia para o outro na miséria que já é o fardo de grande número de excluídos. Natacha, professora primária reformada, teve de retomar o trabalho. Jovens professores fugiram da sua escola, atraídos por actividades que esperam mais lucrativas. E depois a reforma é tão pequena... "O que mais me impressiona", diz ela, "é todas as crianças serem tão assíduas, porque, pelo menos aqui, temos a comida assegurada regularmente. Não há muito tempo, eles esquivavam-se aos nossos refeitórios, onde a alimentação é bastante simples. Agora vão todos lá".

Muita gente pensa ter encontrado uma saída: o *business*. A Rússia deste fim de Verão de 92 parece submersa num frenesim de negócio e de tráfico. Eu negoceio, tu negoceias, ele negoceia, toda a gente negoceia. Vende-se de tudo em toda a parte. Aqui, onde o sistema de distribuição era singularmente arcaico, a mudança é espectacular. Paradoxalmente, a massa dos consumidores nada ganhou com isso. O negociante confunde alegremente mercado com mercado negro. Uma especulação desenfreada alimenta a hiperinflação. Nem o país aproveita. Trafica-se com produtos já existentes, enquanto que a distribuição de bens de consumo tradicionais está ainda mais desorganizada. Pior: vendem-se a preço de saldo no mercado internacional, ao desbarato, as melhores realizações da indústria, da tecnologia, da ciência ou da cultura, enquanto que se revende na própria Rússia produtos de exportação de qualidade medíocre. Muitas vezes a responsabilidade é dos ministérios que escoam os seus produtos para o estrangeiro, conservam nos bancos alemães e suíços as suas divisas, esperando comprar a baixo preço quaisquer mercadorias - que na maior parte dos casos nada têm a ver com a actividade da sua administração - para as revender a alto preço em Moscovo.

Assim, não apenas a agitação especulativa actual não produz qualquer efeito de arrastamento na produção, mas acompanha e acelera uma desintegração da economia já bastante avançada desde o começo das privatizações a todo o vapor, da retirada massiva do Estado, segundo a receita recomendada pelo FMI, e a anarquia que ganha progressivamente as diversas partes do corpo social. A derrocada do rublo traduz também esse fenómeno. O dólar, moeda entretanto em dificuldades, trocava-se por 100 rublos no princípio do Verão, por 200 no fim de Agosto e falava-se já, para o próximo Inverno, de um câmbio de 300 rublos. Esperava-se muito do maná estrangeiro. Deixou muito a desejar. O essencial dele arrisca-se a servir para o pagamento da dívida, cerca de 70 mil milhões de dólares. Quanto aos raros investimentos já efectuados, são muito selectivos. Visam sobretudo acompanhar uma ulterior penetração ocidental, na hotelaria de luxo, por exemplo, e não apresentam a mínima vantagem para o homem da rua. O Ocidente mostra-se sobretudo preocupado em restaurar a Rússia no estatuto semicolonial que era o seu nas vésperas de 1917. Se o balanço económico é severo, tudo parece indicar, no entanto, que o pior está ainda para vir. Até aqui numerosos sectores continuavam a funcionar por uma espécie de inércia. E o mundo do trabalho conseguira, apesar de tudo, por uma espécie de resistência passiva, preservar certas conquistas. Ora os encerramentos de empresas são cada vez mais numerosos, o desemprego em massa perfila-se no horizonte, a austeridade acentua-se. A catástrofe não anda longe.

A opinião pública parece desencantada. Viveu com indiferença o aniversário dos acontecimentos de Agosto de 1991. O desarmamento ideológico e moral passou por aí. A hora é do salve-se quem puder. A intelectualidade vê-se a braços com uma profunda depressão. A consigna segunda a qual a Rússia devia apanhar a civilização mundial, lançada pela equipa de Gorbatchov e teorizada pelos ieltsinistas, engendrou afinal um formidável sentimento de culpa colectiva. Focalizou-se a opinião pública sobre incontáveis atrasos (nos serviços ou na distribuição, por exemplo), para generalizar a ponto de assimilar a cultura russa e soviética à da barbárie. A afirmação é absurda, mas o trauma causado é real. A despolitização é profunda. A personalidade-vedeta destes dias, em Moscovo, que mobilizava perto de cem milhões de telespectadores e recebia um acolhimento delirante à sua chegada ao aeroporto não era nem o Presidente nem o Arquimandrita ortodoxo, mas uma obscura actriz mexicana, heroína de um folhetim cor-de-rosa, tão interminavelmente longo quanto insondavelmente idiota. A lista dos partidos russos oficialmente registados, uma trintena, indica por exemplo 139 membros para o Partido Humanitário Republicano e 348 para o Partido Social-Liberal. As formações comunistas, como se poderá ver, parecem ir melhor, mas a participação é, no geral, fraca.

A atracção pelos modelos autoritários

Para além de uma aparente dispersão, três famílias políticas, de uma relativa homogeneidade, ocupam o terreno. Há primeiro um conjunto representativo da actual camada dirigente, conglomerado em que se encontra a antiga nomenclatura do Estado-Partido que no essencial conservou o seu lugar, a jovem tecnocracia ligada aos meios financeiros internacionais (FMI, BERD...) e os novos ricos. Trata-se de um curioso amálgama que poderia qualificar-se de burguesia burocrática e compradora. Ieltsine, por enquanto, é o seu herói. Mas este conjunto em formação não está livre de contradições internas. As ambições pessoais entrecrocavam-se. Alguns jogam aí a carta populista. Alguma partilha de tarefas existe também entre estes políticos. Com efeito, por detrás de um aparente respeito pelo jogo democrático, eles parecem fortemente atraídos pelos modelos autoritários, a fim de imporem a sua concepção ultraliberal de mercado.

Uma corrente nacional muito dividida

O segundo grupo incarna a corrente nacional. Aí se encontram bastante largos sectores da sociedade que aceitam mal o desmembramento do Estado, a vassalagem do país, o abandono a que são deixadas as populações russas das periferias e que recordam vivamente os resultados do referendo de Março de 1991 em que uma muito larga maioria se pronunciou pela renovação da URSS. Na verdade, este grupo está dividido entre uma componente de direita, abertamente nacionalista e mesmo aventureirista, e forças progressistas que pretendem dar um conteúdo inovador ao renascimento da nação russa. É este carácter ambivalente que permite ao Kremlin baralhar as cartas gritando contra a "coligação" entre vermelhos e castanhos. Na verdade, a evolução desta família no sentido de uma ou outra destas orientações está ligada à dramatização da crise e ao empenhamento militante de cada tendência. E desta evolução vai depender em parte a configuração política da Rússia. Ir-se-á para uma aliança entre as forças autoritárias e chauvinistas ou para uma reaproximação dos meios patrióticos e progressistas? Ex-secretário do PC da Rússia, um dos raros antigos quadros dirigentes que, desde Setembro de 1991, se ergue contra a avançada anticomunista, Guennadi Zuiganov tem um papel importante à cabeça da organização Movimento Nacional Russo. Encontram-se nesta movimentação meios de comunicação como o diário "Rússia Soviética", personalidades da intelectualidade como Prokhanov, chefe de redacção do jornal "Dien", nomes da literatura como Yuri Bondarev - a sede da União dos Escritores da Rússia é, de resto, lugar privilegiado desta actividade de resistência -, gestores do aparelho económico, directores de empresas, parlamentares como o líder do grupo "Rússia", Serguei Baburine, jovem jurista que, em Julho de 1991, quase se tornou, com o apoio dos votos comunistas, Presidente do Parlamento da Rússia contra o candidato ieltsinista. Ao contrário, aqueles que por vezes são designados como "conservadores soviéticos", pessoas agarradas à restauração da União e das suas conquistas mas na base de um *statu quo* anterior que falhou, mas também os integristas, chamados por vezes "novas direitas"(1), estão dispostos a

usar de todos os meios, e deixam que se propague, com mais ou menos complacência, as ideias chauvinistas, por vezes anti-semitas. A Rússia de 1992 constitui, na verdade, um terreno propício para tal. A antiga solidariedade entre nações desintegra-se, a intolerância ganha terreno. As autoridades sabem-no e canalizam, por exemplo, a cólera dos moscovitas contra os comerciantes azeris - alguns dos quais, entretanto, provavelmente ligados à Mafia - para organizar o que tem cada vez mais a aparência de uma caça aos "aspectos estrangeiros", multiplicando nos mercados livres as medidas vexatórias contra as pessoas do Sul. Recentes escândalos e crimes racistas feriram também as comunidades vietnamita e moçambicana.

A terceira família é o movimento comunista. Sofreu um terrível reves e atravessou um período de total desorientação mas, pouco a pouco, renova-se e reencontra certa audácia. Traído pela sua direcção, abandonado pelos seus quadros e vítima da passividade dos seus aderentes, o PCUS desintegrou-se. A história dessa queda está por escrever. Uma das razões desse brusco colapso foi sem dúvida o desapossamento total dos seus membros de qualquer possibilidade de intervenção, a sua desresponsabilização, o seu afastamento da elaboração da política do Partido. Tudo ali era decidido na cúpula e no dia em que a cúpula cedeu nada restou do todo o edifício. Há males que vêm por bem, é o que parece pensar o jornal "Rússia Soviética" (2): "O PCUS morreu, mas o movimento comunista não só não desapareceu como pode reencontrar um impulso e um crescimento novos, agora que está livre da partidocracia".

Quatro partidos para uma alternativa

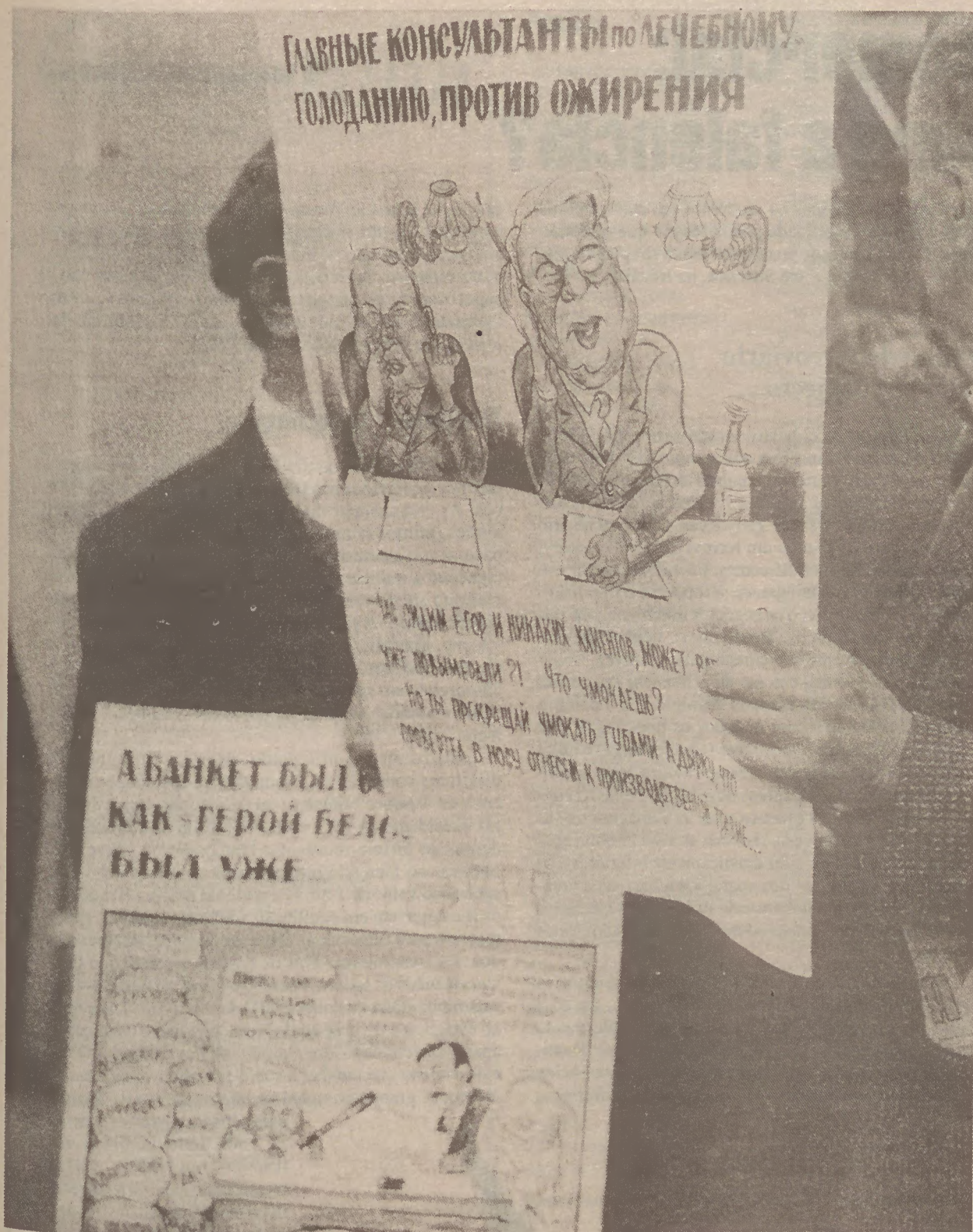
Os novos partidos que se formaram sobre as ruínas do PCUS seguem as linhas de fractura que atravessavam esta formação nos últimos anos. Tomemos o Partido Comunista dos Bolcheviques. Herdeiro da Plataforma Bolchevique (3) no PCUS, a sua linha foi popularizada há uns anos, num famoso artigo de uma professora de Economia de Leningrado, Nina Andreievna; é o partido da nostalgia, com traços por vezes neostalinistas, que seduzirá alguns veteranos; parece sobretudo organizado em S. Petersburgo e continua marginal no resto do país. Acresce que os seus raros militantes são vistos nos desfiles, que aí são tolerados e que conseguem por vezes a façanha de fazerem aplaudir o nome de Staline, atitude que os meios de comunicação ieltsinistas se comprazem em valorizar para desacreditar o conjunto do movimento. Pode lamentar-se que os comunistas das outras formações não se demarquem mais sistematicamente deste grupúsculo que provavelmente espera que ex-membros do PCUS, confrontados com uma crise feroz, com a humilhação imposta ao seu país e com a arrogância dos arrivistas, se crispem e retornem aos piores dogmas. É uma das armadilhas lançadas, no período próximo, aos comunistas russos. Fechemos o parêntesis.

Quatro partidos, dispo de certa autoridade (4), trabalham de facto para uma alternativa socialista na Rússia.

O Partido Comunista Operário da Rússia foi registado em 9 de Janeiro do ano passado (1991). Saído da Plataforma "Iniciativa Comunista", reivindica fortemente a sua herança leninista e a sua identidade de classe. É um partido de militantes, activo e que se vê. Aquando de uma manifestação comunista, em 26 de Agosto, no Parque da Cultura, em Moscovo, os seus militantes estavam bem representados, ostentando os seus bairros de origem. O PCOR declara várias dezenas de milhares de membros. Victor Tiulkine preside ao colectivo de direcção (5) e este partido edita o jornal "L'Éclair" (provavelmente "Iskra", "O Relâmpago" - N. do T.), onde se pode encontrar a pena do filósofo Richard Kossolapov, antigo director da revista "Komunist", afastado em 1987 por Mikhail Gorbatchov. O PCOR participa activamente numa frente chamada "Rússia do Trabalho", de que um dos animadores é Victor Anpilov, deputado do Soviete de Moscovo. Esta associação soube organizar nos últimos meses imponentes manifestações de rua, nomeadamente o desfile de 40 mil pessoas em 10 de Maio passado, em Moscovo. A "Rússia do Trabalho" tem o seu próprio jornal, "Que Fazer?", cujo redactor-chefe é Vladimir Yakuchov.

O partido União dos Comunistas saiu da "Plataforma Marxista", mais propriamente de uma cisão desta tendência. É dirigida por um antigo membro do Comité Central do PCUS, Alexandre Prigarine, economista de formação, e teve o seu primeiro congresso em Abril passado. É um dos ramos da União Internacional dos Comunistas, que compreende organizações similares na Lituânia, na Ucrânia e na região do Dniestr. Este movimento parece relativamente bem estruturado e milita de facto pelo renascimento e renovação do PCUS, objectivo que aparece como prioritário no seu programa. "Há ainda, contando por

EM FOCO



baixo, três, quatro, talvez cinco milhões de comunistas convictos" (6), disse-me Prigarine. "As novas formações não reúnem sequer 5 por cento destas forças". A seus olhos, a reconstrução do PCUS teria uma virtude mobilizadora. Também a União prepara a 20ª Conferência Nacional do PCUS, a partir de Setembro, e encara a convocação de um 29º Congresso do PCUS. Prigarine é igualmente um dos peritos que testemunham junto do Tribunal Constitucional no processo para a legalização do PCUS. Este partido dispõe de um jornal, "Posição", cuja sede se encontra em Kalininegrado, e cujo redactor-chefe se chama Gussev. Próxima desta corrente, gravita o semanário "Glasnost", fundado há dois anos pelo PCUS. Foi proibido durante algumas semanas, no passado Verão, por Ieltsine que finalmente teve de deixá-lo publicar-se. Como curiosidade, é de referir que as instalações da "Glasnost" se situam no edifício da administração presidencial russa, que ocupa ela própria a antiga sede do Comité Central, a dois passos do Kremlin. Este jornal, dirigido por Yuri Iziumov, com uma tiragem de 200 mil exemplares, informa sobre as iniciativas da União dos Comunistas e mais em geral sobre o conjunto do movimento comunista russo. No Comité de Redacção encontram-se personalidades como Nicolas Gubenko, o ex-ministro soviético da Cultura, o ex-membro do Comité Central Nikolaiev, ou o escritor ucraniano Boris Oleinik.

O Partido Russo dos Comunistas, declarado oficialmente em 19 de Março passado, resulta da cisão da "Plataforma Democrática". Conta com cerca de cinco mil membros. Lendo os seus textos, nomeadamente o seu projecto de programa debatido em 22 de Junho passado, ouvindo os seus dirigentes, nomeadamente Anatoli Kriutchkov, seu presidente, jurista de formação, discutindo com os seus quadros, compreende-se que este partido está empenhado numa sólida reflexão sobre a falência do socialismo soviético, sobre a necessária renovação do socialismo através da democracia, sobre a política de alianças ou o reerguer de um partido revolucionário e moderno.

Os seus meios são modestos, mas os seus quadros parecem determinados. Não crê numa ressurreição do PCUS e faz mesmo uma apreciação crítica sobre os comunistas que tomaram a iniciativa do processo junto do Tribunal Constitucional. Estes teriam ilusões acerca do poder, estima o PRC que teme ainda que este caso venha a servir de facto aos ieltsinistas para atingir desta vez todo o movimento

comunista. Este partido tem um jornal, o "Pravda Russo", cujo redactor-chefe é Vladimir Burdiugov.

O Partido Socialista do Trabalho, por fim, é presidido por Ivan Rybkin. Conta com antigos deputados do Soviete Supremo, tais como o ex-dissidente Roy Medvedev, o neogorbachoviano Anatoli Denissov, ou Anatoli Soloviev, e quadros do PCUS como Vartazarova, que foi colaboradora do ex-primeiro-secretário de Moscovo, Propkofiev. Estes encontravam-se entre os primeiros a levantarem-se, durante o Verão de 1991, simultaneamente contra o aventureirismo dos autores do estado de emergência e a arbitrariedade ieltsinista, e o seu partido, muito arreigado às formas de trabalho parlamentar, constitui-se a partir do Outono seguinte. Pareceu-me, neste Verão, relativamente menos presente que os outros na cena política moscovita.

Os reencontros das forças comunistas

Tudo se passa como se a identidade comunista se encontrasse portanto estilhaçada, com os seus diversos componentes espalhados por formações diversas, uns insistindo na sua natureza de classe, outros no imperativo democrático, outros na assimilação crítica da herança do passado, outros insistindo ainda na importância do empenhamento militar.

Conscientes de que uma tal situação efectiva contribua para enfraquecer todo o movimento, estes partidos empenharam-se num processo de reaproximação. Em 8 e 9 de Agosto passado, decorreu em Moscovo uma reunião em que participaram os responsáveis de todas estas formações. Foi acordado sistematizar tais encontros e criar um conselho de coordenação política, de natureza consultiva, dos comunistas da Rússia, baptizado de Roskomsoviet. Em Outubro, em Moscovo, realizarão (o autor refere-se a Outubro de 1992 - N. do T.) uma conferência científica sobre os problemas económicos e a elaboração de um programa de saída da crise.

A opinião de um dos participantes nesta reunião é a de que ela constituiu um momento importante do processo de reencontro entre forças comunistas. É de esperar, nos próximos meses, a formação de uma estrutura federando estes movimentos, o que constituiria o esboço de um possível

novo partido e que, de qualquer modo, apresentaria uma frente comum aquando de consultas eleitorais.

Será então necessário reconstruir o PCUS? Esta questão divide as várias formações. Deixemos esse partido ao seu triste destino, dizem uns, nomeadamente o PCOR, o PRC e o PST, para os quais o desmantelamento da URSS pôs fim à existência de uma instância federal. O PCUS pode ainda congrega, a sua sigla é ainda popular, uma nova União está por construir e, de qualquer modo, o destino do Partido não pode decidir-se por um decreto presidencial, os comunistas é que devem decidir, replicam outros, nomeadamente a União dos Comunistas. A mesma diferença de ponto de vista existe, já o constatámos, quanto ao processo de reabilitação levado ao Tribunal Constitucional.

História de uma traição

De qualquer modo, parece claro que um certo número de membros e de quadros do ex-PCUS, a despeito das interdições, continua a reunir-se e a fazer viver as antigas estruturas. Que saibamos, existem pelo menos duas tentativas paralelas nesse sentido. Em Junho passado, por iniciativa de antigos dirigentes do PCUS, e nomeadamente de S.V. Skvortsov, então presidente de um agrupamento chamado Comité dos Comunistas da União, teve lugar um 29º Congresso do PCUS. A revista "Narodnaia Gazeta" integra-se nesta linha. Outros levaram a efeito, também em Junho, uma sessão do Comité Central do PCUS, preparatória de uma conferência nacional marcada para esta rentrée e de um próximo congresso que seria também o 29º, segundo os seus organizadores. A revista "Glasnost" informou abundantemente sobre esta última reunião. Entre os principais promotores encontram-se dirigentes como Prigarine e Nikolaiev, já citados, os Komsomols - a juventude comunista recentemente reconstituída -, antigos responsáveis soviéticos ou russos como o ucraniano Ivachko, ou Valentin Kuptzov, efémero primeiro-secretário do PC Russo em Julho de 1991.

Por fim, neste panorama, onde situar a movimentação gorbachoviana? É difícil responder a tal questão. Sabe-se que o ex-presidente não julgou útil recriar um partido e que gere uma fundação que tem o seu nome, instalada na escola central do PCUS, na Avenida de Leninegrado. Aí se encontra o antigo aparelho presidencial, ele próprio constituído por quadros saídos do Comité Central. É o caso, por exemplo, de quase toda a antiga direcção da secção internacional. Pode-se sem arriscar escrever que o divórcio desta equipa com o movimento comunista russo, qualquer que seja a sensibilidade, é total, e a palavra traição aparece frequentemente nas discussões com os comunistas. Mesmo um homem ponderado como o antigo primeiro ministro Nikolai Ryjkov acaba de publicar um livro intitulado "Perestroika: a história de uma traição". Um dia, em que saía de uma sessão do processo de reabilitação do PCUS, o ex-dirigente Igor Ligatchev, hoje na reforma, foi questionado pela televisão russa sobre Mikhail Gorbachov. Respondeu simplesmente: "Era um quadro jovem, inteligente. Não tinha entretanto nenhuma noção de camaradagem". Mas o divórcio entre o ex-presidente e as pessoas em geral não é menor. Este desfazimento entre o antigo chefe do Estado e a opinião pública, se não é novidade, ainda cresceu mais nestes últimos meses, as sondagens provam-no e a imprensa não deixa de sublinhar a singular trajectória deste homem, cada vez mais popular no estrangeiro, particularmente a partir de 1988, e cada vez mais estranho ao seu povo.

Gérard Stroiff *

(*) Autor do livro "Ex-URSS Um Novo Terceiro Mundo", traduzido para Português e publicado na Coleção Problemas do Mundo Contemporâneo, Edições "Avante!", Junho de 1992.

(1) Estes não deixam de ter ligações com a extrema-direita europeia. É assim que uma nova revista apareceu em Moscovo, na qual colabora, por exemplo, o filósofo de direita Alain Benoist.

(2) 11 de Agosto de 1992.

(3) Por "Plataforma" entenda-se "tendência".

(4) Outras formações, de mais modesta envergadura, reivindicam-se igualmente do movimento comunista. Sem pretender identificá-las a todas, citemos como exemplo, na Rússia, o Partido Socialista do Trabalho, criado por um dos fundadores da Plataforma Marxista, o universitário Buzgaline, o Partido Socialista de Bachkiria, o Partido Comunista do Trabalho da Ossétia da Norte, o departamento de informação dos comunistas de Moscovo, ou ainda a organização "Os comunistas pelos direitos do cidadão"; encontrar-se-á ainda, nas outras repúblicas, o Partido dos Comunistas da Bielorrússia, a União dos Comunistas da Lituânia, o Partido Comunista do Trabalho do Dniestr, o Partido Comunista da Ucrânia, a União dos Comunistas da Ucrânia, o Partido Socialista da Ucrânia, o Comité de Organização do PC do Usbequistão.

(5) Ao lado de Polovodov, Podguzov, Postnikov, Siradimov.

(6) O PCUS contou, em meados dos anos 80, cerca de 20 milhões de aderentes.

EM FOCO

Aviação comercial: voando para a falência?

■ Manoel de Lencastre

A «British Airways», uma das raras grandes companhias de aviação que tem resistido aos efeitos da depressão económica a que o mundo se abraçou, é generosa para com os portugueses. Num voo recente para Lisboa, a primeira classe vinha repleta de funcionários da TAP (viajando grátis, claro) deliciando-se no «champagne» — só se falava de aviação e até nas conversas dos filhos, pequenos portugueses iniciando-se rapidamente no processo de estrangeirização, abundavam palavras que não são muito comuns na maioria das crianças do nosso país: os «airbuses» para aqui, os «747» para ali, a «Boeing» e a «Lockheed» para acolá. Numa palavra: um festival de aviação.

Entretanto, no imenso mundo dos transportadores de passageiros e carga e dos construtores de aviões o festival é outro, infelizmente. A realidade mostra-se com negros contornos. As dívidas são simplesmente monstruosas, as falências (vide os casos da «Panam, Eastern, TWA») são surpreendentes e os prejuízos acumulados por quase todas as companhias tornaram-se dramáticos e assustadores para o grande público, simplesmente. Não seria bonito que os privilegiados grandes «papás» da TAP comessem, clarividentemente, a abrir os olhos aos filhos em vez de os empurrarem para o fosso dos processos, dos costumes, dos jogos, das cantigas, dos falares anglo-americanos — os da bancarrota? Por que não lhes ensinam, por exemplo, a grande história da «GPA» (Guinness Peat Aviation)? Mas, para benefício dos leitores do «Avante!», vamos contá-la nós.

Prejuízos diabólicos

Antes disso, contudo, seja-nos permitido registar alguns números significativos que ajudam a compreender a realidade da aviação comercial tendo em conta, particularmente, os planos existentes para dismantlar, privatizar e destruir a TAP, a única empresa portuguesa do sector com alguma importância, onde se empregam e ganham a sua vida muitos portugueses que não têm direito a viajar em 1.ª classe, não bebem «champagne» nem submetem os filhos à influência perniciososa das subculturas estrangeiras.

Assim, num mercado europeu que paga bilhetes de viagens aéreas no valor de £30 bilhões anuais, os prejuízos das 22 companhias que constituem a «Associação das Companhias Europeias de Aviação» ascenderam a mais de 1 trilhão de dólares, em 1990. No ano seguinte, essas perdas desceram para 900 milhões apenas, mas a situação geral continua confusa e o futuro do sector apresenta-se cheio de problemas. Só a «British Airways», com lucros de US\$ 685 milhões escapou ao terramoto. Não admira, portanto, que tenham possibilidades para oferecerem «champagne» e lugares de primeira aos portugueses da TAP que, aproveitando a «desinteressada» hospitalidade estrangeira, se sentem como reis enquanto a TAP geme sob o peso de incontroláveis prejuízos e, no seu seio, os impérios individuais que lhe garantem a mais completa ineficiência se «agarram ao tacho» e, indiscutivelmente, prosperam. Não andará a «British Airways» já com os olhos na companhia portuguesa?

Os prejuízos da «Air France» foram de US\$ 132 milhões, em 1990, e de US\$ 12 milhões, em 1991. Os da «Lufthansa», de US\$ 257 milhões, em 1991, e os da «Alitalia» de US\$ 30 milhões. A «KLM» perdeu US\$ 346 milhões, em 1990 e conseguiu lucros de US\$ 66 milhões, no ano seguinte. Mas a «Iberia», agonizante, perdeu US\$ 137 milhões, em 1990, US\$ 346 milhões, em 1991, e julgamos poder acrescentar que, em 1992, as perdas continuavam a subir. A «Aer Lingus», irlandesa, além de prejuízos de US\$ 20 milhões, em 1991, luta com dívidas de 1 bilhão de dólares. Quanto à grega «Olympic», perdeu US\$ 164 milhões, em 1990, e US\$ 134 milhões em 1991. A TAP registou US\$ 40 milhões de prejuízos, em 1991.

O panorama, como se vê, não tem nada de róseo. É catastrófico. Não temos espaço nem tempo, evidentemente, para mencionar agora os resultados dos exercícios das companhias americanas e ainda menos para subirmos ao universo dos grandes construtores. O que vale a pena contar é a história da «GPA». Ela mostra muito das enormidades que assaltaram a economia mundial sob a batuta

dos grandes «businessmen» modernos em cujos ombros repousa a responsabilidade pela situação que o mundo conhece. Tudo começou no cérebro de um simples empregado da «Aer Lingus», em Shannoa, na Irlanda.

O filho do ferroviário tinha um projecto...

Naturalmente, o cidadão normal sem aspirações a homem de negócios imagina que sempre que uma companhia de aviação pretende comprar aviões se dirige às empresas construtoras. É essa a via natural, ou devia ser, pelo menos. Mas o irlandês Tony Ryan, o tal funcionário da «Aer Lingus», filho de um ferroviário de Tipperary, viu as coisas de ângulos diferentes. Ele trabalhava ali, em Shannon, onde existe um grande aeroporto e o movimento dos aviões, assim como os negócios importantes da aviação faziam-no reflectir. Tendo claros conhecimentos sobre o funcionamento das companhias, resolveu fundar uma empresa a que deu o nome de «Guinness Peat Aviation» cujas finalidades eram as seguintes: 1. a compra «em quantidade» de aviões de todos os tipos requeridos pelas transportadoras; 2. o aluguer (em «leasing») e não a venda pura e simples desses mesmos aviões aos respectivos utilizadores, as companhias de aviação. Feitas as contas, batia tudo certo. Já estamos a ver as vantagens que as «airlines» iam buscar a este sistema: as suas imobilizações de capital passariam a ser drasticamente inferiores e os custos com o «Leasing» dos aparelhos muito mais favoráveis do que sempre tinham sido os encargos bancários e outros que o financiamento directo de aviões adquiridos requeria.

Estamos nos anos 80. Com o correr do tempo, os negócios entre a «GPA» e os construtores, como a «Boeing», a «Airbus», etc., tornavam-se simplesmente fabulosos e a nossa «GPA», assim como Tony Ryan, entravam no círculo dos maiores sistemas de negócios mundiais. Não foram poucos os ex-ministros e outras altas

cavam, os juros creditavam-se, as companhias de aviação alugavam e o movimento de toda esta engrenagem atingiu proporções que os mais sóbrios começaram a considerar perigoso. Seria possível manter a portentosa nau à superfície, se os tempos mudassem? A «GPA», agora avaliada em 4 bilhões de dólares, encaminhava-os rapidamente para uma situação incontrolável.

Declínio e estagnação

Tornavam-se de astronómicas proporções os juros, prémios, comissões pagáveis aos investidores e aos Bancos. As companhias alugadoras começaram a devolver aviões, atingidas pela quebra das suas operações. Os pagamentos atrasavam-se. Os Bancos sofriam. A «GPA» começou a realizar empréstimos para pagar outros que realizara anteriormente. E todo o sistema inventado pelo «predestinado» Ryan conheceu o declínio quando o capitalismo, gravemente atingido em muitas outras áreas (a das propriedades, por exemplo) preferiu deixar a aviação comercial entregue ao seu próprio destino. A grande «GPA» afundar-se-ia. Já ninguém tinha dinheiro para lá meter.

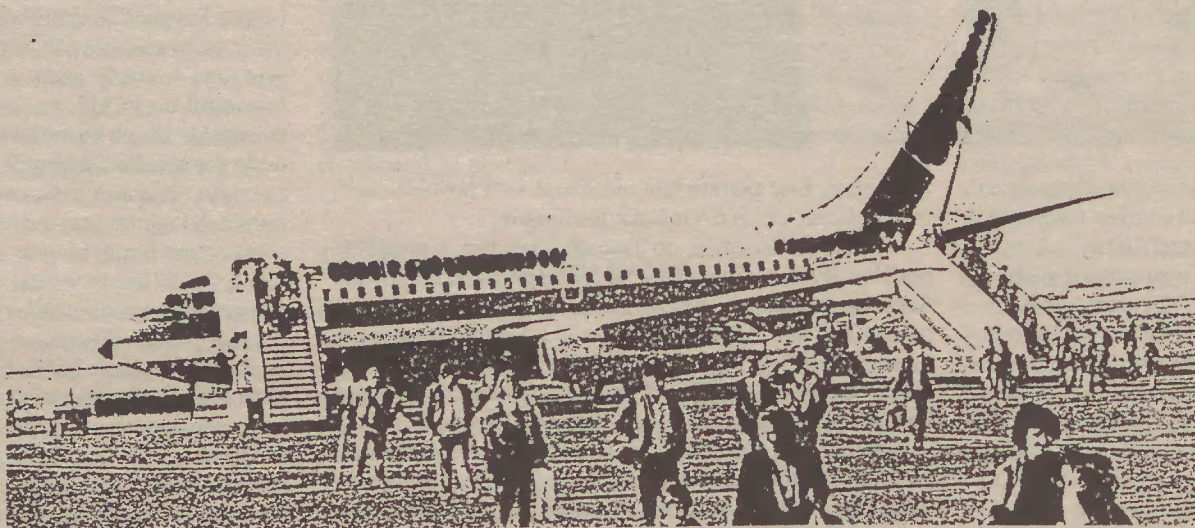
Aflitivamente, utilizando, talvez, a influência de directores como Lord Lawson (Nigel Lawson, ex-chanceler do Tesouro britânico) ou de Sir John Harvey-Jones (ex-presidente da ICI), a «GPA» atirou-se com unhas e dentes ao último recurso; o lançamento à subscrição pública, no mercado internacional de novos blocos de acções no valor de 1 bilhão e meio de dólares. Tratava-se de manter a nau em equilíbrio, ainda que instável, e criar recursos para financiar as centenas de aviões encomendados aos construtores. Mas os Bancos japoneses já lavavam as mãos de todo o processo e vozes de gente avisada sugeriam: «Para que quer a GPA tantos aviões? O mercado estagnou e no deserto de Nevada existem centenas de aparelhos, em depósito, que já ninguém procura» O círculo vicioso que conduz à ruína estava em franco movimento. A grande companhia carecia de novos capitais

para substituir os que dispersara. Tudo muito bonito — nos livros — registre-se. Mas as receitas da gigantesca alugadora de aviões já não davam para os juros devidos aos investidores e aos Bancos. Em Setembro último, a grande subscrição accionista falhou. O mercado não quis comprar o papel da «GPA».

O fim?

Nestas atroz condições, os brilhantes nomes do conselho de administração sumiram-se. Desacordos internos. Acusações aos bancos. Murros na mesa. Ryan, o «cerebral», o inventor de negócios, o génio das grandes transacções, conhecia agora o desespero. Surge um novo problema: as construtoras pedem à «GPA» que anule as encomendas. Ryan e o seu chefe-executivo, Maurice Foley, gritavam à porta dos bancos: «Emprestem-me! O meu nome está em jogo! É o vosso próprio dinheiro que está também em perigo!» Não é assim que sempre se exprimem os que se acham à beira da falência? Os Bancos fazendo ouvidos de mercador. Sabiam que os construtores jamais pegariam naquelas encomendas cujo valor (12 bilhões de dólares) a GPA não tinha meios para pagar. Mais: provada essa falta de recursos, as empresas construtoras exigiram avultadas indemnizações. E cedo ou tarde, a «GPA» teria de confessar que o seu mercado se extinguiu. Já ninguém queria tantos aviões. A «GPA» não tinha fundos para garantir as suas próprias encomendas. Nem crédito.

As preocupações de empresas como a «Boeing», a «McDonnell-Douglas», a «Fokker» e outras, ganhavam nova dimensão: para além dos problemas causados pela «GPA», as companhias aéreas americanas «United», «American», «Delta» acabavam de cancelar encomendas avaliadas em 20 bilhões de dólares. Toda a estrutura em que se apoia a aviação comercial conhece uma crise de tipo único que não poupa nenhum dos seus sectores. O destino da «GPA» acha-se traçado. Dois dos seus próprios accionistas, a «Aer Lingus» e a «Air Canada», não estão em condições de prestar auxílio a Mr. Ryan e à sua companhia. Em Março vencer-se-ão alguns dos 6 bilhões emprestados por 73 bancos internacionais. Para onde vai a «GPA»? Não parece difícil a resposta.



figuras da política, da economia e das empresas que foram doirar com a sua sapiência e o seu prestígio os cadeirões do conselho de administração da «GPA». Entretanto, cada vez recebiam mais encomendas e não faltavam os financiamentos.

... que entusiasmou a alta finança

Ao princípio, as coisas funcionavam de maneira mais ou menos clássica: a «GPA» trabalhava com o seu próprio capital, com suprimentos dos respectivos accionistas ou através de empréstimos bancários negociados no mercado. Mas o negócio crescia enormemente. Registavam-se já centenas de aviões encomendados. As encomendas continuavam a crescer e era sempre preciso negociar novos financiamentos. O império «Ryan» também crescia em diversas direcções. Tony achou que tinha chegado a altura de voltar a pôr a cabeça a trabalhar. Tinha de arranjar mais investidores na sua companhia. Melhor do que isso: os investidores deveriam ser organizados em grupos de modo a que também os de menores recursos pudessem ser associados ao grande processo. E arranjos sem dificuldades.

Grupos de japoneses financiavam certos aviões. Bancos internacionais e conjuntos seguradores financiavam outros. Reis, emires, cheques árabes, investiam. Grupos de pequenos capitalistas asiáticos e europeus, governos, gente dos mercados de capitais — tudo foi mobilizado para financiar os negócios da «GPA», tudo se foi tornando proprietário legal de parcelas em cada um dos aviões transaccionados. O capital girava, os construtores fabri-

PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

Pobre Falcão

Falcão e Cunha dizem uns que está zangado.

Dizem também alguns que está só magoado.

Os trâmites comuns do êxito mal parado...

Tantas esperanças e jejuns pelo chefe adorado...

Prémios, nenhuns antes chutado.

Mais vale apanhar atuns no mar encapelado.

Como não tenho mais rimas em uns o poema dá-se aqui por terminado.

Com o Falcão, coitadinho, magoado...

Quem torto nasce...

A Inglaterra, sim, é formidável.

Oh Thatcher adorável da City alto conforto!

Cavaco tão contente...

De repente

Tudo começa a dar para o torto...

Estados Unidos, isso é que sim.

Oh Bush tchim, tchim capitão do novo porto.

Cavaco tão contente...

Mas de repente

Tudo começa a dar para o torto...

Alemanha: exemplo acabado

da economia de mercado no consumo absorto.

Cavaco tão contente...

Mas de repente

tudo começa a dar para o torto...

Se a História jogar taco a taco estás como hás-de ir, Cavaco!

As vacas

Forja-se a lança, afia-se o punhal.

Aparecem as gordas legiões ao chocalho das milhas de milhões de que a Europa recaça dá sinais.

Um protesta, outro diz, etc. e tal, que eles têm pra com ele obrigações. Há quem leve um rebanho de ambições gostosas a brincar ao carnaval.

Cavaco jura aos muitos papa-açordas que não é tempo, não de vacas gordas alegres, a arejar nas azinhagas.

Maneiras de dizer. Eu cá, pelo modos, acho que a coisa dá pra eles todos. Fique-se o povo com as vacas magras.

■ IGNOTUS SUM

Papista

Enquanto a generalidade dos jornais portugueses - e até os próprios noticiários da RTP - vão dando nota da unanimidade das críticas internacionais à UNITA pela responsabilidade da crise angolana e avolumam relatos sobre a fulgurante derrota militar do movimento de Jonas Savimbi nas cidades que ocupara brutal e ilegítimamente após a derrota eleitoral de Setembro passado, o "Público" insiste numa curiosa postura "informativa": para o matutino de Belmiro de Azevedo a UNITA "resiste", além disso "garante que o seu chefe Jonas Savimbi permanece no Huambo" (apesar de já haver declarações radiofónicas deste emitidas a partir do Zaire) e que "no Planalto Central a situação continua indefinida" (mesmo com relatos de todas as proveniências coincidindo na informação de que, no "Planalto Central", se há coisa definida é a fuga desordenada das forças da UNITA de todos os pontos que haviam ocupado violentamente). Mas o "Público" consegue uma bizarrria maior: por um lado informa que "as comunicações já só são possíveis para quatro das 18 províncias" e, por outro, "sabe" que "a aparente facilidade com que a ofensiva governamental dispersou a UNITA nas

principais cidades parece agora conhecer o esperado (?) contraponto", ou que "no Norte, nas províncias do Uíge e Kuanza Norte, os soldados do movimento de Savimbi prosseguem movimentações" (isto apesar de, segundo o próprio autor destas "notícias", as comunicações só serem possíveis com o enclave de Cabinda, a Norte, Lubango e Namibe, no Sul, e Luena, a Leste!). Há os mais papistas que o Papa. Pelos vistos o "Público", no que toca à defesa da UNITA, é mais papista que toda a gente.

Etiquetas

Num discurso sempre encheado de cultérrimas citações, o comentador Nuno Rogeiro pôs mais uma vez à prova a sua polivalência ao demonstrar, na última edição do "Diabo", duas fantásticas coisas: a primeira, que as "esquerdas" e "direitas" no sentido clássico é coisa em que ele "não acredita", segundo, que "depois da experiência vermelho-viva para lá do Muro (assim mesmo, em caixa alta), a esquerda não mais se deveria associar impunemente a um valor - o da liberdade", autocaucionando-se com a propositura de que "já é tempo de colar outras etiquetas às ideias". Que Rogeiro não se excite, pois não descobriu a pólvora: para Salazar também não havia

"esquerdas" nem "direitas", mas apenas Deus, Pátria e Família; esta rogeiral argumentação é, no mínimo, filha dessa. Daí não ser, propriamente, tempo de colar "outras etiquetas às ideias", embora já vá sendo tempo de colar outras etiquetas a tão "democrático" analista...

Olhal o Danúbio...

Uma catástrofe é uma catástrofe, e a que ameaça o rio Danúbio e todos os países europeus ribeirinhos é altamente preocupante: pode estar a ceder uma barragem no Montenegro (ex-Jugoslávia) que contém 3,4 milhões de metros cúbicos de matérias altamente tóxicas, apontadas ao caudal do lendário rio. As preocupações da Comunidade Europeia, sendo mais que justificadas, desta vez estão a produzir frutos imediatos: num abrir e fechar de olhos já se disponibilizaram verbas para pagar o conserto da barragem (dado o Montenegro não ter, obviamente, condições para o fazer) e conseguiu-se o levantamento do embargo contra a Sérvia e o Montenegro para permitir transportar os materiais necessários à reparação da barragem. Tudo isto está certo. Só é lamentável que a rica CEE não seja assim tão diligente a resolver outras poluições que ela própria semeia por esse mundo fora, mas que só ameaçam os outros povos...

frases da Semana

"A actuação do Presidente (da República) tem sido totalmente positiva. Tem sabido personalizar muito bem a figura de chefe de Estado como árbitro dos grandes consensos nacionais, com sentido nacional e comunitário."

☞ (Eurico de Melo - «Semanário», 9.01.93)

"Os políticos devem ter a humildade de reconhecer os erros e corrigi-los."

☞ (Marques Mendes, citado em «Diário de Notícias», 11.01.93)

"Basílio (Horta), no entanto, poderá ainda alimentar esperanças de um regresso à política, caso saiba gerir o silêncio e moderar certos excessos de agressividade."

☞ (José António Saraiva, «Política à Portuguesa» - «Expresso», 9.01.93)

"Eu gosto muito do eng. Cardoso e Cunha, que acho um homem inteligente e sério e a quem, aliás, devo favores."

☞ (Vasco Pulido Valente - «O Independente», 8.01.93)

"Eu sou amigo de Manuel Monteiro e ele não me fez convite algum, nem para a Europa nem para Portugal."

☞ (Paulo Portas - «O Independente», 8.01.93)

"Somos um partido da direita, democrática, popular e nacional."

☞ (Manuel Monteiro - «Jornal da Noite», 11.01.93)

"Mudanças ao centro..."

☞ (José Alberto de Carvalho, pivot do «Jornal da Noite», 11.01.93)

"Os Estados Unidos não aceitam ser cúmplices das acções da UNITA, pois são a favor da instauração da democracia em Angola."

☞ (Joseph Schreider, porta-voz da representação dos EUA em Luanda - «Público», 11.01.93)

"A UNITA demonstrou claramente que não está pronta a participar num processo político normal."

☞ (Ministério dos Negócios Estrangeiros da Rússia - «Público», 11.01.93)

"Não interessa, com efeito, discutir agora as responsabilidades que a UNITA tem certamente neste processo trágico, desde o início mal conduzido pelos pretensos mediadores."

☞ (Manuel Villaverde Cabral - «Diário de Notícias», 11.01.93)

"Se pensam que tudo termina aqui, estão enganados."

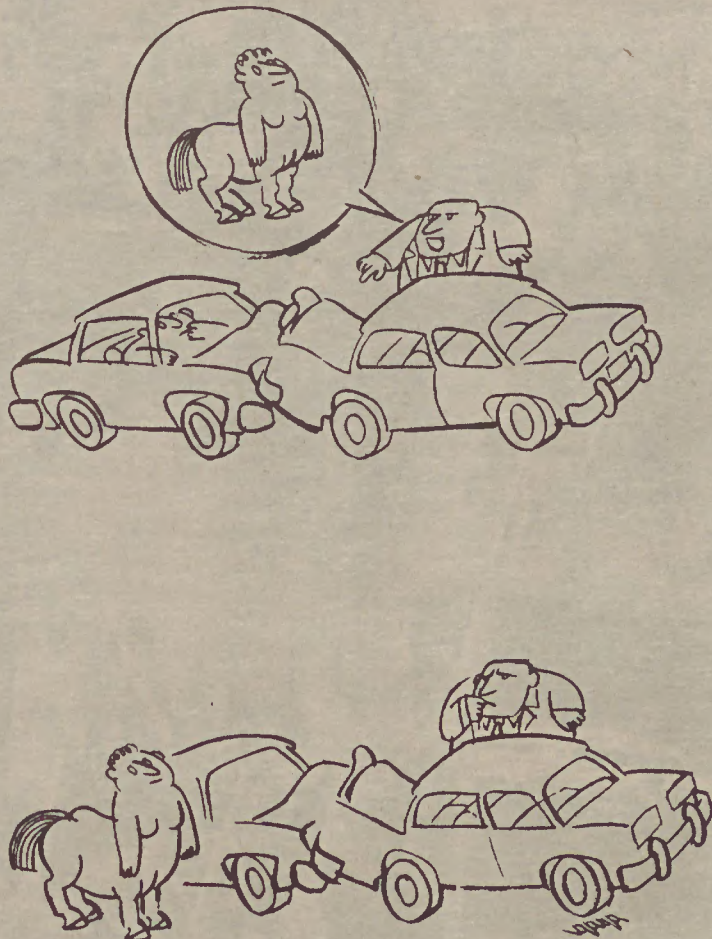
☞ (Jonas Savimbi, na Rádio Vorgan - «Diário de Notícias», 12.01.93)

"Nós não brincamos em serviço. Para os trabalhos que vão dar a cara à TVI, escolhemos os melhores do mundo."

☞ (um responsável pela programação da TVI - «Independente», 8.01.93)

"Na TVI, os empregados e empregadas são tudo gente "sexy" - gente bonita, e também de bom espírito."

☞ (Ribeiro e Castro, TVI - «O Diabo», 12.01.93)



CDU



O PCP e as eleições autárquicas.

As eleições autárquicas deste ano, que estão já a marcar o trabalho de todas as organizações do Partido, são motivo de duas das reuniões previstas para esta semana:

- em VILA NOVA DE GAIA, onde os eleitos da CDU se reúnem no sábado para perspectivar o trabalho nesse domínio. A reunião terá lugar no Centro de Trabalho de Gaia, a partir das 15 horas;

- em BARCARENA, onde com o mesmo objectivo se reúne no sábado, às 15 horas, no Centro de Trabalho de Tercena, o plenário da organização local do Partido.

Agenda

Plenário da DOR de Coimbra

A Direcção da Organização Regional de Coimbra reúne-se em plenário no próximo sábado, no Centro de Trabalho de Coimbra, para discutir questões relacionadas com o trabalho de direcção, a situação política e social e as tarefas da Organização no ano que começou, com especial relevo para as próximas eleições autárquicas.

Plenário em Sta. Iria da Azóia

O XIV Congresso e as suas Conclusões estarão em discussão no plenário de militantes da Póvoa que se realiza na próxima sexta-feira, às 21 horas, no Centro de Trabalho e no qual está prevista a participação do camarada Alexandre Teixeira.

As grandes questões da Freguesia dos Olivais

Debate público

Temas

Saúde - Acção Social

Terceira Idade - Juventude

Transportes - Segurança dos cidadãos

Recuperação e reabilitação de Olivais Velho

Equipamento Urbano e Ambiente

Movimento associativo e popular

Lisboa Capital Europeia da Cultura 1994

Expo, 98

Com a participação de eleitos do PCP na Assembleia e Junta de Freguesia, do vereador Vítor Costa, do presidente da Assembleia Municipal João Amaral

Sábado, às 16 horas nas instalações da S.F.U.C.O.

Convívio em Loures

Um almoço-convívio organizado pela Comissão de Freguesia de Loures do PCP juntará camaradas e amigos à volta de uma mesa onde se servirá "Stroganoff" e se conversará (é essa a proposta da Comissão de Freguesia) sobre Comunicação Social: no próximo dia 24 (domingo), no Centro de Trabalho, onde entretanto podem ser feitas as inscrições.

Tarde de Fados em Alcabideche

Outro convívio - este animado pelo fadista José Maria - está a ser preparado para a tarde do próximo domingo pela organização de Alcabideche no respectivo Centro de Trabalho (Rua Marquês de Angeja, 6).

INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Que reestruturação?

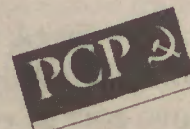
DEBATE

4ª Feira - 27 de Janeiro de 1993

18,30 horas

Salão do Centro de Trabalho Vitória

Av. da Liberdade, 170



● Comissão para as Questões da Ciência e da Tecnologia do PCP
● Organismo de Direcção da Função Pública da Organização Regional de Lisboa do PCP

RESOLUÇÃO POLÍTICA

XIV congresso

Democracia e Socialismo o Futuro de Portugal



Já em distribuição em todo o país

Brochura com 112 páginas . Preço de capa: 100\$00

Televisão



Escrava do Amor

Realização: Nikita Mikhalkov
Fotografia: Pavel Lebeshev

Intérpretes: Yelena Solovei, Rodion Nakhapetov

Dias de guerra civil na Rússia. Uma equipa de filmagens que estava rodando o melodrama «The Love Slave», protagonizado por Olga Voznesenskaya, foge em pânico da Moscovo «vermelha» para uma pequena aldeia do sul ocupada pela guarda «branca». O habitual «co-star» que é o ídolo do cinema mudo Makasakov, violou o seu contrato e permaneceu em Moscovo. Este facto surpreendeu de tal forma Olga, que pela primeira vez ela começou a reflectir sobre os acontecimentos correntes.

Na cidade onde eles filmavam, actuava um grupo «subterrâneo» de revolucionários que é comandado pelo operador Victor Pototsky. Arriscando a própria vida, ele filma secretamente todas as actividades arbitrárias de Fedotov, cabecilha da contra-espionagem da Guarda Branca.

Pototsky apaixonou-se por Olga e tenta revelar-lhe o significado dos recentes acontecimentos na Rússia. Demonstrando sensatez e honestidade, Olga começa a ajudar os revolucionários chegando a salvar a vida ao próprio Pototsky.

Entretanto, Fedotov arma uma armadilha ao operador de câmara, que é morto em frente da actriz. A partir deste momento, Olga não tem dúvidas acerca do caminho a seguir. Com a ajuda dos revolucionários, ela mata Fedotov.



SÉRIE FILMES SOVIÉTICOS

- 001 - O COURAÇADO POTEMKINE
- 002 - A MÃE
- 003 - ESCRAVA DO AMOR
- 004 - A BALADA DO SOLDADO
- 005 - AMOR EM TEMPO DE GUERRA
- 006 - A GREVE

Preço Unitário: 3500 escudos
Pacote de 3 filmes: 10 000 escudos

Cinema de qualidade em sua casa

DESCONTO ESPECIAL
15%

Via CTT À cobrança (Zona Grande Lisboa)

Faça os seus pedidos para:

crac serviços, CRL
VIDEO cracfilmes
Apartado 90
Queluz Ocidental
2746 QUELUZ CODEX

Quinta, 14



- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja de Ideias
- 11.00 A Segunda Viagem
- 11.30 Notas para Si
- 12.00 Culinária
- 12.15 Mico Preto
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 14.00 BD, a 9ª Arte
- 15.10 Cantinflas à la Minuta (ver «Filmes na TV»)
- 16.50 Rua Sésamo
- 17.20 Brinca Brincando
- 17.50 Rumo a Avonlea
- 18.40 Roda da Sorte
- 19.15 Cinzas
- 20.00 Telejornal
- 20.45 Pedra Sobre Pedra
- 21.55 Simpsons
- 22.20 Grande Noite
- 23.15 Sexualidades
- 00.10 O Fogo de Gabriel
- 01.00 24 Horas
- 01.50 Remate



- 09.00 Videotexto
- 10.30 Que Família!
- 10.55 Infantil
- 11.45 A Lenda do Ouro Negro
- 12.35 A Última Fronteira
- 13.00 Cheers, Aquele Bar
- 13.30 Vira o Vídeo
- 14.05 Agora, Escolha!
- 15.25 TV2 Informação
- 15.30 Euroritmias
- 16.20 Campeonatos Europeus de Patinagem Artística
- 17.15 Chá das 5
- 18.10 Carrusel
- 18.50 TV2 Informação
- 18.55 Acção em Miami
- 19.50 Dramazine
- 20.30 Murphy Brown
- 21.00 Jornal das Nove
- 21.45 Barriga de Aluguer
- 22.40 Gunga Din (ver «Filmes na TV»)
- 00.15 Teatro: «As Três Irmãs», de Tchekov (III e IV Partes)



- 16.30 Sic Notícias
- 16.35 Batman
- 17.00 MTV
- 17.30 Responder à Letra
- 18.00 Sic Notícias
- 18.10 Praça Pública
- 18.30 Plumas e Lantejoulas
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.05 De Corpo e Alma
- 21.10 Placard Electrónico
- 21.40 Reporter da Meia-Noite
- 22.35 Conta Corrente
- 23.35 Cuidado com as Aparências
- 00.05 Último Jornal

Sexta, 15



- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja de Ideias
- 11.00 Crónicas de Narnian
- 11.30 Agora é que São Elas
- 12.00 Culinária
- 12.15 Mico Preto
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 14.00 Faces da Cultura
- 14.30 Ponto por Ponto
- 15.10 A Infel (ver «Filmes na TV»)
- 16.40 Rua Sésamo
- 17.10 Brinca Brincando
- 17.40 Caderno Diário
- 17.45 Crime, Disse Ela
- 18.40 Roda da Sorte
- 19.15 Cinzas
- 20.00 Telejornal
- 20.35 Pedra Sobre Pedra
- 21.50 Marina, Marina
- 22.20 Mad Max II - O Guerreiro da Estrada (ver «Filmes na TV»)
- 23.55 24 Horas
- 00.40 Remate
- 00.55 Em Confronto com a Lei (ver «Filmes na TV»)



- 09.00 Videotexto
- 10.30 Que Família!
- 11.00 Infantil
- 11.45 Francofolia
- 12.35 A Última Fronteira
- 13.00 Cheers, Aquele Bar
- 13.30 Vira o Vídeo
- 14.05 Agora Escolha!
- 15.30 Euroritmias
- 16.30 Campeonatos Europeus de Patinagem Artística
- 17.15 Chá das 5
- 18.15 Carrusel
- 19.00 Rotações
- 20.00 Shrinks
- 21.00 Jornal das Nove
- 21.45 Barriga de Aluguer

- 22.35 Interiores
- 23.35 Dois Bilhetes para a Glória (ver «Filmes na TV»)
- 01.20 Outras Músicas



- 16.30 Sic Notícias
- 16.35 Elvis
- 17.00 MTV
- 17.35 Responder à Letra
- 18.00 Sic Notícias
- 18.10 Praça Pública
- 18.30 Plumas e Lantejoulas
- 19.30 Sic Notícias
- 20.05 De Corpo e Alma
- 21.10 Futebol - Queen's P.Rangers/M. United
- 23.00 Último Jornal
- 23.10 A Rapariga do Tambor (ver «Filmes na TV»)

Sábado, 16



- 08.20 Canal Jovem
- 12.15 Luta Livre Americana
- 13.05 Parlamento
- 13.40 Mercado Único
- 14.15 Clube Disney
- 15.45 Paixões sem Freio (ver «Filmes na TV»)
- 17.50 Feira de Música
- 18.15 Arca de Noé
- 18.55 Você Decide
- 19.45 Totoloto
- 20.00 Jornal de Sábado
- 20.45 Felicidade
- 22.20 Parabéns
- 23.30 O Rasto do Assassino (ver «Filmes na TV»)
- 01.00 Lista Negra (ver «Filmes na TV»)



- 08.00 Caminhos
- 08.30 Novos Horizontes
- 09.00 Universidade Aberta
- 11.45 Redenção (ver «Filmes na TV»)
- 13.30 Cinzas (Compacto)
- 16.00 TV2 Desporto
- 19.30 Miami Vice
- 20.20 O Desafio Americano (ver «Filmes na TV»)
- 22.00 Jornal Nacional
- 22.30 Força de Elite
- 23.20 Salomé
- 01.00 Acerto de Contas



- 14.00 Sic Notícias
- 14.05 Aventuras dos T-Rex
- 14.35 Portugal Radical
- 15.00 Firefox (ver «Filmes na TV»)
- 17.10 MTV
- 18.00 Sic Notícias
- 18.10 Praça Pública
- 18.30 Plumas e Lantejoulas
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.05 De Corpo e Alma
- 21.10 Benny Hill
- 21.45 Desporto Espectacular
- 22.15 Água na Boca
- 23.05 Telefilme: «Madame Sin»
- 00.45 Último Jornal

Domingo, 17



- 08.00 À Mão de Semear
- 08.25 Canal Jovem
- 11.30 Missa
- 12.30 70 x 7
- 13.00 Notícias
- 13.05 Os Melhores Anos
- 13.30 Top +
- 14.30 Olha que Dois
- 15.40 Beverly Hills 90210
- 16.20 Duelo no Atlântico (ver «Filmes na TV»)
- 17.55 Sons do Sol
- 19.00 Preço Certo
- 20.00 Jornal de Domingo
- 21.10 Felicidade
- 22.50 Casa Cheia
- 23.35 Grande Área
- 00.50 Conversa Aflada



- 08.00 Desenhos Animados
- 08.10 Os Persuasores
- 09.00 Tudo Menos Isso
- 09.30 Regiões
- 10.30 Forum Musical
- 11.30 Gente da Frente
- 12.35 O Espelho Enterrado
- 13.35 Realce
- 14.00 Os Novos Invasores
- 15.00 TV2 Desporto
- 20.30 Palavra Puxa Palavra
- 21.00 No Cumprimento do Dever
- 22.00 Jornal Nacional
- 22.30 Dormindo com o Assassino (ver «Filmes na TV»)
- 24.00 O Grande Jogo



- 14.00 Sic Notícias
- 14.05 O Livro da Selva
- 14.35 Um Planeta, uma Família
- 15.05 A Sorte de Ser Mulher (ver «Filmes na TV»)
- 16.40 MTV
- 17.30 Terminal Max
- 18.30 Encontros Imediatos
- 19.00 Benny Hill
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.05 Cosby Show
- 20.40 O Ovo da Serpente (ver «Filmes na TV»)
- 22.55 Segredos
- 23.55 Último Jornal
- 00.10 John Lennon-One to One

Segunda, 18



- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja de Ideias
- 11.00 Mike e Ângelo
- 11.30 Agora é que São Elas!
- 12.00 Culinária
- 12.20 Mico Preto
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 14.00 Vida Selvagem
- 14.30 Ponto por Ponto
- 15.10 O Fruto Proibido (ver «Filmes na TV»)
- 17.00 Rua Sésamo
- 17.20 Brinca Brincando
- 17.45 Rumo a Avonlea
- 18.45 A Roda da Sorte
- 19.20 Cinzas
- 20.00 Telejornal
- 20.40 Pedra sobre Pedra
- 21.40 Apanhados
- 22.20 Entre Famílias
- 23.25 Outras Guerras
- 00.15 24 Horas
- 01.05 Remate
- 01.20 Que Grande Confusão (ver «Filmes na TV»)



- 09.00 Videotexto
- 11.30 Que Família!
- 10.55 Infantil
- 12.15 Eternos Novatos
- 12.40 A Última Fronteira
- 13.00 Cheers - Aquele Bar
- 13.30 Vira o Vídeo
- 14.05 Agora, Escolha!
- 15.30 Euroritmias
- 16.30 O Nascimento da Europa
- 17.15 Chá das Cinco
- 18.15 Carrusel
- 19.05 Acção em Miami
- 19.55 Cinemazine
- 20.30 Murphy Brown
- 21.00 Jornal das Nove
- 21.45 Barriga de Aluguer
- 22.40 Frente a Frente
- 23.40 Story Teller (ver «Filmes na TV»)
- 00.50 Últimas Notas - Cher



- 16.30 Sic Notícias
- 16.35 Tracey Hullman Show
- 17.00 MTV
- 17.30 Responder à Letra
- 18.00 Sic Notícias
- 18.10 Praça Pública
- 18.30 Gente Fina (telenovela, 1ª episódio)
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.05 De Corpo e Alma
- 21.00 Placard Electrónico
- 21.35 O Regresso da Pantera Cor-de-Rosa (ver «Filmes na TV»)
- 23.25 Magazine Internacional
- 23.55 Último Jornal
- 00.05 Deixem Correr o Sangue

Torça, 19



- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja de Ideias
- 11.00 Os Irmãos Coração de Leão
- 11.30 Notas para Si
- 12.00 Culinária
- 12.15 Mico Preto
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Gerações
- 13.55 O Mundo da Ciência
- 14.25 Ponto por Ponto
- 15.20 Uma Donzela em Perigo (ver «Filmes na TV»)
- 16.40 Rua Sésamo
- 17.05 Brinca Brincando
- 17.45 Crime, Disse Ela
- 18.45 A Roda da Sorte
- 19.15 Cinzas
- 20.00 Telejornal
- 20.35 Pedra sobre Pedra
- 21.50 Isto Só Vídeo
- 22.20 Indiana Jones - Crónicas da Juventude

- 23.50 De Caras
- 00.50 24 Horas
- 01.40 Remate



- 09.00 Videotexto
- 10.30 Que Família!
- 11.00 Infantil
- 11.40 A Lenda do Ouro Negro
- 12.30 A Última Fronteira
- 13.00 Cheers - Aquele Bar
- 13.30 Vira o Vídeo
- 14.00 Agora, Escolha!
- 15.35 Euroritmias
- 16.25 Extra Dimensões
- 17.15 Chá das 5
- 18.10 Carrusel
- 18.55 Acção em Miami
- 20.00 Aventura do Conhecimento
- 20.30 Murphy Brown
- 21.00 Jornal das Nove
- 21.45 Barriga de Aluguer
- 22.40 O Factor Humano (ver «Filmes na TV»)
- 00.35 Homenagem a Bob Dylan
- 01.35 Últimas Notas - «The Three Ladies»



- 16.30 Sic Notícias
- 16.35 As Mais Belas Máquinas
- 17.00 MTV
- 17.30 Responder à Letra
- 18.00 Sic Notícias
- 18.10 Praça Pública
- 18.30 Gente Fina
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.05 De Corpo e Alma
- 21.10 Placard Electrónico
- 21.35 Justiça Negra
- 22.25 Jogo da Verdade
- 23.20 Jogar em Casa
- 23.55 Último Jornal

Quarta, 20



- 07.30 Bom Dia
- 10.00 Rua Sésamo
- 10.30 Loja de Ideias
- 11.00 Kelly
- 11.30 Isto é Magia
- 12.00 Culinária
- 12.20 Mico Preto
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.30 Gerações
- 13.55 Paragem no Tempo
- 14.25 Ponto por Ponto
- 15.10 Tempestade na Planície (ver «Filmes na TV»)
- 17.00 Rua Sésamo
- 17.30 Brinca Brincando
- 18.00 Crime, Disse Ela
- 18.40 Roda da Sorte
- 19.20 Cinzas
- 20.00 Telejornal
- 20.35 Pedra sobre Pedra
- 21.50 Vamos Jogar no Totobola
- 22.05 Jovens Pistoleiros (ver «Filmes na TV»)
- 23.45 24 Horas
- 00.25 Remate



- 09.00 Videotexto
- 10.30 Que Família
- 10.55 Infantil
- 11.45 Sarilhos com Elas
- 12.30 A Última Fronteira
- 13.00 Cheers - Aquele Bar
- 13.30 Vira o Vídeo
- 14.00 Agora, Escolha!
- 15.30 Euroritmias
- 16.20 Ao Sol
- 17.15 Chá das Cinco
- 18.10 Carrusel
- 19.00 Miami Vice
- 20.00 Magazine de Arquitectura
- 20.30 Murphy Brown
- 21.00 Jornal das Nove
- 21.50 Barriga de Aluguer
- 22.45 Carlos Cruz - Quarta-Feira
- 00.15 Artes e Letras
- 01.10 Céu Aberto (ver «Filmes na TV»)



- 16.30 Sic Notícias
- 16.35 Aventura
- 17.00 MTV
- 17.30 Responder à Letra
- 18.00 Sic Notícias
- 18.10 Praça Pública
- 18.30 Gente Fina
- 19.30 Jornal da Noite
- 20.05 De Corpo e Alma
- 21.10 Placard Electrónico
- 21.30 Batalhas Conjugais
- 22.20 O Príncipe de Bel Air
- 22.45 Crimes
- 23.15 O Passageiro Imprevisto
- 23.45 Último Jornal

Filmes na TV

Cantinflas à La Minuta

«El Señor Fotografo», (Méx./1954). Realização de Miguel Delgado. Interpretação de Cantinflas, Rosita Arenas, Angel Garasa, Rebeca Iturbide, Wolf Ruvinskis, Fernando Wagner, Eduardo Alcaraz, Jose Pidal. P/B, 96 minutos.

Mario Moreno foi um excelente cómico mexicano que criou a personagem de Cantinflas, figura de maltrapilho, desajeitado mas imaginativo, que se tornou tremendamente popular entre nós nos anos 50. O problema era que as dezenas de filmes em que foi figura principal raramente prestaram justiça, pela notória falta de qualidade, aos seus dotes de comediante, pelo que se poderá dizer que quase nunca o pudemos apreciar num enquadramento que não subvertesse as suas hilariantes capacidades. Neste filme, Mario Moreno está na pele de Cantinflas-fotógrafo-de rua, que se intromete nas aventuras de uma quadrilha de gangsters.

Quinta, 15.10, Canal 1

torto e a direito; os britânicos são umas autênticas «pombas» e têm muita piada e agilidade; e Gunga Din tem direito a um belo e honroso enterro. Tirando estes pequenos pormenores... tudo visto e ponderado, estamos naturalmente em presença de um brilhante clássico do filme de aventuras, excelentemente posto em cinema por George Stevens, com um irresistível elenco e grandes momentos de entretenimento.

Quinta, 22.40, TV 2

A Infiel

«Where Danger Lives», (EUA/1950). Realização de John Farrow. Interpretação de Robert Mitchum, Faith Domergue, Claude Rains, Maureen O' Sullivan. P/B, 81 minutos.

Na esteira da tradição dos grandes filmes negros dos anos 50, esta história de um médico que se apaixona por uma doente psicopata e criminosa que o arrasta para a loucura, não se afastando de um certo convencionalismo próprio do género, tem motivos de forte interesse que aconselham a visão.

Sexta, 15.10, Canal 1

um uso muito mais apurado dos efeitos técnicos especiais, particularmente nas cenas das perseguições e choques de carros jamais filmadas como aqui. Desta vez, Mad Max dá protecção a uma comunidade de pequenos e médios produtores de petróleo, defendendo-os da cobiça de uns terríveis sanguinários. Violência e acção a rodos, para pouquíssimo e desinteressante «cinema».

Sexta, 22.20, Canal 1

Dois Bilhetes Para a Glória

«Two Tickets To Broadway», (EUA/1951). Realização de James V. Kern. Interpretação de Tony Martin, Janet Leigh, Gloria deHaven, Eddie Bracken, Ann Miller. Cor, 102 minutos.

Uma comédia musical, como de costume com enredo supérfluo e fraquinho, mas que desta vez nem sequer consegue ultrapassar a mediania, já que não existem por ali Astaires, Kellys ou quejandos que a safem. Fiquemo-nos, ainda assim, pela agradável banda sonora preenchida com excelentes canções de Styne & Robin e Rodgers & Hart.

Sexta, 23.35, TV 2

Em Confronto com a Lei

«Terror on Highway 91», (EUA/1989). Realização de Jerry Jameson. Interpretação de Ricky Schroder, George Dzundza, Matt Clark, Lara Flynn Boyle, Brad Dourif. Cor, 91 minutos.

Telefilme americano baseado numa história verídica de corrupção policial em uma pequena localidade do Sul dos EUA. Desconhecido.

Sexta, 00.55, Canal 1

Redenção

«His Kind Of Woman», (EUA/1951). Realização de John Farrow. Interpretação de Robert Mitchum, Jane Russell, Vincent Price, Tim Holt, Charles McGraw, Marjorie Reynolds, Raymond Burr. P/B, 89 minutos.

«Filme negro», em geito de comédia, com uma história sobre uma troca de personalidades entre um gangster refugiado algre no México e um jogador profissional. Ficou transformado em filme de culto pelo êxito alcançado junto dos amantes do género, mas diz-se que é algo desigual e demasiado longo. A conferir.

Sábado, 11.45, TV 2

Firefox

(título português, não fornecido), (EUA/1972). Realização de Clint Eastwood. Interpretação de Clint Eastwood, Freddie Jones, David Huffman, Warren Clarke, Ronald Lacey, Stefan Schnabel. Cor, 124 minutos.

Considerado um dos maiores fracassos artísticos de Clint Eastwood, o filme alterna constantemente entre o tom de «espionagem» e o da «ficção científica» e tem de tudo um pouco: um traumatizado ex-combatente do Vietname, enviado para a URSS para se apoderar de um avião invisível ao radar e que dispara por impulsos da psique, é auxiliado na empresa por um sábio dissidente judeu, pois claro!

Sábado, 14.50, SIC

Paixões Sem Freio

«The Cobweb», (EUA/1955). Realização de Vincent Minnelli. Interpretação de Richard Widmark, Lauren Bacall, Charles Boyer, Gloria Grahame, Lilian Gish, John Kerr, Susan Strasberg, Oscar Levant. Cor, 120 minutos.

Com semelhante parêntese de actores e o grande pulso de director de Vincent Minnelli, *Paixões Sem Freio* é, sem dúvida, um dos filmes mais interessantes da semana. A acção passa-se no interior de uma clínica psiquiátrica em que se desenvolvem intensos choques de personalidade entre doentes e pessoal médico tudo começando na aparentemente inofensiva mudança de umas cortinas! Mas Minnelli consegue dar-nos, em puro cinema, a face interior da loucura. A não perder, mesmo que, por azar, o Canal 1 faça reduzir o *cinemascope* do filme para o «formato» *pan & scan*, o que seria uma loucura bem pior!

Sábado, 15.45, Canal 1

O Desafio Americano

«Grandview, U.S.A.», (EUA/1984). Realização de Randal Keiser. Interpretação de Jamie Lee Curtis, O. Thomas Howell, Patrick Swayze, Troy Donahue, Jennifer Jason Leigh, William Windom. Cor, 96 minutos.

O quotidiano de uma pequena localidade da província rural americana como pano de fundo para um filme com um cruzamento de histórias mais ou menos triviais. Um filme para encher o tempo, como se ele não viesse a ficar, afinal, ainda mais vazios...

Sábado, 20.20, TV 2

Madame Pecado

«Madame Sin», (EUA/1971). Realização de David Greene. Interpretação de Robert Wagner, Bette Davis, Roy Kinnear, Paul Maxwell, Denholm Elliott, Gordon Jackson. Cor, 73 minutos.

A primeira novidade deste telefilme, já com duas dezenas de anos em cima, passa naturalmente pela presença de Bette Davis e de Robert Wagner, a primeira no papel de uma mulher diabólica senhora de um empório das finanças e o segundo na pele de um agente da CIA que lhe fornece o saber de experiência feito, tudo girando à volta da posse de um submarino Polaris. A segunda novidade é que, para o género, o telefilme parece estar bem acima da média, valendo porventura uma espreitadela.

Sábado, 23.05, SIC

O Rasto do Assassino

«Murder C.O.D.», (EUA/1990). Realização de Alan Metzger. Interpretação de Patrick Duffy, William Devane, Chelsea Field, Alex Hyde-White, Charles Robinson, Janet Margolin, Mariette Hartley. Cor, 91 minutos.

Segundo o desenvolvimento do Boletim de Informação da RTP, *O Rasto do Assassino* «é um original trabalho dos domínios do thriller policial, sobre o choque entre um polícia e um assassino que despacha vítimas à consignação». A partir daqui, está bem de ver, só vê quem quiser...

Sábado, 23.20, Canal 1

Lista Negra

«Liste Noire», (Fr./1984). Realização de Alain Bonnot. Interpretação de Annie Girardot, François Marthout, Bernard Brieux, Sandrine Dumas, Michel Aumont. Cor, 86 minutos.

Já não bastavam as séries dos bravos «justiçeiros», que povoam o quotidiano das nossas televisões. Agora, também tal desígnio é abraçado por uma mulher, mãe de uma jovem delinquente, que se lança na violenta perseguição e liquidação, pelas suas próprias mãos, de um bando de *gangsters* que lhe mataram a filha. A diferença é que tudo se passa, neste caso, em francês - o que, salvo raríssimas e honrosas excepções (o que parece não ser o caso),



— Alguns dos principais intérpretes de «Paixões Sem Freio», de Vincent Minnelli.

torna tudo por vezes muito mais intragável.

Sábado, 01.00, Canal 1

A Sorte de Ser Mulher

«La Fortuna di Essere Dona», (It./1958). Realização de Alessandro Basetti. Interpretação de Sophia Loren, Marcello Mastroianni. Cor, 100 minutos.

Domingo, 14.55, SIC

Duelo no Atlântico

«The Enemy Below», (EUA/1957). Realização de Dick Powell. Interpretação de Robert Mitchum, Curd Jurgens, Al Hedison, Theodore Bikel, Russell Collins, Kurt Kreuger. Cor, 98 minutos.

Já anteriormente transmitido pela RTP, este filme agora reposto, com acção localizada durante a II Grande Guerra, destaca-se pela originalidade com que são dados a ver não apenas a espectacularidade das cenas de perseguição e, por fim, o combate mutuamente destruidor entre um submarino nazi e um *destroyer* norte-americano nas profundezas do Atlântico, como sobretudo o embate psicológico entre os comandantes de ambos os vasos de guerra, excelentemente desempenhados por Curd Jurgens e Robert Mitchum. Um bom passatempo para uma tarde de Domingo.

Domingo, 16.20, Canal 1

O Ovo da Serpente

«Das Schlangenei», (RFA/EUA/1978). Realização de Ingmar Bergman. Interpretação de Liv Ullmann, David Carradine, Gert Frobe, Heinz Bennent, Glynn Turman, James Whitmore. Cor, 120 minutos.

Com acção centrada em plena República de Weimar, trata-se de uma admirável reconstituição da Berlim do início dos anos 20 (para a qual contribui decisivamente a fabulosa fotografia de Sven Nykvist) e de uma subtil evocação da gênese do nazismo que, poucos anos depois, iria submergir a Alemanha e provocar o holocausto, a opressão, o terror e a guerra. Considerada, por uns, uma homenagem do grande realizador sueco ao expressionismo alemão e a Fritz Lang (vendo, a crítica, uma alusão ao Dr. Mabuse na personagem do criminoso cientista Vergerus), outras opiniões entendem esta obra como uma experiência cinematográfica algo desagradável, ainda por cima com um David Carradine inteiramente deslocado no desempenho da sua personagem.

Domingo, 20.40, SIC

Dormindo com o Assassino

«Smooth Talker», (EUA/1990). Realização de Tom E. Milo. Interpretação de Joe Guzaldo, Peter Crombie, Stuart Whitman. Cor, 86 minutos.

História policial de grande tensão em torno da investigação de uma série de assassinios ligados a uma rede de linhas telefónicas eróticas. Desconhecido.

Domingo, 22.30, TV 2

Fruto Proibido

«Le Fruit Défendu», (Fr./1952). Realização de Henri Verneuil. Interpretação de Fernandel, Françoise Arnoul, Claude Nollier, Sylvie, Raymond Pellegrin. P/B, 99 minutos.

Dirigido por Henri Verneuil, um realizador francês de estofos, este filme é relativamente insólito na carreira de Fernandel, já que não se trata de uma daquelas comédias que o popularizaram mas de uma adaptação de um romance de Simenon que conta a história de um pacato viúvo, casado em segundas núpcias, que encontra numa jovem secretária que contrata o «fruto proibido» que lhe anima a desilusão de uma vida rotineira.

Segunda, 15.10, Canal 1

O Regresso da Pantera Cor-de-Rosa

«The Return Of The Pink Panther», (Gr.Br./1975). Realização de Blake Edwards. Interpretação de Peter Sellers, Christopher Plummer, Catherine Schell, Herbert Lom, Burt Kwouk, Peter Arne, Gregoire Aslan, Andre Maranne, Victor Spinetti. Cor, 113 minutos.

Eis mais um dos filmes da série da *Pantera Cor-de-Rosa*, de Blake Edwards (com transmissão não cronológica pela SIC), este de novo com Peter Sellers a regressar à irresistível figura do desajeitado Inspector Clouseau e uma série de *gags* que ficaram a celebrar o actor. Aqui, em novo episódio à volta do roubo do famoso diamante, Christopher Plummer substitui David Niven no papel do *charmoso* ladrão e, com Sellers e a pantera, todos se envolvem nas tropelias de um magnífico género. Mas, pelo meio, ficava *A Shot In The Dark* e, depois, surgiria *The Pink Panther Strikes Again*, bem melhores do que este.

Segunda, 21.45, SIC

«Storyteller»

(título português não fornecido na programação mensal), Alemanha, 1989. Realização de Rainer Boldt.

Segunda, 23.30, TV 2



— O cartaz original de «Gunga Din»

Gunga Din

«Gunga Din», (EUA/1939). Realização de George Stevens. Interpretação de Cary Grant, Victor McLaglen, Douglas Fairbanks, Jr., Sam Jaffe, Eduardo Ciannelli, Joan Fontaine. P/B, 92 minutos.

Gunga Din pode englobar-se no âmbito de uma série de filmes espectaculares que, nos anos 30/40, retrataram os feitos (e as desfeitas) do império colonial britânico. Enredo de características épicas, com argumento livremente adaptado por Ben Hecht e Charles Mac Arthur de um poema de Rudyard Kipling, tem a apimentação do chamado «exotismo dos locais e das gentes» e as inúmeras cenas de acção, combate e humor que, naturalmente, lhes são magnificamente emprestadas por um respeitável trio de actores (Grant, McLaglen e Fairbanks, Jr.) adequados ao empreendimento e, ao mesmo tempo, dão um contraponto à «mensagem» que o filme faz passar: a da acção «valorosa» de um aguadeiro nativo - Gunga Din - que, pelo meio das árduas lutas dos seus compatriotas contra a opressão colonial por terras das Índias, acaba por desempenhar um papel central ao denunciar às tropas britânicas, antes do sacrifício da sua morte, a origem, o local e os cabecilhas de uma dessas muitas revoltas. Moral da história: sendo as coisas apresentadas como se vê no filme, tudo leva a crer que os indianos são brutais, desumanos e torturam e matam a

A Rapariga do Tambor

«The Little Drummer Girl», (EUA/1984). Realização de George Roy Hill. Interpretação de Diane Keaton, Yorgo Voyagis, Klaus Kinski, Sami Frey, Michael Cristofer, Thorley Walters, Anna Massey.

Adaptado de um livro homónimo de John Le Carré, *A Rapariga do Tambor* é a história de uma actriz americana (um papel desempenhado por Diane Keaton) adepta da causa palestina e que, tendo uma ligação amorosa com o irmão de um líder de um grupo terrorista, é aproveitada pelos serviços secretos israelitas para serem conduzidos a ele com a intenção de o liquidar, acabando a rapariga por hesitar entre manter-se fiel a um ou outro dos campos...

Sexta, 23.10, SIC

Mad Max II: O Guerreiro da Estrada

«Mad Max 2: The Road Warrior», (Austrália/1981). Realização de George Miller. Interpretação de Mel Gibson, Bruce Spence, Vernon Wells, Emil Minty, Mike Preston, Kjell Nilsson. Cor, 93 minutos.

Sequela do filme original há pouco tempo transmitido pela RTP, distingue-se do primeiro por

Cinema

Que Grande Confusão!

«Cool Blue», (EUA/1989). Realização de Mark Mullin. Interpretação de Woody Harrelson. Cor.

Comédia centrada na vida atribulada de um pintor, em Los Angeles, que tendo um dia conquistado uma bela mulher que, tão depressa como surgiu, desapareceu de repente da sua vida, consegue atingir a notoriedade no mundo da arte a partir do momento em que inspira os seus quadros na figura dessa mulher que tão fugazmente o tocou.

Segunda, 01.20, Canal 1

Uma Donzela em Perigo

«A Damsel in Distress», (EUA/1937). Realização de



— Liv Ullmann, no papel de uma artista de cabaret, em «O Ovo da Serpente», de Bergman.

George Stevens. Interpretação de Fred Astaire, George Burns, Gracie Allen, Joan Fontaine, Constance Collier, Reginald Gardiner, Montagu Love. P/B, 101 minutos.

Um novo musical com Fred Astaire. Desta vez, o nosso homem, personificando um famoso comediante da Broadway em tournée por Londres, encontra fortuitamente uma rica herdeira (Joan Fontaine) e este incidente é suficiente para a montagem de um filme com magníficos bailados e inescrutáveis canções de George & Ira Gershwin, como o celeberrimo «A Foggy Day», e, ainda, «Nice Work If You Can Get It» ou a sequência «Fun House» que garantiu um oscar ao coreógrafo Hermes Pan.

Terça, 15.20, Canal 1

O Factor Humano

«The Human Factor», (EUA/1979). Realização de Otto Preminger. Interpretação de Nicol Williamson, Iman, Dereck Jacobi, Richard Attenborough, Robert Morley, Ann Todd, John Gielgud. Cor, 115 minutos.

Nada nos espantaria se não fosse este o filme previsto para a sessão desta noite mas sim o filme com o mesmo título original, embora realizado por Edward Dmytryk. Entretanto, talvez fosse preferível a troca, já que este é um filme menor de Preminger: para não ser capturado, um funcionário dos serviços secretos britânicos é forçado a fugir para a URSS após ter sido descoberto que alguém, funcionando como agente duplo, passava informações confidenciais aos soviéticos. A singularidade do argumento, baseado em um romance de Graham Greene, reside no facto de esse funcionário não ser propriamente um agente encarregado de alta espionagem, apenas passando algumas informações ao campo contrário por lealdade para com um antigo companheiro de armas.

Terça, 22.40, TV 2

	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A A Bela e o Monstro	★★	★★★	★★★
B Homens Simples	★★	—	—
C O Jogador	★★★	★★★★	★★★★
D Os Livros de Próspero	★★★★	★★★★	★★★★
E Uma Questão de Honra	★★	—	★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Gary Trousdale e Kirk Wise, prod. Disney — Amoreiras/8 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Cine 222 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), King Triplex/2 (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30), Quarteto/4 (14.45, 16.30, 18.15, 20.00, 21.45, 24.00) — Lisboa.
- B — Real. Hal Arley — King Triplex/3 (14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00) — Lisboa.
- C — Real. Robert Altman — Amoreiras/7 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — Lisboa.
- D — Real. Peter Greenaway — King Triplex/3 (14.15, 16.30, 19.00, 21.45) — Lisboa.
- E — Real. Rob Reiner — Amoreiras/9 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Quarteto/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Fonte Nova/1 (14.45, 17.00, 19.15, 21.45), Mundial/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45), Terminal/1 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45) — Lisboa.

Baer, Steven Geray, Hank Worden, Jim Davis. P/B, 122 minutos.

Chega por último aos nossos pequenos ecrãs mas é, seguramente, o grande filme da semana, embora relegado de forma ignóbil para a uma e dez da manhã! É a história da amizade e das rivalidades entre dois aventureiros (tema tão caro a mestre Howard Hawks) que, após terem sido expulsos por indecente e má figura de uma cidade, se vêem contratados para participar numa expedição Mississippi-acima organizada por comerciantes franceses que pretendem negociar com uma tribo índia, que vão encontrar no território de chegada (também ele, um lugar de partida), uma enorme quantidade de peles. Pelo meio, há paisagens maravilhosas filmadas quase em jeito de documentário,

há o choque de culturas apresentado com sensível humor, há a aventura da expedição e da descoberta (da natureza envolvente e da natureza humana) e, ainda, os olhos claros de uma bela índia que é rapta para forçar o negócio. Imagine-se agora, por um momento, que era esta a oportunidade para que se iniciassem nas televisões portuguesas as anunciadas projecções das famigeradas versões coloridas, por computador, de clássicos do cinema. É que *Céu Aberto* já foi submetido a semelhante trato de polé! A gravar, para não perder.

Quarta, 01.10, TV 2

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

Teatro

AUDITÓRIO DE BENFICA

Lisboa, Av. Gomes Pereira, 17. Tel. 7154565. De 3ª a sáb. às 22.00, dom. às 16.30. VAMOS SONHAR, de Sacha Guitry, encenação de Fernanda Lapa.

CASA DA COMÉDIA

Lisboa, Rua S. Francisco Borja (às Janelas Verdes). De 3ª a sáb. às 22.00, dom. às 17.00: TAROT, OU A VIAGEM DO LOUCO, texto e encenação de Filipe Crawford.

CLUBE ESTEFÂNIA

Lisboa, Rua Alexandre Braga, 26. Tel. 542249. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. OS GRILLOS, encenação de Paulo Lages.

COMUNA

Lisboa, Praça de Espanha. Tels. 7271818 e 2752175. Café-Teatro - De 3ª a sáb. às 22.00, dom. às 17.00: NA MINHA RUA NINGUÉM PASSA, texto e encenação de José Carretas.

RITZ CLUB

Lisboa, Rua da Glória, 57. Tel. 3425140. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00: A CANTORA CARECA, de Eugene Ionesco, enc. de Helder Costa, pela companhia A Barraca.

TEATRO ABERTO

Lisboa, Praça de Espanha. Tel. 7970969. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. A ÓPERA DE 3 VINTENS, de Bertolt Brecht e Kurt Weill, versão de João Lourenço e Vera San Payo de Lemos, coreografia de Olga Roriz, pelo Novo Grupo e convidados.

TEATRO DA GRAÇA

Lisboa, Trav. de S. Vicente, 11. Tel. 875626. De 2ª a sáb (excepto à 4ª) às 21.30, dom. às 17.00. VASSA GELEZNOVA, de Maximo Gorki, encenação de Elisa Lisboa.

TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA

Almada, Rua Conde Ferreira. Tel. 2752175. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. D. QUIXOTE, de António José da Silva, enc. de Joaquim Benite, pela Companhia de Teatro de Almada.

TEATRO MUNICIPAL MIRITA CASIMIRO

Estoril, Av. Fausto de Figueiredo. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. HAROLD E MAUDE, de Collin Higgins, encenação de Carlos Avilez.

TEATRO MUNICIPAL SÁ DE MIRANDA

Viana do Castelo. FREI LUÍS DE SOUSA, de Almeida Garrett, encenação de José Martins, pelo Teatro do Noroeste.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Lisboa, Rossio. Sala Garrett: de 3ª a sáb. às 21.00, dom. às 16.00. DUETO A SOLO, de Tom Kempinski, enc. Jacinto Ramos.

TEATRO NACIONAL S. JOÃO

Porto, Praça da Batalha. PASSA POR MIM NO ROS-SIO, texto e encenação de Filipe La Fera.

TEATRO DA TRINDADE

Lisboa, Largo da Trindade, 7-A. De 3ª a dom. às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. O PAI TIRANO, pelo Teatro de Animação de Setúbal - Na Sala-Estúdio, de 3ª a sáb. às 18.30: NOITES, de Carlos Manuel Rodrigues.

TIL - TEATRO INFANTIL DE LISBOA

Lisboa, Rua Leão de Oliveira, 1. Sáb. e dom. às 16.00. O SOLDADINHO DE CHUMBO, adaptação do texto de Hans Christian Andersen, encenação de Fernando Gomes.

PALAVRAS CRUZADAS

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1															
2															
3															
4															
5															
6															
7															
8															
9															
10															
11															
12															
13															

HORIZONTAIS: 1 — Caminho; planeta do sistema solar; 2 — praia; agrupara; 3 — afirmo; miseráveis; passaras de dentro para fora; 4 — rizeza (fig.); imploram; Rádio (simb.); Bismuto (simb.); 5 — letra grega; fluxos e refluxos das águas; em maior quantidade; 6 — textualmente; estampilhas; Escândio (simb.); 7 — anuir; moedas de um país europeu; 8 — duas de dois; dente; filha mais velha de Labão; 9 — lusitã; liga de cobre e zinco; mulo; 10 — antiga nota musical; pedra de amolar; livra; Deus em Inglaterra; 11 — espionhava; de saúde; presenteará; 12 — idôlatras; enrubescer; 13 — cidade espanhola; lingüeira.

VERTICAIS: 1 — É lá que há pão; um dos evangelistas; 2 — primeiro nome do romancista brasileiro autor de «O Tempo e o Vento»; terra defesa; 3 — vala para escoamento da água; meia dúzia; flexão da voz; 4 — calote (pop.); célebre cavaleiro protótipo dos paladinos castelhanos; amargo; 5 — fg. do conc. de Oliv. de Azeméis; um cento; vila do distr. de Aveiro; 6 — regressa; lista; criada de quarto; 7 — sortidas; tecidos quentes para o Inverno; 8 — concertos nocturnos e ao ar livre debaixo das janelas de alguém; 9 — doçura; apoquentada; 10 — pretextos (fig.); ruído; germe; 11 — é notável o de Agosto; graça (fig.); aqui; 12 — ligavam; víscera dupla; mágoa; 13 — meio tirano; aversão; local de embarque e desembarque das estações; 14 — outro nome do mar Vermelho; relativo aos bons costumes; 15 — espaço com vegetação nos desertos; cumprimentara.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

HORIZONTAIS: 1 — Yale; Yalta; Yedo; 2 — ola; semeara; ror; 3 — riscos; Averno; 4 — com; ate; ela; 5 — dar; ágamo; ode; 6 — vãs; Ob; cá; olé; 7 — in; atum; Ciro; VI; 8 — Lot; as; ou; cãs; 9 — Sol; Andes; mas; 10 — ria; uma; Lis; 11 — repele; calote; 12 — ele; atirais; tia; 13 — Mosa; ataco; galo.

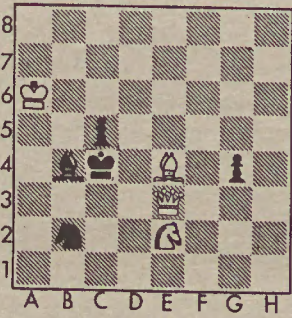
VERTICAIS: 1 — York; vil; orem; 2 — Ali; danos; elo; 3 — lascas; torpes; 4 — cor; lie; 5 — som; Ota; ala; 6 — Yes; abusa; ETA; 7 — Am.; Ag.; nu; it; 8 — leitão; admira; 9 — tá; em; ea; Ac.; 10 — ara; ócios; cio; 11 — ave; aru; lãs; 12 — elo; mil; 13 — errado; casota; 14 — don; Elvas; til; 15 — orou; eis; leão.

XADREZ

CCCXCIII
14 de Janeiro de 1993

PROPOSIÇÃO N.º 1993X001
Por: JOHN BROWN of BRIDPORT
London News, 1859

Pr: [5]: Ps.ç5, g4-Cb2-Bb4-Rç4
Br: [4]: Cç2-Bç4-Dç3-Ra6

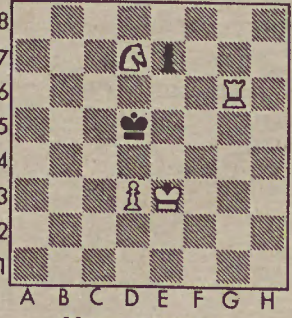


Mate em 3 lances

PROPOSIÇÃO N.º 1993X002

Por: ALEXANDER VASILIEVITCH GALITZKIJ
Schachmatnij Journal, 1897

Pr: [2]: Pç7-Rd5
Br: [4]: Pd3-Cd7-Tg6-Re3



Mate em 5 lances

SOLUÇÕES DO N.º CCCXCIII

N.º 1993X001 [J.B. of B.]: 1. Dg3!, Bç1; 2. Dç8, Bb4; 3. Dg8++
N.º 1993X002 [A.V.G.]: 1. Taç1, ç5; 2. Tb6, ç4; 3. dç4+, Rç4; 4. Rd2, Rd4; 5. Tb4++
1. ... ç6; 2. Rd2, ç5; 3. Rç3, ç4; 4. d4, ç3; 5. Cç6++

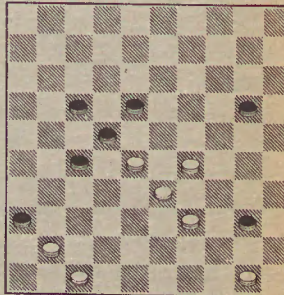
A. DEM. M.

DAMAS

CCCXCIII
14 de Janeiro de 1993

PROPOSIÇÃO N.º 1993D001
Por: CAMILLE BALMES
— Narbonne
1.º Prémio Alès, 1964

Pr: [7]: 17-18-20-22-27-36-40
Br: [7]: 28-29-33-39-41-47-50

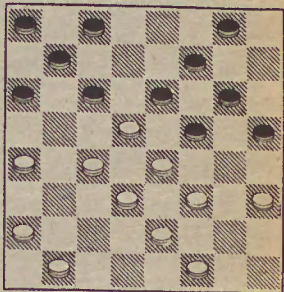


Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO N.º 1993D002

GOLPE DE JUAN GARCIA CANALEJAS
Libro del Juego de las Damas,
Saragoça, 1650

Pr: [11]: 17-18-21-22-23-24-26-28-29-31-32
Br: [11]: 2-4-6-8-9-10-11-14-15-16-19



Pretas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CCCXCIII

N.º 1993D001 [C.B.]: 1. 29-24, (20X38); 2. 39-33, (38X29); 3. 47-42, (36X38); 4. 50-45, 22X33; 5. 45X43+
N.º 1993D002 [J.G.C.]: 1. ... 23-20; 2. 16X23, 17X13; 3. 10X17, 24-20; 4. 15X24, 22X15; 5. 11X20, 28X3-D+

A. DEM. M.

Tempo

Céu geralmente muito nublado. Vento fraco, períodos de chuva no Norte e Centro. Neblina ou nevoeiro matinal.



Quarta, 22.05, Canal 1

Céu Aberto

«The Big Sky», (EUA/1952). Realização de Howard Hawks. Interpretação de Kirk Douglas, Dewey Martin, Elizabeth Threatt, Arthur Hunnicutt, Buddy

a talhe de FOICE

Sobral da Adiça

Sobral da Adiça é uma Freguesia do Concelho de Moura.

O Concelho de Moura pertence ao Distrito de Beja, no Baixo Alentejo.

A informação é geográfica e gratuita. A notícia é a de que há fome em Sobral da Adiça e foi dada pela Cruz Vermelha através da rádio.

Fome de fome, sem figura de estilo e, sobretudo, sem nada para comer.

Ao ponto de a Cruz Vermelha ter sido solicitada de aflição para umas sopas de urgência a distribuir à população.

Ao ponto de a Cruz Vermelha gritar, alarmada, que não está em condições para acudir à gravidade e extensão do drama.

Todavia, o apelo e o escândalo ainda não chegaram às páginas dos jornais, nem as televisões que temos - tão ultimamente atentas ao insólito - acharam oportuno deslocar uma reportagem a Sobral da Adiça.

Talvez porque a fome no Alentejo não seja assim tão insólita, nestes tempos de desenvolvimento latifundista reinstaurado sobre os escombros da Reforma Agrária.

Talvez porque a fome no Alentejo não seja, neste dinâmico jornalismo monopolista de regime que tem alastrado pelo País, tão atractiva como a da Somália ou a da Rússia.

Como se a fome dos outros tornasse a nossa mais aceitável.

Ou até a elidisse.

Só que a realidade não se altera, por se a esconder. O mundo pode estar mediático à vontade e a "aldeia global" ser um conceito muito interessante, que os factos continuarão a ser o que são, mesmo quando sonogados ao grande público.

O da fome em Sobral da Adiça é, em certo sentido, histórico, porque surge como o primeiro a responder cruamente ao "desenvolvimento" cavaquista propagandeado até à exaustão.

Um "desenvolvimento" que, no Alentejo, quis provar o pressuposto de que a destruição da Reforma Agrária e o regresso do latifúndio eram condições indispensáveis para o "progresso" da região.

Ele aí está, na expressão da fome tão concreta que chega à degradante humilhação da sopa de emergência.

Numa região onde a Reforma Agrária aumentou a produtividade, deu trabalho a toda a gente e concretizou, num escasso lustro, benefícios às populações e ao País que séculos de exploração latifundiária não promoveram.

Os factos aí estão e manipulem-nos como quiserem, que a realidade não se altera.

Uma realidade que tem dois tempos, neste drama que uma política miserável cozinhou ao longo dos anos e hoje emerge, brutal e incontornável, nesta primeira expressão concreta da fome em Sobral da Adiça.

Um primeiro tempo de amor à terra e aos homens, de solidariedade e empenho sociais que revolucionaram os campos de um terço do País continental, dando-lhes trabalho, progresso, desenvolvimento e alegria.

Foi o tempo do Portugal de Abril e da Reforma Agrária.

Um segundo, que inexoravelmente foi esmagando o primeiro até à sua destruição, feito de violência e esbulho das minorias possidentes sobre a maioria da população, desembocando na fome que, em Sobral da Adiça, já atingiu a expressão da esmola pública.

É o tempo das maiorias PSD e da modernidade cavaquista.

■ HC

PCP contra portagem na Ponte

As direcções das organizações regionais de Lisboa e Setúbal do PCP renovaram no passado sábado, a exigência contida no projecto de lei apresentado na Assembleia da República, de eliminar imediatamente a portagem na Ponte 25 de Abril, e responsabilizam o Governo pelo dinheiro desperdiçado nas obras de remodelação da portagem, que orçaram em um milhão e meio de contos.

Para os comunistas «nada justifica que à penalização a que diariamente se sujeitam milhares de pessoas, o Governo pre-

tenda manter o pagamento de portagem que constitui mais um funil no estrangulamento que a Ponte por si só representa».

Afirmando que o Governo não pode continuar indiferente à grave situação que se tem vivido nas acessibilidades a Lisboa, o PCP recorda que propôs como «principais medidas de fundo a construção de novas travessias do Tejo e a criação de meios de transporte rápido sobre carril na Ponte 25 de Abril e nos novos atravessamentos a construir».

Governo é responsável

600 pessoas despejadas em Camarate

Na manhã de terça-feira passada, cerca de uma centena de efectivos da GNR despejou mais de 600 pessoas que habitavam há longos anos o Lar Panorâmico em Camarate. A acção foi executada sem aviso prévio e sem ter sido encontrada qualquer alternativa para os moradores que ficaram sem tecto.

A comissão concelhia de Loures do PCP responsabiliza as entidades governamentais competentes, que acusa de actuarem «de forma profundamente desumana e desrespeitadora dos mais elementares direitos humanos».

Segundo o comunicado desta estrutura do PCP, a Câmara de Loures há muito que exige medidas e propõe soluções concretas para a construção de habitação social no concelho,

disponibilizando os terrenos necessários, contudo nunca obteve resposta por parte do Governo.

Este problema não parece preocupar muito o Governo, já que ainda recentemente na discussão do Orçamento de Estado na AR, o grupo parlamentar do PCP viu reprovada, pelo deputados do PSD, a sua proposta de incluir uma verba específica para habitação social para o concelho de Loures.

O Executivo da Comissão Concelhia de Loures do PCP solidarizou-se com as famílias despejadas e exige o seu realojamento em habitações condignas, bem como medidas imediatas que assegurem um tecto ainda que provisório aos desalojados.

Administração da Cimpor coage trabalhadores

Os trabalhadores da Cimpor em Souselas estão a ser confrontados com actos de «prepotência, coacção, mentira e desrespeito» por parte da administração da empresa, segundo denuncia um comunicado da célula do PCP.

Os comunistas apontam o presidente da empresa, Sousa Gomes e o director do centro, Serra Nazaré, como principais responsáveis pelo clima de tensão existente na empresa, onde se multiplicam os contactos para a rescisão de contratos.

Com particular incidência no passado mês de Setembro, os trabalhadores têm sido pressionados para aceitar as rescisões de contrato por «acordo mútuo», sendo-lhes imposto

um curto prazo para darem a resposta. Os acordos prevêem indemnizações de dois meses por cada ano de trabalho, acrescidas de seis meses de vencimento e reformas antecipadas ou pré-reformas, a partir dos 55 anos de idade.

Quem protesta está sujeito a ficar sem nada, como o demonstrou o director Serra Nazaré, que chamou «ciganas» a 12 trabalhadoras da limpeza, que reivindicaram os seus direitos, e as ameaçou de não lhes pagar os seis meses de salário, como aos restantes trabalhadores.

A célula do PCP condena este processo na empresa que visa claramente «libertar a Cimpor de encargos sociais para depois a privatizar».

Agricultores de Leiria protestam em Pombal

A Associação dos Agricultores da Serra e Norte da Estremadura tem convocada para a próxima segunda-feira uma manifestação em Pombal num protesto que se segue ao efectuado na Batalha há duas semanas, onde os agricultores distribuíram e despejaram nas ruas dezenas de toneladas de bens agrícolas que não conseguem vender, nem a preço de produção. Em Pombal prevê-se que a Federação dos Agricultores do Distrito de Leiria (FADL) convoque para dentro de algumas semanas a realização de uma grande manifestação promovida a nível distrital.

A agricultura de Leiria atravessa uma grave crise devido à falta de escoamento de um grande número de produtos e os agricul-

tores de Leiria querem a intervenção imediata no escoamento do vinho, ajudas aos fruticultores, a abertura de uma linha de crédito bonificado para os agricultores, a protecção da produção de gado e o início de um diálogo há muito solicitado pela FADL e nunca aceite com o Ministério da tutela.

A manifestação na Batalha ocorreu após, semanas antes, uma similar ter acontecido em Óbidos.

A burocracia, que complica a vida dos pequenos agricultores, a política governamental a favorecer unicamente os grandes proprietários, a calibragem da fruta, a produção da carne, a abertura dos nossos mercados a produtos de má qualidade, são algumas das razões para estes protestos.

Intolerância na Suíça contra portugueses

Um lamentável episódio racista ocorreu nos primeiros dias de Janeiro em Gordola, pequeno povoado na Suíça-Italiana: a sede do Centro Português foi pintada com inscrições provocatórias e símbolos nazis. A operação foi realizada sem qualquer dúvida por elementos nazis da região que, a coberto da noite, exprimiram os seus apetites de violência e de ódio.

A polícia, avisada rapidamente pela direcção do Centro, afirmou que até ao momento não tinham sido registados outros casos do género na região.

O Centro Lusitânia Cultura e Desporto de Gordola está em actividade desde Julho do

passado ano e organizou com sucesso uma ampla e viva actividade cultural e recreativa no âmbito da comunidade portuguesa no Ticino. O Centro colabora com a escola de língua e cultura portuguesa de Bellinzona, frequentada por mais de cinquenta crianças.

Para Rui Caetano, dirigente do Centro Português, o episódio de Gordola não é uma obra do acaso, mas o reflexo da subida da agitação racista e dos ataques contra os estrangeiros que se fazem sentir em todos os países.

Segundo Rui Caetano, é importante que a comunidade portuguesa na Suíça tome igualmente consciência do perigo crescente do racismo e da extrema-direita.

ID reúne corpos sociais

A Comissão Directiva da Associação Intervenção Democrática reuniu no domingo passado com os restantes corpos sociais para preparar o seu plano de actividades e analisar a situação política, tornando público um comunicado onde se destacam posições sobre o Tratado de Maastricht, o Orçamento de Estado elaborado pelo Governo, a reafirmação da necessidade de uma alternativa de esquerda para o País e a situação internacional sendo, particularmente focados os acontecimentos na Bósnia, Angola, Moçambique, Médio Oriente, Somália, ex-URSS e Estados Unidos da América.

No referido comunicado a ID reafirma a sua oposição ao Tratado de Maastricht, fazendo referência à aprovação de transferência de fundos para Portugal que «trará alguns efeitos benéficos no curto e médio prazos que todavia não compensarão, no longo prazo, os custos económicos decorrentes da recessão previsível do sector produtivo e os custos sociais sobre as camadas de menores recursos, uns e outros consequência dos objectivos de convergência nominal exigida pela futura aplicação da moeda única».

Para a ID, internacionalmente, o início de 1993 apresenta um quadro negro com «a existência de uma única grande potência, com uma capacidade militar sem paralelo» o que «transforma a ONU num instrumento ao seu serviço». A ID acusa «o sistema capitalista» de gerar e reproduzir as «situações de guerra, insegurança e miséria para as populações», revelando-se «incapaz de dar solução aos problemas que afligem a humanidade».